Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

POLYANA APARECIDA VALENTE VARETO

INTELECTUAIS CATÓLICOS, SAÚDE E EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS (1925-1930)

Rio de Janeiro

2010

POLYANA APARECIDA VALENTE VARETO

INTELECTUAIS CATÓLICOS, SAÚDE E EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS (1925-1930)

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Otávio Ferreira

Rio de Janeiro

2010

V296i Vareto, Polyana Aparecida Valente.

Intelectuais Católicos, saúde e educação em Minas Gerais (1925-1930) / Polyana Aparecida Valente Vareto. – Rio de Janeiro: s.n., 2010.

174 f.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2010.

Bibliografia: f. 154-162.

1. História. 2. Intelectuais. 3. Saúde Pública. 4. Educação. 5. Religião. 6. Política. 7. Minas Gerais. 8. Brasil República

CDD 981.51

POLYANA APARECIDA VALENTE VARETO

INTELECTUAIS CATÓLICOS, SAÚDE E EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS (1925-1930)

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Aprovado em 17 de novembro de 2010

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Otávio Ferreira (COC - Fiocruz) – Orientador

Prof. Dra. Rita de Cássia Marques (UFMG)

Prof. Dra. Cristina Fonseca (COC - Fiocruz)

Suplentes:

Prof. Dra. Rosa Maria Correa das Neves (UFRJ)

Prof. Dr. Robert Wegner (COC - Fiocruz)

Rio de Janeiro
2010

À minha “Solzinha” e aos meus irmãos, luzes do meu caminho.

AGRADECIMENTOS

É com grande prazer, e com uma felicidade desconcertante, que agradeço a todas as pessoas que, ao longo desses anos, compartilharam comigo momentos de alegria, angústia e muito trabalho.

Agradeço primeiramente aos meus pais. À minha mãe, agradeço por me ensinar o valor dos estudos e a importância de saber fazer escolhas. Ao meu pai, agradeço pelo seu exemplo de vida, pois, apesar da idade e das adversidades, foi capaz de recomeçar e reconstruir seus sonhos e sua dignidade.

À minha vó Zélia, serei eternamente grata porque, mesmo sem compreender bem o motivo de eu passar horas e dias dentro de arquivos e em frente ao computador, cuidou de Sophia com muito amor e zelo, amenizando a minha ausência.

Aos meus queridos “manos”, Igor e Hugo, agradeço pelos sorrisos, abraços e olhares sempre confortadores. Agradeço também pela disposição em me ajudar a qualquer hora do dia ou da noite.

Às minhas tias Roseli, Rosilene e Rosilaine, agradeço pela torcida.

Ao Eustáquio, meu companheiro, sou grata por suportar meus dias de mau-humor, minha ausência enquanto esposa, mãe e dona de casa. Seu apoio cotidiano e seu amor sustentaram minha caminhada.

Ao meu sobrinho e grande amigo, Lucas, agradeço por me socorrer com sua habilidade para desenvolver bancos de dados e programas que facilitaram infinitamente o trabalho de pesquisa e a organização das fontes.

Agradeço aos mestres e também amigos de longa data. À Astréia Soares, minha mãe emprestada – daquelas que dá carinho, conselhos e puxões de orelha – e anjo da guarda – sempre atenta e pronta para proteger. Agradeço pela primeira passagem aérea para o Rio de Janeiro, que permitiu meu ingresso no Mestrado. Agradeço também por ter aberto as portas de sua casa, com tanta generosidade e carinho, tornando minha permanência no Rio possível, tranquila e muito confortável.

Ao professor José Newton Coelho Menezes, agradeço por me conduzir a “oficina do historiador”, onde me mostrou as possibilidades, os desafios e instrumentos do nosso ofício. Além de grata, sinto-me honrada por trabalhar ao lado de um historiador extremamente competente e pessoa de admirável caráter, simplicidade e fineza no trato.

Agradeço ao professor James William Goodwin Jr., por ter despertado em mim o gosto pelos jornais antigos, ensinando-me a enxergá-los como fontes históricas.

À professora Graciela Oliver, sou grata por ter lido e dado sugestões fundamentais no primeiro formato do meu projeto de Mestrado, incentivando-me a acreditar nele.

À velha amiga Adriana Costa que, durante o Mestrado, esteve ao meu lado, sempre disposta a ouvir e aconselhar. Seu ombro amigo e sua companhia foram acalento para meus tempestivos dias.

Agradeço aos novos amigos que fiz na pós-graduação, Cecília, Georgina, Nemuel, Rômulo e Vitor, pelas conversas animadas nos corredores e por compartilharem ideias, textos e expectativas.

À Danielle Coutinho, personificação do “jeito carioca de ser”, agradeço por ter me apresentado um Rio de Janeiro de belas paisagens naturais, de muito samba e alegria. Agradeço infinitamente a cumplicidade, o compartilhar de ideias, as sugestões e leituras críticas. Não bastasse tudo isso, dividiu comigo todo o amor de sua família.

À Diádiney Helena, com quem compartilhei letras, sons, gostos, ares, alegrias, tristezas e aventuras. Agradeço por tornar meus dias mais agradáveis. Sua dedicação aos estudos é para mim exemplo e inspiração.

À Elisabeth Kobayashi, “amiga à primeira vista”, agradeço por tornar as chegadas ao Rio menos penosas. Nossos cafés matinais eram uma alimentação salutar para o corpo e o espírito. Sem dúvida, sua amizade foi um dos melhores frutos cultivados no Mestrado.

Ao professor Luiz Otávio Ferreira, querido orientador, pelo qual tenho inestimável admiração e respeito, agradeço por ter me dispensado uma orientação sempre segura, paciente e, acima de tudo, enriquecedora.

Agradeço aos professores Gilberto Hochman, Lorelai Kury, Magali Miranda Sá, Maria Rachel Fonseca, Nara Azevedo e Robert Wegner que, no convívio da sala de aula, contribuíram para meu amadurecimento intelectual.

À professora Rita de Cássia Marques, sempre tão solícita, agradeço pelo apoio, sugestões, conversas e empréstimos de materiais essenciais para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos funcionários da pós, Cleber, Maria Cláudia e Nelson, agradeço pela presteza com que atenderam às minhas solicitações.

À Capes, por ter concedido a bolsa de estudo.

À Vívien, pela atenta revisão.

À Sophia, minha pequerrucha, por fim, agradeço por iluminar a minha vida e torná-la mais leve e feliz. Espero que, quando crescer, compreenda que muitas vezes, mesmo utilizando o pó de “pirlimpimpim da Emília”, sua mãe não conseguiu te buscar na escola, ou levar para brincar na pracinha, porque estava construindo uma morada bem forte para nos abrigar, a qual nem um lobo pudesse soprar, mas, “agora quero que você me dê a mão, vamos sair pra ver o sol, O Sol”!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15

1. INTELECTUAIS CATÓLICOS 19

1.1 "As origens" da elite intelectual mineira e o elo família/comunidade 20

1.2 A elite mineira e a cultura urbana: o gosto pela imprensa e pelo lazer 23

1.3 A educação da elite intelectual 28

1.4 As associações voluntárias 30

1.5 Belo Horizonte e os intelectuais católicos em ação 31

1.6 A elite intelectual católica 34

1.7 A Reforma João Pinheiro e as associações católicas: a criação de uma agenda para a educação 36

1.7.1 A União Popular (UP) 40

1.7.2 A União dos Moços Católicos (UMC) 51

1.8 O movimento laico e o bispo D. Antônio Cabral 55

1.9 Lúcio José dos Santos: "a mais ilustre figura do laicato católico" 60

2. EDUCAÇÃO E SAÚDE NAS REFORMAS DO ENSINO EM MINAS GERAIS ENTRE 1925-1927 64

2.1 A Reforma Mello Vianna (1925) 68

2.1.1 A educação primária 70

2.1.2 A *Revista do Ensino* 77

2.1.3 A Associação das Mães de Família 87

2.1.4 A inspeção médico-escolar: o saber médico nas escolas 89

2.1.5 As atribuições do médico escolar 96

2.1.6 A organização das "classes de anormais" 98

2.1.7 Inspeção do material escolar 99

2.1.8 Clínica médico-odontológica 100

2.1.9 Profilaxia das moléstias transmissíveis curáveis 100

2.1.10 O trabalho das enfermeiras 101

2.2 A Reforma Francisco Campos (1927): entre mudanças e permanências..... 102

2.2.1 A Escola Primária: o maior controle do Estado..... 104

2.2.2 Da Inspeção Médica Escolar à Inspeção Médica Odontológica..... 107

2.2.3 O Ensino Normal..... 108

3. A MEDICINA VAI A ESCOLA: A INSPEÇÃO MÉDICA ESCOLAR EM MINAS GERAIS NA DÉCADA DE 1920..... 112

3.1 A prática da Inspeção Médica Escolar em Belo Horizonte..... 112

3.1.1 As mudanças nos serviços sanitários e a Inspeção Médica Dentária Escolar..... 126

3.2 A prática da Inspeção Médica Escolar no Interior..... 137

3.2.2 As ações da Fundação Rockefeller nas cidades interioranas de Minas Gerais..... 138

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 151

BIBLIOGRAFIA..... 154

ANEXO 1 – Perfil Biográfico dos Intelectuais Católicos 163

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABE – Associação Brasileira de Educação

IMDE – Inspeção Médica Dentária Escolar

IME – Inspeção Médico Escolar

PRM – Partido Republicano Mineiro

TFM – Tradicional Família Mineira

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UMC – União dos Moços Católicos

UMG – Universidade de Minas Gerais

UP – União Popular

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fig.1 – Aula de Higiene: o sabão – sua utilidade – noções de asseio.
Publicada na *Revista do Ensino* (1926) 85

Fig.2 – Aula de Higiene: como evitar a tuberculose.
Publicada na *Revista do Ensino* (1926) 86

Fig.3 – Aula de Higiene: verminoses.
Publicada na *Revista do Ensino* (1926) 116

Fig.4 – Pelotão de Saúde do Grupo Escolar Bernardo Monteiro 118

Fig.5 – Gabinete de Inspeção Médica da Escola Primária
anexa à Escola Normal Modelo 121

Fig.6 – Gabinete de Inspeção Médica do
Grupo Escolar Bernardo Monteiro 121

Fig.7 – Estrutura da Diretoria de Saúde Pública de Minas Gerais (1927) 127

Fig.8 – Gabinete Médico Escolar do Dispensário de Belo Horizonte 131

Fig.9 – Gabinete Dentário Escolar do Dispensário de Belo Horizonte 132

Fig.10 – Sala de espera do Dispensário de Belo Horizonte 132

LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Gráfico 1 – Inspeções escolares registradas nos atendimentos no Dispensário da Capital 2º/1929 136

Gráfico 2 – Atendimentos da Inspeção Médica e Dentária nas cidades do interior de Minas Gerais – 1927 143

Quadro 1 – Cidades que possuíam postos médicos e dentários destinados à higiene escolar 141

Tabela 1 – Temas dos artigos publicados na *Revista do Ensino* no período de 1925 a 1930 79

Tabela 2 – Demonstrativo de peso e estatura ideais para crianças (7 a 14 anos) 120

Tabela 3 – Atendimentos da Inspeção Médica Escolar efetuados nos grupos escolares de Belo Horizonte entre 01/02/1929 a 12/06/1929 133

Tabela 4 – Atendimentos da Inspeção Dentária Escolar efetuados nos grupos escolares de Belo Horizonte entre 01/02/1929 a 12/06/1929 135

Tabela 5 – Atendimentos da Inspeção Médica e Dentária nas cidades do interior de Minas Gerais – 1928 145

Tabela 6 - Atendimentos da Inspeção Médica e Dentária nas cidades do interior de Minas Gerais – 1929 147

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar a atuação dos intelectuais católicos no processo de modernização de Minas Gerais, durante a República Velha. Particularmente, analisamos a atuação desse grupo nas reformas do ensino: Mello Vianna (1925) e Francisco Campos (1927), ambas ocorridas em governos cuja base era composta por militantes católicos. Nesse contexto, a educação e a saúde eram encaradas como elementos fundamentais para a transformação social do país e, não por acaso, vários grupos e movimentos disputavam seu controle. Dada a predominância católica da população e a representatividade dos intelectuais católicos na política, estes se tornaram porta-vozes da modernização do ensino no território mineiro. Dessa maneira, buscamos avaliar em que medida as reformas educacionais implementadas pelos católicos associavam o ensino a questões de higiene e saúde.

Palavras-chave: Minas Gerais; República Velha; Intelectuais Católicos; Educação; Saúde.

ABSTRACT

This these's aims to analyze the role of Catholic intellectuals in the process of modernization of Minas Gerais, during the Old Republic. We analyze the performance of this group in educational reforms particularly: Mello Vianna (1925) and Francisco Campos (1927), both of them happening in governments whose base was composed of Catholic campaigners. In this context, education and health were seen as crucial to social transformation of the country and, not surprisingly, various groups and movements disputing their control. Because of Catholic population predominance and Catholic intellectuals' representativeness in politics, they became spokesmen for the modernization of education in the state of Minas Gerais. Thus, we look for evaluating the extent of the educational reforms achieved by Catholic who associated teaching to the issues of hygiene and of health.

Keywords: Minas Gerais; Old Republic; Catholic Intellectuals, Education, Health

INTRODUÇÃO

O projeto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, intitulado "*Entre a ciência e a religião*: divulgação e popularização científica nos periódicos católicos de Belo Horizonte (1897/1930)", originalmente, tinha como objetivo compreender a contribuição do discurso religioso, em específico, o da Igreja Católica, no processo de divulgação científica em Belo Horizonte, no período da República Velha.

Quando da elaboração do projeto, as discussões sobre as possíveis definições de divulgação científica estavam muito presentes, devido, principalmente, à disciplina Divulgação e Popularização Científica, por mim cursada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e também em razão da pesquisa de Iniciação Científica que tinha acabado de desenvolver, que discutia a relação dos jornais com os valores de modernidade, progresso e civilização difundidos na Primeira República. Nesse percurso, acabei me deparando com o jornal *O Horizonte*, que me chamou a atenção pela longevidade, pela presença de artigos científicos e pela sofisticação gráfica, características incomuns para os jornais da época, que apresentavam pequenas tiragens e poucas edições, além das limitações de notícias e artigos.

Impulsionada pelas discussões sobre a divulgação científica, defendia a hipótese de que o discurso católico havia sido de fundamental importância para a difusão, popularização e institucionalização do conhecimento científico em Belo Horizonte. O argumento era que a ciência, para legitimar-se e conquistar a credibilidade da população mineira, valeu-se da religiosidade católica.

No entanto, ao avançar nas leituras e trabalhar com as fontes, constatei que, por mais que o jornal católico – objeto da pesquisa – contemplasse em seu editorial um número considerável de artigos, notícias e anúncios sobre as ciências, e que seu corpo editorial fosse composto por médicos, farmacêuticos, advogados e engenheiros, seu conteúdo estava sempre submetido aos preceitos católicos, sobretudo às orientações do movimento reformador da Igreja Católica.

O movimento reformador da Igreja Católica, iniciado em 1891, também conhecido como Ação Social Católica, foi direcionado pela carta encíclica *Rerum Novarum*, redigida pelo Papa Leão XIII. Em termos gerais, esse movimento representava uma reação da Igreja Católica frente às demandas postas pela modernidade, especialmente no que dizia respeito ao mundo do trabalho, ao alastramento de outras correntes religiosas, e à intervenção do Estado no campo social. Além dos eclesiásticos, a Ação Social Católica contou com a participação do laicato

católico e tinha como objetivo primeiro intervir, a partir dos elementos da modernidade, na vida social.

Em Minas Gerais, o movimento reformador da Igreja Católica teve uma atuação marcante pela ação de uma elite política e letrada, de formação notadamente católica; ação facilitada pela declarada preferência da população mineira pelo catolicismo. Como veremos, a atividade social dos militantes católicos no estado foi de fundamental importância para a organização social e política nos primeiros anos de existência da nova capital mineira, Belo Horizonte. E, ao contrário do que sugere a literatura, o laicato não representava uma força retrógada, mas um grupo forte e conservador que pretendia conduzir a modernidade sem, contudo, perder a tradição.

Assim, a cada leitura, ficava mais nítido que o objeto de interesse para a pesquisa, mais que os meios de divulgação científica, era produto da atuação do laicato católico em Minas Gerais.

A partir dessa constatação, a pesquisa passou a intitular-se "*Intelectuais católicos, saúde e educação em Minas Gerais (1925-1930)*", e destinou-se a explicar porque os intelectuais católicos estavam mobilizados em Minas Gerais, nas décadas de 1920 e 1930, e como isso se traduziu no contexto da sociedade mineira, sobretudo no campo da educação e da saúde, visto que são temas predominantes nas matérias do jornal e as principais áreas de atuação dos militantes católicos locais nesse período.

Estabelecido o novo formato da pesquisa, revisitei os dados coletados do jornal *O Horizonte*, e organizei as informações em forma de banco de dados, separando as matérias por ano, autoria e temas. Incluí como fonte a *Revista do Ensino*,[1] e, ainda, fontes ligadas à Secretaria do Interior que, na época, responsabilizava-se pela educação e segurança pública; documentos das diretorias de Higiene e Saúde Pública; artigos e leis publicados no jornal *Minas Gerais*, órgão oficial do Estado. Ao analisar tais fontes, tentou-se identificar se realmente os católicos foram ativos na organização do ensino em Minas Gerais, e em que momento e de que forma isso aconteceu.

Pode-se verificar que de fato os católicos foram atuantes nas decisões ligadas ao ensino e à saúde em Minas Gerais, especialmente entre os anos 1925 a 1930, período no qual os

---

[1] A *Revista do Ensino* foi criada em 1892, pela primeira Reforma do Ensino, no período republicano, no governo de Afonso Pena. A reforma estabelecia que a sua impressão ficaria a cargo do Estado, que a distribuiria, quinzenal ou mensalmente, para professores e funcionários da Instrução Pública, os quais deveriam pagar uma quantia pelos exemplares. A revista não passou da terceira edição, sendo reeditada somente em 1925, pela Reforma Mello Vianna. Segundo o regulamento da reforma, a organização da revista era responsabilidade do diretor da Instrução Pública, na ocasião, Lúcio dos Santos.

católicos compunham a base política dos governos e ocupavam cargos decisivos, o que justifica o corte cronológico da pesquisa.

Para apresentar os resultados da pesquisa, a dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro, busca-se identificar quais eram os intelectuais católicos militantes em Minas nas primeiras décadas do século XX. Intentou-se reunir, nesse capítulo, as características e perfis desses intelectuais para compreender porque estavam mobilizados, a que grupos eram associados, e como sua atuação se traduziu no contexto de modernização da sociedade mineira.

Para alcançar esses objetivos, utilizamos, essencialmente, o trabalho de John Wirth (1982), a fim de conhecer a origem e aspectos constitutivos da elite intelectual mineira. Centralizamos a análise nas produções e compêndios elaborados pelo laicato católico mineiro e que reúnem os principais personagens e associações católicas mais atuantes em Minas Gerais no período da República Velha. A análise de tal material permitiu a qualificação do grupo, membros da classe média mineira, líderes políticos que conseguiram administrar as diferenças regionais, os problemas econômicos e as constantes ameaças separatistas que assolavam o estado, bem como colocar em prática um projeto de condução das mudanças sociais que combinava tradição e modernidade.

Ademais, foi possível identificar que a ação mais veemente do laicato católico, a fundação da associação católica União Popular (1909), deu-se em resposta à Reforma do Ensino proposta pelo então presidente do estado de Minas Gerais, João Pinheiro da Silva, em 1906. A Reforma João Pinheiro, de acordo com Faria Filho (2004), introduziu uma nova cultura escolar que, entre outras mudanças, previa a exclusão do ensino religioso das escolas públicas primárias.

À primeira vista, a questão do restabelecimento do ensino religioso nas escolas públicas aparece como reivindicação mais estridente da União Popular, mas, ao se analisar a documentação, percebe-se que suas pretensões extrapolavam a esfera religiosa, era também preocupação dos católicos manter o controle sobre a educação, a organização das famílias e do operariado.

O fato de o restabelecimento do ensino religioso não ser uma questão primordial para os católicos é confirmado pelas fontes, nas quais seus opositores afirmavam que, mesmo com a retirada do ensino religioso dos programas de ensino, os preceitos católicos estavam presentes em grande parte das escolas públicas do estado, fosse pela existência de imagens de santos nos ambientes escolares, seja pela formação das professoras nas escolas normais católicas, bem como por ser o catolicismo a crença da maioria da população. Outros indicativos são as reformas educacionais Mello Vianna (1925) e Francisco Campos (1927), que, promulgadas em governos cujas secretarias e diretorias, especialmente as relacionadas à educação, eram

ocupadas majoritariamente por intelectuais católicos, não restabeleceram o ensino religioso como obrigatório e deram ênfase à modernização dos métodos pedagógicos e à preocupação com a saúde e a higiene, tornando oficial a inspeção médica e dentária nas escolas, além de prescreverem a presença constante da higiene na organização física e didática da escola.

Acredita-se, sobremaneira, que a higiene e a saúde foram eleitas por esse grupo de intelectuais elementos-chave da modernização do ensino e estavam associadas a um projeto político e social maior, que perpassava a proteção e o controle da infância e da família.

Com a finalidade de demonstrar elementos que confirmam essa hipótese, no capítulo 2, a partir dos textos legais das reformas Mello Vianna (1925) e Francisco Campos (1927), pretendeu-se analisar a atuação dos intelectuais católicos nessas reformas, buscando compreender em que medida associavam questões do ensino com temas de higiene e saúde. Tentou-se, também, superar a dicotomia imposta entre escolanovistas e católicos, mostrando que os pedagogos católicos compartilhavam as novas ideias e pedagogias do ensino, bem como a crença de que a educação promoveria a transformação da massa inculta em um conjunto de cidadãos civilizados e aptos a conduzir o progresso do estado. Observou-se, ainda, que as ciências, particularmente a medicina, ditaram regras e preceitos que visavam produzir ambientes escolares dentro dos padrões de higiene e salubridade, e um cidadão saudável física e mentalmente.

Identificou-se que o discurso encontrado nessas reformas educacionais estava inserido num contexto de efervescência ideológica e de campanhas cívicas em que muitos autores se destacavam simultaneamente como educadores e sanitaristas[2] que pretendiam, através dos novos conceitos científicos, normatizar e disciplinar as sociedades urbanas para a vida moderna e capitalista. No entanto, consideramos que, na prática, o discurso científico não foi recebido de forma passiva e imediata pela população, tampouco a ação prioritária dos médicos estava na intervenção e correção dos defeitos dos corpos.

Desse modo, no terceiro e último capítulo, buscamos, por meio dos relatórios dos presidentes do estado Mello Vianna (1925) e Antônio Carlos de Andrada (1926-1930), e dos relatórios da Diretoria de Saúde Pública sobre a inspeção médica-dentária escolar, demonstrar seus efeitos práticos e seu alcance. Pode-se adiantar que, contrariamente ao que afirmam os estudos sobre o assunto, a ação das ciências médicas não ocorreu de forma regular e não atingiu significativamente a massa popular; e, ainda, mais que corrigir defeitos, o maior esforço dessa

[2] SANTOS, Luiz Antônio Castro. Reabrindo o debate sobre Nagle, a educação e a saúde na historiografia brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 16, p. 47-62, jan./abr. 2008. p. 50.

inspeção foi criar nos escolares, como também em seus familiares, novos hábitos higiênicos e morais, sendo a educação higiênica seu mote.

1. INTELECTUAIS CATÓLICOS

A finalidade deste capítulo é estudar a atuação dos intelectuais católicos em Minas Gerais, nas primeiras décadas do século XX, por intermédio das associações católicas, especialmente no que diz respeito às questões da reforma do ensino em Minas Gerais. Nosso objetivo é discutir o papel desses intelectuais na organização de um projeto político de modernização educacional que se materializou entre as décadas de 1920 e 1930.

Nesse sentido, será fundamental analisar o processo de constituição do movimento intelectual católico, as suas interlocuções, ideias e intervenções culturais, bem como suas relações com o Estado e com os grupos políticos presentes no cenário da época. Também pretendemos compreender como a atuação desses intelectuais na vida pública se traduziu no contexto de modernização da sociedade mineira, particularmente na cidade de Belo Horizonte, construída para ser símbolo da República e "novo centro intelectual de onde se irradiaria como capital, o caldo cultural destinado a ser síntese de toda uma região".[3]

Para isso, retornaremos ao último quartel do século XIX para visualizarmos em que contexto surgiu a elite intelectual mineira, e o que possibilitou sua intervenção no ambiente sociocultural mineiro.

A formação das elites intelectuais mineiras tem sido objeto de muitos estudos. Isso se deve ao fato de que, em fins do século XIX até a década de 1930, essas elites foram capazes de superar as variantes regionais, bem como as limitações econômicas vigentes e destacar-se no cenário político e cultural nacional. Entre os estudos que abordam essa temática, destacamos os trabalhos de Cid Rebelo Horta (1965), Sylvio de Vasconcelos (1968), John Wirth (1982), Helena Bomeny (1994), Simon Schwartzman (2000) e Amilcar Martins (2009). Esses autores concordam que as principais razões para esse comportamento político-intelectual devem-se à organização das elites em

[3] BOMENY, Helena Maria Bousquet. *Guardiães da razão*: modernistas mineiros. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: Tempo Brasileiro, 1994. p. 41.

torno do Partido Republicano Mineiro (PRM)[4] e ao senso de lugar e pertencimento da "tradicional família mineira".

O trabalho de John Wirth (1982), em especial, será nossa grande referência, haja vista sua qualidade e articulação com os demais estudos e, sobretudo, por discutir minuciosamente elementos que contribuíram na composição do regionalismo mineiro: a relação família-comunidade, a cultura urbana, a imprensa, as associações voluntárias, a educação e a Igreja. Elementos que ajudam a sustentar nosso argumento de que o projeto reformista[5] dos intelectuais católicos era opção segura e atraente para uma sociedade que buscava se modernizar, mas sem, contudo, perder a ordem e o gosto pela tradição.

1.1 "As origens" da elite intelectual mineira e o elo família/comunidade

No início do século XIX, terminada a era áurea do ciclo do ouro em Minas Gerais, a economia mineira encontrava-se pulverizada nas mãos de diferentes grupos de interesses, separados por zonas de influências e envolvidos em diversas atividades produtivas. Nesse período, não existia um grupo coeso em torno de uma atividade econômica e social; existia sim um sistema de clãs que, de acordo com Cid Rebelo Horta (1965), estendiam-se além de suas bases municipais para formar grupos de poder, por zonas de interesses, fechados por laços de parentesco. Segundo Horta, tais grupos se dividiam no território mineiro da seguinte maneira: no norte e oeste, predominavam famílias pecuaristas; no centro, antigas famílias ligadas à mineração mantinham o poder

---

[4] Sobre a formação do PRM e sua influência no processo que garante o domínio e a coesão da oligarquia mineira até 1930, ver: LAGE, Maria Efigênia. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais*: o novo PRM (1989-1906). Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

[5] O movimento reformista citado refere-se à encíclica *Rerum Novarum*, "Processo internacional de reação da Santa Sé ao avanço de correntes ideológicas e políticas heterodoxas nas quais se incluía, sem distinção, toda sorte de idéias que questionassem princípios defendidos pela Igreja Romana, considerados erros modernos, tais como o liberalismo, o socialismo, o comunismo, o cientificismo, o positivismo, a maçonaria e o protestantismo. Essa reação caracterizou o que ficou conhecido como esforço de 'romanização' da Igreja, movimento reformador da prática católica surgido na segunda metade do século XIX liderado pelos papas Pio IX e Leão XIII, que procurou retomar as determinações do Concílio de Trento, reforçar a estrutura hierárquica da Igreja, revigorar o trabalho missionário, moralizar o clero e diminuir o poder das irmandades leigas" (HERMANN, Jacqueline. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo do liberalismo excludente*: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 124).

através da agricultura; e, na Zona da Mata, predominava a elite cafeeira. Para o autor, em todas as regiões, vigoravam os mecanismos tradicionais e patrimonialistas de relação política e social, baseados nos laços de parentesco e na vida rural.[6]

Horta concorda com John Wirth (1982) sobre os aspectos constituintes da elite mineira provinciana, tradicionalista e de economia debilitada. No entanto, Wirth não corrobora a tese do caráter ruralista dessa elite. De acordo com ele, a elite mineira foi constituída por pessoas de educação refinada, que, apesar de terem origens no meio rural, viviam nos centros urbanos.[7]

Conforme destaca Wirth, a sociedade de elite que começou a ser formada em 1850 tinha como base de poder riquezas geradas pela propriedade da terra e do comércio. Não se tratava de uma elite econômica estável e duradora capaz de integrar o território mineiro, mas de uma "sociedade de elite" com poucos homens educados e citadinos.

O caráter flutuante dessa economia exigiu das famílias tradicionais a criação de outros mecanismos de demarcação de hierarquia e de ordem social que não os econômicos, como, por exemplo, a expansão dos laços familiares para além dos clãs.

Segundo Wirth,

> Esta íntima relação de comunidade e família foi formada no clássico molde ibérico de uma sociedade estável, de duas classes, onde uns poucos privilegiados monopolizavam os papéis de status no comércio, na agricultura e política. Não são raras em Minas as pessoas capazes de nomear e localizar mais de 200 parentes vivos. A arte de definir-se em algum lugar importava porque a famosa TFM era uma útil rede de parentesco que sustentava o poder social e econômico. Através desse parentesco, um homem ganhava informações privilegiadas e acesso privado a todas as instituições em termos de município, zona ou estado. As extensas genealogias que formam o núcleo de muitas histórias municipais atestam a força do nexo família-comunidade.[8]

Outro traço típico das elites mineiras observado por Wirth foi "o trabalho árduo e o jeito para negócios. Para essa elite econômica, o que importava não era como o

---

[6] HORTA, Cid Rebelo. Famílias governamentais de Minas Gerais. In: II Seminário de Estudos Mineiros, UFMG, 1956.

[7] WIRTH, John D. *O fiel da balança*: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 117.

[8] WIRTH, John D. *O fiel da balança... Op. cit.* p. 120.

dinheiro fosse conseguido, mas o próprio fato da riqueza".[9] O poder de consumo e o pertencimento às famílias tradicionais demarcavam as fronteiras econômicas, políticas e sociais. As pequenas cidades mineiras eram marcadas por um abismo entre ricos e pobres. Apesar disso, esse abismo não representava um desafio ou um conflito, pelo contrário, servia para aumentar e legitimar a ordem social num clima amistoso: "apesar das desigualdades sociais, a vida na cidade pequena é pintada como um teatro de interação fácil, não de conflito".[10] Ricos e pobres, todos se conheciam e se respeitavam, criando um ambiente agradável, marcado pelo misto de respeito, humor, obediência, aceitação e resignação. Nesse ambiente, as diferenças sociais eram evidenciadas pela forma como as pessoas se vestiam, suas posses, o acesso à educação e os entretenimentos.

> Para a elite, havia escolas secundárias (geralmente os seminários) e escolas normais que alimentavam os valores humanistas ocidentais. Os homens de letras das localidades contavam com grande prestígio. Para as massas, havia festivais que recordavam as tradições coloniais – concertos de banda nos dias de mercado – todos repletos de movimento, aquela qualidade tão apreciada no interior.[11]

Devido à diversidade de atividades desenvolvidas pelas tradicionais famílias mineiras, as carreiras múltiplas eram muito comuns, "um homem podia trabalhar em banco, possuir fábricas têxteis e administrar sua fazenda, servindo ao mesmo tempo como deputado na legislatura estadual".[12] Como ressalta Wirth, o desempenho de muitas funções profissionais garantia o acesso às chamadas "panelinhas de amigos" e formava pequenos círculos de influência. Tais círculos permitiam a troca de informações e acesso aos mais poderosos e influentes em âmbito estadual e federal.[13]

Essa rede de influências era ampliada na medida em que os filhos dessa elite, ao se deslocarem para outras regiões, como Paraná, Mato Grosso, São Paulo e especialmente para o Rio de Janeiro, também ampliavam

---

[9] WIRTH, John D. *O fiel da balança... Op. cit.* p. 122-123.

[10] WIRTH, John D. *O fiel da balança... Op. cit.* p. 119.

[11] WIRTH, John D. *O fiel da balança... Op. cit.* p. 120.

[12] WIRTH, John D. *O fiel da balança... Op. cit.* p. 122.

[13] WIRTH, John D. *O fiel da balança... Op. cit.* p. 118.

> os laços afetivos em vastos parentescos acarretando conseqüências políticas, pois o sistema familiar podia ser mobilizado para apoio eleitoral fora da própria cidade de uma pessoa. Diversos políticos fizeram carreira política na capital, um fenômeno encontrado em muitas biografias. [...] As conseqüências culturais desse sistema familiar espacialmente móbil também eram importantes. Promovia uma visão comum da classe social, assim como uma cultura comum; reforçava o mineirismo e a sensação de identidade regional.[14]

A mobilidade e rotatividade dos representantes da elite mineira também podem ser visualizadas por meio dos enlaces matrimoniais. O casamento era um canal de mobilidade aceito para homens talentosos sem conexões familiares. Wirth cita o exemplo de João Pinheiro,

> filho de um imigrante italiano que foi duas vezes governador, impulsionou sua carreira casando-se com uma moça da família Arantes, que o ligou à nobreza do café da zona da Mata. Se o casamento entre primos era típico na elite, também era sua vontade de admitir genros capazes para os conselhos de família. Em suma, a elite valorizava o talento e a perspicácia nos negócios.[15]

Casos como o de João Pinheiro, ao que tudo indica, foram comuns na formação da elite intelectual e política. Homens de trajetória simples, mas que demonstravam talento para a política, tinham a possibilidade de se casar com moças de famílias renomadas e, assim, ter acesso ao poder. Desse modo, a "velha elite de médicos, advogados e normalistas também aceitou os novos comerciantes na sociedade e na administração dos negócios da cidade".[16] Vale ressaltar que, apesar do surgimento de novos grupos "endinheirados", a elite mais tradicional tratava de preservar sua influência e prestígio.

1.2 A elite mineira e a cultura urbana: o gosto pela imprensa e pelo lazer

Como vimos, a elite intelectual mineira que se formou nos últimos anos do século XIX era fragmentada em seus aspectos econômicos, mas manteve-se unida pelo forte laço da tradição e da riqueza e elegeu o centro urbano como espaço para seu desenvolvimento. Se, por um lado, a presença da elite nas cidades evidencia seu

---

[14] WIRTH, John D. *O fiel da balança... Op. cit.* p. 125.

[15] WIRTH, John D. *O fiel da balança... Op. cit.* p. 125.

[16] WIRTH, John D. *O fiel da balança... Op. cit.* p. 126.

ampliado gosto pela vida moderna e pela diversidade cultural, por outro, mostra que, para essa elite, viver a modernidade não necessariamente significava abrir mão do conservadorismo, afinal, era ele que garantia sua coesão e marcava sua desenvoltura em conduzir as mudanças sem perder a ordem.[17]

A influência da Igreja Católica na constituição social e cultural da elite mineira é visivelmente percebida na sua formação e nos valores que serviram de base para os projetos conservadores, quiçá autoritários, dos intelectuais mineiros que encontraram na construção da cidade de Belo Horizonte a possibilidade de colocar em ação seus planos.

A elite mineira valorizava a cidade e suas instituições, escolas, clínicas e serviços burocráticos, ainda que precários. Para ela, tais espaços demonstravam ares de civilização e atraíam a população para os centros urbanos. Do ponto de vista econômico, as cidades mineiras estavam ligadas às casas comerciais do Rio de Janeiro e São Paulo. Wirth lembra que os comerciantes mineiros viajavam com frequência para o Rio de Janeiro para comprar mercadorias de todos os tipos. A articulação com o Rio de Janeiro era facilitada pela ampliação das ferrovias, bem como pelo desenvolvimento dos serviços de correio e telefonia.[18]

A imprensa local foi outro traço do regionalismo mineiro. O jornal geralmente era de propriedade de chefes políticos locais e tinha como função primordial atuar na política e, ao mesmo tempo, ilustrar o gosto do mineiro pela boa leitura e pela dinâmica comercial.[19] Destacavam-se também os jornais de orientação religiosa católica, que buscavam influir sobre os fatos cotidianos e lançar campanhas religiosas e políticas. A Igreja Católica, nesse período, utilizava a imprensa como arma poderosa para combater a expansão do protestantismo, do positivismo, do espiritismo, do liberalismo e do comunismo; para ela, ideias perniciosas que contribuíam para a desordem e decadência social.

---

[17] BOMENY, Helena Maria Bousquet. *Guardiães da razão... Op. cit*. p. 32.

[18] De acordo com Wirth, o volume de correio cresceu intensamente de 7,1 milhões de itens, em 1896, para 56,2 milhões, dez anos mais tarde. Minas liderou o país com 831 agências postais. Pondera, no entanto, que era um serviço deficiente, visto o número de reclamações sobre cartas perdidas, abertas, retardadas e dinheiro que não chegava a seu destino (cf. WIRTH, John D. *O fiel da balança... Op. cit.* p. 129).

[19] WIRTH, John D. *O fiel da balança... Op. cit.* p. 131.

Ainda segundo Wirth, a variedade e quantidade dos jornais em circulação em Minas Gerais garantiram-lhe o segundo lugar em quantidade de jornais na imprensa periódica nacional, na década de 1930, e o terceiro como maior empregador nesse setor.

A importância da imprensa como amálgama da sociedade mineira pode ser visualizada em Belo Horizonte,[20] já que, antes mesmo de sua inauguração, em 7 de setembro de 1895, passou a circular pela cidade o jornal intitulado *Bello Horizonte*, de propriedade do padre José Martins Dias. Publicado aos domingos, em sua primeira fase de existência, o jornal buscava estabelecer vínculos entre os moradores e noticiar o andamento da construção da nova capital. Integrar e distrair os novos habitantes eram as intenções do jornal.[21]

A criação do jornal *Bello Horizonte* foi um dos primeiros indicativos da necessidade e importância da imprensa para a nova capital. Fato confirmado por Castro,[22] que contabilizou cerca de 430 jornais diferentes na virada da segunda década do século XX. Esses dados são expressivos se consideramos que, apesar do elevado número da população mineira, nas suas primeiras décadas, Belo Horizonte era uma cidade de pequeno porte e contava com aproximadamente 50.000 habitantes.

A imprensa tinha, nesse período, o papel de instruir a população e, ao mesmo tempo, criar grupos e identidades, visto que a população era composta de "gentes" de todos os lugares. Nos dizeres de Castro, a imprensa "não seria apenas fonte de idéias e de imagens, mas uma maneira peculiar de criar laços sociais, agregar interesses, disseminar visões de mundo, possibilitar reconhecimento, construir diferenças e configurar identidades". Para a autora, a maioria dessas iniciativas editoriais dos trinta primeiros anos da capital tinha dificuldade de superar o 3º número, devido, essencialmente, às limitações tipográficas e ao reduzido público leitor, mas, ainda

---

[20] Belo Horizonte não monopolizava a opinião pública. As cidades de Juiz de Fora, Uberlândia e Uberaba também dispunham de importantes jornais diários. Vale ressaltar, ainda, a influência e circulação de jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo por toda Minas Gerais. Sobre a importância dos jornais em outras regiões mineiras que não Belo Horizonte, ver: GOODWIN JÚNIOR, James William (2004); e CARVALHO, Carlos Henrique (2004).

[21] CASTRO, Maria Céres. Estudo crítico e nota biográfica. In: LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da Imprensa de Belo Horizonte*: 1895-1954. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. p. 22.

[22] CASTRO, Maria Céres; VAZ, Paulo Bernardo (Org.). *Folhas do tempo*: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte. 1895-1926. Belo Horizonte: UFMG / Associação Mineira de Imprensa / Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1997. p. 23-24.

assim, evidencia que a imprensa exerceu "importante papel político, comercial e cultural no centro de gravidade do estado, a nível local".[23]

Como mostra Wirth, ao longo das décadas de 1910 e 1920, o cinema, os romances e as novelas tiveram ampla aceitação do público.[24] O sucesso dos filmes levou à criação, no ano de 1920, da Liga da Moralidade – uma iniciativa da Igreja Católica mineira –, na tentativa de controlar e censurar livros e filmes que, na visão dos católicos, podiam estimular vícios e a violência, contribuindo para a desordem social. Para os católicos, o cinema e os romances eram escolas do crime. Por conta disso, marcavam nas páginas de seus jornais os filmes e livros censurados.

> A questão da censura de cinemas mormente pode encontrar obstáculos por parte dos espíritos incultos ou corrompidos. Todos os países civilizados já crearam a censura official. Entre nós felizmente o dr. Arthur Bernardes teve coragem bastante para romper com zoilos que retardam o progresso e procuram amarrar nossa querida pátria a um poste ridículo [...]. Estamos portanto em bom caminho, mas ainda não estamos em marcha apreciável. A censura oficial esta apenas na lei, na prática, ninguém a viu ainda. As auctoridades policiaes não observam, nem respeitam o decreto. Não lhes falta por ventura boa vontade, falta-lhes o campo, e mais do que este, o senso crítico. A lei não estabelece padrões pelos quaes qualquer censor possa guiar-se tranquilamente como viajante aos indicadores de uma estrada desconhecida. A lei apenas designa *films* immoraes ou inconvenientes, mas não dão característicos da immoralidade ou da inconveniência. Seria necessário que o governo mandasse por pessoa competente organizar o manual ou guia pratico e depois submetter esse trabalho a uma comissão auctorizada. [...] Por ser constituída por um representante do Conselho Superior do Ensino, um representante da Secretaria do Interior, pelo Reitor do Gymnasio Mineiro, pelo lente de Pedagogia da Escola Normal, por um representante da Academia de Letras, por um representante do clero e da liga da moralidade. Submettido a uma comissão tão notável, poderia ser o manual ou guia approvado e mandado executar pelo governo em todas as localidades [...].É possível que não agrade, apresentem outros os que forem mais competentes. O certo é que não podemos continuar com uma lei que censura só no papel, emquanto os cinemas continuam a envenenar quotidianamente nosso povo.[25]

---

[23] CASTRO, Maria Céres; VAZ, Paulo Bernardo (Org.). *Folhas do tempo*: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte. 1895-1926. Belo Horizonte: UFMG / Associação Mineira de Imprensa / Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1997. p. 130-131.

[24] WIRTH, John D. *O fiel da balança... Op. cit.* p. 131.

[25] Jornal *O Horizonte*. Anno I, Belo Horizonte, 28/04/1923. p. 1.

O trecho citado evidencia que a preocupação com os efeitos do cinema na moral e no pudor da população não era exclusividade da Igreja. O presidente do estado, Arthur Bernardes, não só apoiava a ação da Liga da Moralidade como criou uma lei de regulamentação do cinema, evidenciando a estreita relação entre a Igreja Católica e os representantes políticos, bem como seu caráter conservador, que buscava mediar o impacto das novidades na sociedade. Nota-se, também, a relação entre as instituições de ensino, governo estadual e Igreja Católica.

Se, por um lado, as autoridades políticas e religiosas temiam as influências negativas do cinema, por outro, o utilizaram a seu favor, aproveitando-o como instrumento de ensino. Prova de que, por mais conservadora que fosse a elite mineira, ela não deixava de empregar os utensílios da modernidade em seu benefício.

Em matéria publicada no jornal *O Horizonte*, afirmam:

> De grandes males é capaz o cinema: verdade é essa que não permitte discussão. É fora de dúvida, porém, que o cinema, devidamente aproveitado, constitue um instrumento magnífico do ensino. [...] Quando aqui esteve a eximia escriptora D. Amélia Rezende Martins, que tão instructivas e agradaveis palestras realisou para o professorado da Capital, não cessou de chamar a attenção do Governo do Estado para esse magno assumpto, havendo mesmo esboçado um plano de execução. Começou logo o governo a cogitar do assumpto mandando experimentar apparelhos de projecção luminosa, fixa ou animada, na Escola Normal. [...] Adoptando um execellente plano, que lhe fora apresentado pelo Dr. Djalma Andrade, iniciou o Presidente Mello Vianna a preparação dos films escolares. Para isso organisou o Secretário do Interior uma comissão composta do auctor da idea, do Dr. Affonso dos Santos e do Sr. Bonfioli, como operador cinematographista. O primeiro film escolar refere-se à História de Minas estando já prompta a primeira parte que abrange as entrevistas e as bandeiras, as luctas entre os emboabas e os paulistas, a revolta das casas de fundição e a inconfidência [...] A importância dessa iniciativa do governo mineiro resalta da simples exposição que, em rápidos traços, aqui deixamos consignada. Evidentemente, a efficiencia de um ensino assim ministrado deverá ser incomparavelmente maior quando é o mesmo feito pelos meios ordinários, não somente por causa dos attractivos do cinema para todos, especialmente para as crianças, como também pelo caráter concreto e intuitivo que têm as lições [...].[26]

O conteúdo da matéria, além de demonstrar a utilização do cinema como recurso didático nas escolas, o gosto e o orgulho do mineiro pela sua história, reforçava a íntima

[26] O CINEMA nas escolas. *O Horizonte*, Anno IV, Belo Horizonte, 20/01/1926. p. 1.

relação entre o Estado e a Igreja, especialmente na educação, haja vista que os membros designados para a execução do projeto de utilização do cinema nas escolas eram católicos militantes e importantes articuladores da educação.

1.3 A educação da elite intelectual

Devido à influência do ensino religioso por parte de ordens femininas de origem francesa, o ensino secundário estava, em grande parte, sob o controle das escolas católicas, destacando-se os seminários. Segundo Torres (1972, p. 162), os colégios femininos, geralmente geridos por freiras, contribuíram para a formação de normalistas com base nos valores morais e cristãos, e se tornaram, mais tarde, importantes instrumentos da Igreja Católica dentro das escolas primárias de todo o estado.

O maciço controle da Igreja Católica sobre o ensino secundário nos leva à conclusão de que as escolas secundárias foram espaços fundamentais para a formação do laicato católico. Um ambiente em que os jovens compartilhavam crenças sedimentadas no catolicismo e formavam "um conjunto de indivíduos dotados de um carisma coletivo que permit[iam] conhecimento recíproco",[27] e o carregavam por toda a sua carreira, mantendo o sentido de grupo.

Outra evidência da importância do ensino secundário como ambiente de atuação católica reside no monopólio do ensino normal em Minas. Na década de 1920, havia apenas duas escolas normais oficiais e cinquenta escolas normais equiparadas sob o controle das congregações católicas.

Não por caso, em 1927, quando Francisco Campos,[28] através da Reforma do Ensino, subordinou as escolas normais equiparadas ao governo, os católicos se organizaram para reaver o controle sobre o ensino normal. A título de exemplo, quando da promulgação da referida Reforma do Ensino, o jornal católico *O Horizonte* publicou 23 artigos para demonstrar, através da análise detalhada dos decretos da Reforma, que o governo não estava devidamente aparelhado para operar as mudanças. Valendo-se sempre dos argumentos de que tal medida era "uma decepção principalmente sob o

---

[27] PINHEIRO FILHO, F. A. A invenção da ordem: intelectuais católicos no Brasil. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, v. 19, p. 33-51, 2007. p. 33.

[28] Secretário do Interior do governo Antônio Carlos de Andrada, redator da Reforma do Ensino Normal, em 1927, inspirado nas novas correntes pedagógicas.

ponto de vista dos interesses religiosos do povo mineiro e um desrespeito às congregações católicas que com tanto zelo e qualidade ministraram os cursos normais"[29] até então. Nas palavras de Jackson Figueiredo,[30] perder a atuação nas escolas normais significava perder o grande laboratório do catolicismo no Brasil.[31]

O acesso ao ensino superior dava-se através das escolas secundárias, frequentadas quase que exclusivamente pelas elites. Havia uma relação estreita entre a participação na vida política, preparo intelectual e valorização do meio urbano. Devido à limitação de instituições superiores em Minas Gerais, até a década de 1910,[32] os mineiros ingressavam nas faculdades do Rio de Janeiro e São Paulo, destacando-se a preferência pelas carreiras de direito, engenharia, medicina e farmácia.

O trabalho de Amilcar Martins[33] mostra que 98,4% da elite política mineira frequentaram ou concluíram o curso superior, mas, na prática, apesar do considerável número de ingressos e diplomados, poucos exerceram a profissão. Assim, a passagem pelas faculdades servia mais de ponte de acesso a cargos políticos e administrativos, garantindo privilégio e prestígio, do que uma especialidade profissional.

Segundo Borges, nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, grande parte dos políticos mineiros se formou na Faculdade de Direito de São Paulo, quando incorporaram o liberalismo hasteado nos princípios da liberdade, individualidade e propriedade, colocando em segundo plano a autonomia da ação coletiva.[34] Para a autora, essa formação dotou os políticos mineiros de boa retórica, com grande poder de persuasão e de direção ideológica e cultural. Esses homens, além dos cargos políticos, ocuparam outras relevantes funções na educação, na imprensa e no comércio, formando uma poderosa rede de influência.

---

[29] SANTOS, Affonso dos. Reforma do Ensino I. *O Horizonte*, 14/03/1928 p. 1.

[30] Intelectual católico convertido ao catolicismo, em 1928. Em 1921, fundou a revista *A ordem*, periódico editado por leigos e eclesiásticos, difusor da Ação Social Católica no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro. Sobre isso, ver: VELOSO, 1978, e MICELI, 1979.

[31] SANTOS, Affonso dos. Nossas reivindicações. *O Horizonte*, 02/11/1927 p. 1.

[32] Nesse período, Minas Gerais contava apenas com: Escola de Minas de Ouro Preto; Faculdade Livre de Direito do Estado de Minas Gerais, em Ouro Preto (1903); Faculdade de Odontologia e Farmácia do Instituto Granbery de Juiz de Fora (1908); e Escola Superior de Agricultura de Lavras (1910).

[33] MARTINS FILHO, Amilcar Vianna. *Segredo de Minas*: a origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930). Belo Horizonte: Cryhsalidas, 2009. p. 130.

[34] BORGES, Vera Lúcia. Os deputados estaduais de Minas Gerais e a missão civilizadora da educação: 1892-1898. *Cadernos de História da Educação*, v. 8, n. 2, jul./dez. 2009. p. 480.

1.4 As associações voluntárias

Conforme destaca Wirth, as associações voluntárias, em Minas Gerais, começaram a surgir em maior número na última década do século XIX, quando as associações comerciais, os clubes de esporte, as sociedades literárias e de benefícios aos trabalhadores proliferaram.[35]

Em Belo Horizonte, nas primeiras décadas do século XX, as associações voluntárias, devido à variedade de grupos e nacionalidades que compunham sua população, serviam como elo agregador do conjunto urbano. Floresciam as associações de auxílios mútuos de comerciantes, clubes de senhoras, bandas, grupos teatrais e associações profissionais bem organizados e amplamente atuantes no ordenamento da sociedade mineira.

A Igreja Católica mineira, sem dúvida, teve um importante papel nas organizações voluntárias. Essa atuação pode ser verificada no trabalho de Souza,[36] que destaca a força da Igreja na economia da caridade, seu controle sobre a família pobre, as estratégias de aproximação e de convencimento usadas pelos grupos vicentinos em suas visitas aos pobres.

Não podemos nos esquecer, também, da influência católica na área de assistência à saúde dos pobres, tendo em vista que, segundo Souza, "não fugindo à tradição, a cidade de Belo Horizonte contou desde o início de sua fundação com a Santa Casa de Misericórdia".[37] Ainda segundo o autor, pouco depois da inauguração da cidade, a necessidade de construir um hospital em Belo Horizonte era uma meta urgente. Quando a sede do governo do estado foi transferida, de Ouro Preto para Belo Horizonte, em 12 de dezembro de 1897, "não existia aqui ainda um hospital, provisório

---

[35] WIRTH, John D. *O fiel da balança... Op. cit.* p. 134.

[36] SOUZA, Marco Antônio de. *A economia da caridade*: estratégias assistenciais e filantrópicas em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Editora Newton Paiva, 2004. p. 20.

[37] Marco Antônio de Souza refere-se à tradição assistencialista da Santa Casa de Misericórdia no Brasil, desde o tempo de colônia, o que, segundo o autor, ganhou importância especial quando "lhe foi atribuída pelo poder público, ainda no Império, a missão de orientar a população das cidades para evitar a propagação de epidemias, com a finalidade de tentar controlá-las, isso ocorrendo nas décadas de transição entre os séculos XIX e XX" (SOUZA, Marco Antônio de. *A economia da caridade*: *Op. cit.* p. 107).

sequer, não obstante ser enorme e paupérrima a população que para aqui afluía procurando trabalho".[38]

Em 1899, devido à urgência da construção de um hospital que pudesse assistir à saúde da população belo-horizontina, especialmente quanto aos pobres, iniciou-se a construção da Santa Casa de Misericórdia. De acordo com Souza,[39] logo nos primeiros anos de improviso, o hospital passou a funcionar em estado de precariedade de asseio, higiene e equipamentos, problemas que só foram solucionados anos depois, com as constantes doações e mutirões de caridade dos cristãos, tornando-se importante centro controlador de doenças e epidemias.

1.5 Belo Horizonte e os intelectuais católicos em ação

Como já foi fartamente discutido pela historiografia,[40] Belo Horizonte foi planejada e construída dentro dos padrões de higiene e salubridade da época, para ser símbolo da República, revestida de ideais de modernidade e civilização, mas também, como vimos, serviu para minar os conflitos entre as forças políticas regionais e, consequentemente, promover a integração do estado e tornar-se novo centro econômico, político e cultural.

O período que abrange os anos da construção da cidade até 1930 foi de fundamental importância na organização espacial e social da nova capital. Para Souza, essa fase, que ainda estava dentro dos projetos iniciais delineados pelas elites que planejaram a cidade, é um momento crucial na formação da população, na criação de grupos e identidades.[41]

Nesse período, ocorre o preenchimento dos quadros burocráticos e administrativos, e começam a surgir os primeiros problemas sociais. Uma incipiente industrialização e, com ela, o aparecimento de uma nova classe, os operários acompanhados de outros homens, mulheres e seus filhos, formando um contingente

---

[38] Álbum Médico, 1912, *apud* SOUZA, *A economia da caridade*: *Op. cit.* p. 107.

[39] SOUZA, Marco Antônio de. *A economia da caridade*: *Op. cit*. p. 108.

[40] JULIÃO, 1996; TORRES, 1997; GOODWIN JÚNIOR, 2004; SOUZA, 2004, e outros.

[41] SOUZA, Marco Antônio de. *A economia da caridade*: *Op. cit*. p. 24.

populacional que, na visão das elites, precisava ser educado dentro dos bons costumes, da ordem e da moral, e disciplinado para o mundo do trabalho.[42]

Assim, durante os trinta primeiros anos da cidade de Belo Horizonte, os políticos e intelectuais que se deslocaram de Ouro Preto para a nova capital dividiram-se em grupos e discutiram estratégias para dirigir o município e seus habitantes, conforme seus interesses.

Dentre os grupos intelectuais, podemos elencar como mais representativos e atuantes o grupo de jovens modernistas[43] e os militantes católicos. No presente estudo, daremos ênfase à atuação do segundo grupo.

O grupo de militantes católicos era bem organizado e marcado por certa homogeneidade e coesão, composto por homens e mulheres educados nos valores do cristianismo. Segundo Torres, os militantes católicos eram provenientes

> de áreas urbanas ou semi-urbanizadas, com regular nível de educação [...] e, principalmente, do ponto-de-vista religioso, gerações formadas sob o influxo poderoso da ação de D. Viçoso[44]. O grande bispo do Império fizera de Minas, como se sabe, uma região efetivamente católica, em que a tradição talvez um pouco burocratizante do Padroado se transformara em vida religiosa sincera e efetiva, embora para nossa mentalidade moderna, com alguns laivos de jansenismo e outras práticas do século XIX – mas era religião levada a sério e praticada, em fé viva e profunda[45]

---

[42] SOUZA, Marco Antônio de. *A economia da caridade*: *Op. cit*. p. 24.

[43] Grupo que, de acordo com Bomeny (1994), "além de se constituir primeiro na ordem do tempo, bem cedo passou a ser a referência intelectual mais ou menos obrigatória aos que lidavam com as coisas da cultura em Belo Horizonte". Isso porque era "preocupação do grupo, manter contato, trocar informações, conhecer tendências modernas da produção artística e encontrar o lugar de Minas no país e na geração no conjunto de intelectuais". Desse grupo de intelectuais resultaram pensadores, escritores, poetas e importantes figuras políticas, como Abgar Renault, Alberto Campos, Carlos Drummond de Andrade, Emílio Moura, Francisco Martins de Almeida, Gabriel Rezende Passos, Gustavo Capanema Filho, Hamilton de Paula, Heitor Augusto de Souza, João Alphonsus de Guimaraens Alves, João Pinheiro Filho, Mário Álvares da Silva Campos, Mario Casassanta e Milton Campos. Era o chamado *Grupo Estrela* – nome do café em que se reuniam –, destacando-se Carlos Drummond de Andrade, Francisco Campos e Gustavo Capanema devido à grande atuação no cenário político nacional, sobretudo no campo da educação, nas décadas de 1920 e 1930. Sobre os modernistas mineiros, ver também: ANDRADE, Luciana Teixeira de. *A Belo Horizonte dos modernistas*: representações ambivalentes da cidade moderna. Belo Horizonte: PUC Minas; C/Arte, 2004; _____. Belo Horizonte: imagens da cidade, vida social e intelectual: 1897-1930. *Cadernos de Ciências Sociais*, Belo Horizonte, v. 5, n. 8, p. 66-80, dez. 1997.

[44] Antônio Ferreira Viçoso, bispo de Mariana entre 1844-1875. Teve importante atuação na reforma eclesiástica da Igreja Brasileira no Império.

[45] TORRES, João Camilo de Oliveira. *A Igreja de Deus em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Edu, 1972. p. 183.

Tiveram, obrigatoriamente, passagem pelos colégios católicos e/ou seminários:

> Ora de sua passagem pelas escolas de preparação para o sacerdócio, esses rapazes adquirem não somente uma formação clássica boa, hábitos de estudo meticulosos, disciplina intelectual, e também e principalmente, formação religiosa sólida e profunda. O resultado é que na prática, os ex-seminaristas que não perderam a fé e não se tornaram anticlericais por motivos de problemas com seus professores, transformaram-se em excelentes membros do laicato, já que possuem uma sólida cultura religiosa, coisa que não é comum entre os leigos brasileiros. Daí o fato que embora não universal, tem sido muito comum: o ex-seminarista que traz para a vida civil hábitos de piedade e cultura religiosa sólida. Podemos então admitir que o relativo desfalque quantitativo proveniente dos que deixam o seminário é compensado (além do que é óbvio, melhoria qualitativa do clero) pelo aparecimento de uma categoria de leigos de formação religiosa.[46]

Majoritariamente membros da classe dominante, professores, funcionários públicos, magistrados, médicos, farmacêuticos, engenheiros e literatos, todos nascidos de várias gerações de agentes do poder político, formavam, não somente uma massa vagamente cristã ou de intelectuais desinteressados, mas sim uma comunidade composta de indivíduos que estavam acostumados a fazer da religião o centro da vida e que carregavam essas crenças em suas carreiras políticas e profissionais.[47]

Aproveitando-se da aceitação dos mineiros ao catolicismo, os intelectuais católicos, logo que chegaram a Belo Horizonte para compor os quadros burocráticos e políticos da nova capital,[48] reuniram-se em redes de atuação e apresentaram-se como os mais aptos a organizar a nascente população belo-horizontina. Através de suas agremiações e instituições, propuseram medidas imediatas para conter a atuação desordenada dos operários e dos forasteiros, vistos como desvirtuantes da boa moral cristã.[49]

---

[46] TORRES, João Camilo de Oliveira. *A Igreja de Deus em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Edu, 1972. p. 162.

[47] TORRES, João Camilo de Oliveira. *A Igreja de Deus em Belo Horizonte*. *Op. cit*. p. 184.

[48] Esses homens vieram basicamente da antiga capital, Ouro Preto, onde compunham o quadro burocrático do estado de Minas Gerais.

[49] Como têm demonstrado os estudos sobre a construção de Belo Horizonte,[49] apesar de todos os projetos de controle da pobreza e divisão da cidade em sessões urbanas e suburbanas, os problemas sociais apresentavam-se como um grande desafio para o governo. Os operários e os imigrantes italianos são apontados como os principais elementos da desordem na cidade. Não raro, encontramos nos jornais da época denúncias da atuação desses vadios.

1.6 A elite intelectual católica

Se, de um modo geral, a elite mineira abria espaço para a entrada de indivíduos desprovidos de conexões familiares, ao analisarmos especificamente os membros da elite intelectual católica,[50] tal possibilidade não se confirma. Esse grupo era composto, via de regra, pelos filhos da Tradicional Família Mineira (TFM), educados nas escolas católicas ou seminários, resultando na formação de um grupo mais homogêneo que conseguiu se organizar e ganhar força para conduzir os processos de modernização na nova capital mineira, sobretudo nos anos de 1920 a 1930.

Essa liderança, em Belo Horizonte, justifica-se pela longa tradição e orientação católica da população mineira, pela homogeneidade e força política do grupo, logo reforçado por intelectuais provenientes do Rio de Janeiro que vieram para a capital mineira, muitos deles, médicos atraídos pelo ambiente favorável ao tratamento da tuberculose. A maior parte desses médicos estava envolvida nos movimentos da Ação Social Católica.[51] Grosso modo, a Ação Social Católica foi um movimento de renovação da Igreja, ocorrido nas primeiras décadas do século XX, que previa a formação de instituições e associações laicas voltadas para a propagação do catolicismo. No Brasil, o movimento aconteceu sob a influência direta de D. Sebastião Leme[52], bispo do Rio de Janeiro. O Anexo 1, ao fim desta dissertação, nos permite qualificar com mais detalhes esse grupo de intelectuais.[53]

---

[50] Ver Anexo 1: Perfil biográfico dos intelectuais católicos.

[51] Sobre o assunto, ver: AZZI, Riolando. *A neocristandade*: um projeto restaurador. São Paulo: Paulus, 1994; LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *A Igreja Católica no Brasil e o regime republicano*: um aprendizado de liberdade. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

[52] Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1942), importante líder eclesiástico atuante nas décadas de 1920 e 1930. Dom Leme foi um dos precursores na pregação de um catolicismo militante em oposição ao comodismo das elites brasileiras. Em parceria com Jackson Figueiredo criou em 1922 a revista "A ordem" e o Centro Dom Vital. Sobre isso Rita de Cássia Marques (1997) e Monica Velloso (1978).

[53] Os nomes constantes no quadro (Anexo 1) foram retirados dos livros: LIMA, Mário de. *O bom combate*: subsídios para a história de 20 anos de ação social catholica em Minas. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929; MATOS, Henrique Cristiano José. *Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas, entre 1922 e 1936*. Belo Horizonte: O Lutador, 1990. Homens que, segundo as fontes citadas, participaram dos movimentos e associações católicos em Minas Gerais. Não foi possível encontrar todas as informações sobre esses sujeitos, no entanto, as informações recolhidas mostraram-se suficientes para sustentar a análise.

O primeiro dado relevante é o fato de todos terem nascido entre as décadas de 1850 e 1870, período identificado como de formação da elite intelectual mineira que atuaria no cenário político do estado nas décadas de 1920 e 1930.

Esse grupo era composto majoritariamente por homens nascidos nas regiões da Zona da Mata e do leste de Minas, filhos da elite cafeeira e mineradora. Foge à regra, Hugo Werneck, Joaquim Furtado de Menezes, Roberto de Almeida Cunha, Borges da Costa e Carlos Goes, que, nascidos na cidade Rio de Janeiro, mudaram-se para Belo Horizonte para investir em suas carreiras profissionais, atraídos pelas possibilidades que a recém-criada capital prometia. No entanto, apesar de não terem nascido em Minas Gerais, esses homens atuaram amplamente nos movimentos católicos em Belo Horizonte, visto que já eram partícipes da Ação Social Católica no Rio de Janeiro, sob o comando do bispo D. Leme.

Através do quadro biográfico (Anexo 1), podemos verificar também que os membros do grupo eram filhos de homens de tradição política em Minas Gerais, que ocuparam importantes cargos desde os períodos colonial e imperial, e de militares de alta patente. Pode-se destacar o caso de Antônio Carlos de Andrada, sobrinho-neto de José Bonifácio de Andrada.

Todos eles cursaram o ensino secundário em escolas católicas, especialmente no Seminário de Mariana e no Colégio do Caraça, e, juntos, somavam um percentual de aproximadamente 35% dos ingressos nessas escolas no período analisado.

De acordo com Villalta,[54] a criação do Seminário de Mariana (1750) esteve atrelada ao movimento de Contra-Reforma da Igreja Católica, que visava à formação dos clérigos, mas, com o tempo, esse objetivo aliou-se à possibilidade de educar os filhos da elite mineira que, muitas vezes, precisavam se deslocar para o Rio de Janeiro e Bahia para estudar.

O Colégio do Caraça[55] destacou-se como formador da elite mineira tanto no Império como na República, o que lhe garantiu o nome de “sementeira do poder”. Segundo Andrade (1992) e Borges (2009), a instituição era dirigida por padres da Congregação Lazarista, de corrente humanista tradicional católica, que valorizava os

[54] VILLALTA, Luiz Carlos; RESENDE, Maria Efigênia Lage de (Org.). *História de Minas Gerais*. v. 2. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

[55] O Caraça, criado em 1820, teve suas atividades interrompidas no ano de 1842. Reabriu em 1856, encerrando suas atividades no ano de 1912.

estudos literários, morais e filosóficos, destacando-se a formação clássica baseada nas antigas tradições. Provavelmente, foi nesse ambiente dos seminários que esses jovens se articularam enquanto um grupo homogêneo.

No curso superior, os estudantes optavam, preferencialmente, pelos cursos de Direito na Faculdade de São Paulo (31%) e de Minas Gerais (31%), e pelo curso de Engenharia na Escola de Minas de Ouro Preto (16%). Os membros desse grupo, oriundos do Rio de Janeiro, formaram-se pela Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro (9,6%). O grande número de formados pela Faculdade Livre de Direito de São Paulo justifica-se pela possibilidade que o curso dava para atuação em vários segmentos e atividades sociais. Essa preferência contribuiu, também, para a forte coesão social desse grupo de intelectuais, facilitando sua intervenção no campo político.

Devido à formação universalista e humanista dada aos estudantes, estes tiveram acesso facilitado nas carreiras de professores, juristas, jornalistas e políticos, atuando em mais de uma ocupação simultaneamente. Destaca-se o fato de todos os intelectuais pertencentes a esse grupo terem ocupado cargos políticos de extrema importância, o que lhes garantia poder e legitimidade, além de terem sido professores de escolas renomadas nos níveis de ensino secundário e superior. Alguns deles também ocuparam cargos estratégicos na Instrução Pública de Minas Gerais. Esse dado não deixa dúvidas quanto ao poder de intervenção e direcionamento desse grupo na educação mineira.

De um modo geral, o perfil biográfico dos intelectuais católicos nos permite concluir que eles tiveram uma trajetória familiar e escolar muito peculiar, que favoreceu a coesão do grupo e uma ampla participação na vida política, orientada pelos preceitos e dogmas do catolicismo, permeando suas ações no campo educacional durante as três primeiras décadas do século XX.

1.7 A Reforma João Pinheiro e as associações católicas: a criação de uma agenda para a educação

Podemos dividir a ação do laicato católico mineiro em dois momentos: antes e depois da criação da arquidiocese de Belo Horizonte. O primeiro momento caracteriza-se pela atuação de instituições de caridade compostas pelo laicato. Homens e mulheres da alta sociedade que, fazendo uso da prática caritativa, cuidavam dos pobres e, ao mesmo tempo, mostravam-se como denodados cidadãos perante a sociedade, afinal, ser

caridoso nesse contexto era importante atributo.[56] As referências eclesiásticas desse período eram os bispos das cidades de Mariana e Diamantina, D. Silvério Gomes Pimenta e D. Joaquim Silvério de Souza, respectivamente.

Antes da chegada do bispo D. Cabral a Belo Horizonte, haviam várias associações beneficentes e de caridade espalhadas pela cidade, e, grosso modo, visavam assistir às famílias pobres. Diante da diversidade de associações, agremiações e irmandades atuantes nesse período, iremos priorizar a análise de duas associações: a União Popular (UP) e a União dos Moços Católicos (UMC), pois elas desenvolveram atividades mais regulares, tinham projetos bem definidos e contavam com a presença das lideranças leigas mobilizadas para que a fé cristã continuasse a ser elemento constitutivo do Estado. Uma luta que tinha na ponta da espada o controle da educação.

O segundo momento é demarcado pela chegada de D. Cabral à capital mineira, ocasião em que o referido bispo toma a direção do laicato em ampla conexão com as orientações de D. Leme, no Rio de Janeiro, e cria em torno de si uma comissão de apoio, especialmente por parte da elite católica e política.

No dia 28 de setembro 1906, logo após assumir a presidência do estado, João Pinheiro (1906-1908),[57] político conhecido por sua inclinação positivista, juntamente com o Secretário do Interior, Manoel Carvalho de Britto, autorizava o governo, através da lei nº 439, a reformar o ensino primário e normal em Minas Gerais. Tal reforma entrou em vigor pelo decreto nº 1.969, de 3 de janeiro de 1907.[58]

---

[56] Ver MARQUES, Rita de Cássia. *A imagem social do médico de senhoras no século XIX*. Belo Horizonte: Coopmed, 2005.

[57] João Pinheiro foi eleito presidente do estado de Minas para governar durante o quatriênio 1906-1908, mas faleceu em 1908, sendo substituído pelo seu vice, Júlio Brandão.

[58] Conforme demonstra Irlen Antônio Gonçalves, é importante ponderar que, "ainda que se possa atribuir a João Pinheiro o mérito da reformulação do ensino primário, com a decretação da citada lei, é necessário também o reconhecimento da participação de outros segmentos, principalmente de políticos, de intelectuais e de educadores, no debate e na consecução de uma política de instrução pública primária para o Estado de Minas Gerais, dentre os quais se destacam os secretários dos Negócios do Interior, dos governos antecessores, Wenceslau Braz Pereira Gomes e Delfim Moreira da Costa Ribeiro, e sobretudo, os inspetores Raymundo Tavares, Antonio Raymundo da Paixão, Carlos Leopoldo Dayrell Júnior, Arthur Queiroga e Estevam de Oliveira [...]". GONÇALVES, Irlen Antônio. Cultura escolar: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918). Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 61.

Alguns pontos da Reforma João Pinheiro, como bem apontam Faria Filho e Tarcísio Mauro Vago,[59] já haviam sido esboçados por governos anteriores, em particular por Delfim Moreira, que antecedeu Carvalho de Britto na Secretaria do Interior. A novidade estava na criação dos grupos escolares, os quais contribuíram para a construção de uma nova cultura escolar em Minas Gerais.

Para implantar essa nova cultura escolar, a Reforma João Pinheiro apresentava como principais pontos: a) a preocupação com a habilitação dos professores; b) a disseminação de cadeiras de instrução primária; c) a fiscalização periódica das escolas e a implantação de métodos e programas de ensino padronizados; d) a preocupação com o mobiliário e aparelhos escolares; e) a edificação de ambientes apropriados, com adequadas condições de higiene para a educação escolar (os chamados grupos escolares); f) a introdução de disciplinas ligadas à agricultura; e g) a regulamentação da inspeção escolar, técnica e administrativa.

Além das inovações pedagógicas, para nós, interessa saber dois pontos da reforma: o primeiro diz respeito ao fato de que a Reforma João Pinheiro (1906) representou teoricamente um momento de inflexão da presença católica na educação primária de Minas Gerais, afinal, foi a primeira vez, na história educacional mineira, que se assumiu a laicidade do ensino. Vale lembrar que nem mesmo a Constituição Republicana de 1891 foi capaz de coibir o ensino religioso no currículo das escolas públicas mineiras, dada a tradição católica da população local; o segundo ponto refere-se ao fato de que, para conseguir operar as mudanças propostas pela reforma, o Estado convocou a iniciativa privada.

De acordo com Gonçalves,

> Tomando como dado a população em idade escolar, que era de 800 mil crianças, as 54.825 crianças que estavam matriculadas nas escolas públicas existentes e, ainda, a verba orçamentária que custeava o ensino, isto é, de 1.950 mil reis, ele [o Estado] chegou à conclusão de que para atender a tal demanda seria preciso uma verba superior a 30 milhões de reis. Por esse motivo ressaltou que não seria suficiente, apenas, uma reforma que

[59] FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VAGO, Tarcísio Mauro. Entre relógios e tradições: elementos para uma história do processo de escolarização em Minas Gerais. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *Brasil 500 anos*: tópicas em história da educação. São Paulo: Edusp, 2001. p. 117-136.

> contemplasse o ensino público, mas também que estimulasse a iniciativa particular.[60]

Ao convocar a iniciativa privada a contribuir com a expansão e efetivação do ensino, o Estado, sem sombra de dúvida, abriu espaço para as instituições católicas que, diga-se de passagem, detinham a maior rede de ensino, a mais bem preparada e organizada do país.

Isso leva a crer que, extinguir o ensino religioso das escolas públicas não significava, necessariamente, alijar a participação católica da educação. Implicava sim uma parceria que alimentava os interesses católicos, fortalecendo-os, sem, contudo, instituí-los oficialmente.[61]

Por haver esse espaço de negociação, os intelectuais católicos não foram totalmente avessos à Reforma João Pinheiro (1906), ao contrário, sempre que a ela se referiam, salientavam suas qualidades, como se pode constatar no trecho abaixo:

> Queremos preliminarmente, ser justos, proclamando os incontestáveis méritos da reforma de 1906, que deu grande impulso a diffusão do ensino em Minas Gerais e, beneficamente innovador, sob vários aspectos abriu, sem dúvida, mais dilatados horizontes à solução do problema. A lei de n. 439, não continha dispositivo algum que pudesse trazer receios à consciência catholica. Affirmando, no artigo 3º, que o ensino primário seria gratuito e obrigatório (sem exigir que fosse também leigo). A lei n. 439 conservara-se fiel a Constituição Mineira que repudiará, de modo explicito o laicismo escolar. Egualmente omisso a esse respeito o regulamento n. 1960, o decreto n. 1947, reconhecendo a necessidade de ter o homem uma religião; longe de parecer, à primeira vista, infenso ao tradicional ensino do catecismo nas escolas, auctorizava, de preferência, a supposição de que reconhecendo essa necessidade, o governo que expedirá aquelle acto não iria, sem flagrante contradição eliminar das classes primárias o ensino da religião.[62]

Mário de Lima, importante líder católico, reconhecia e apoiava publicamente os avanços trazidos pela Reforma João Pinheiro (1906), em particular seu caráter inovador e sua intenção de difundir o ensino primário por todo o estado. Considerava ser a reforma uma boa solução para o problema do ensino em Minas Gerais, indicando que os

---

[60] GONÇALVES, Irlen Antônio. Cultura escolar: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918). *Op. cit.* p. 72.

[61] ARAÚJO, José Carlos *et al*. *As escolas normais no Brasil*: do império à República. Campinas: Editora Alínea, 2008. p. 220.

[62] Trecho retirado de LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. p. 38.

educadores católicos comungavam as inovações pedagógicas. O fato de o autor criticar o aspecto laico da reforma parece-nos um aspecto óbvio, devido à sua declarada filiação católica, no entanto, isso não se afigura como questão mais importante.

O fato é que, depois da Reforma João Pinheiro, os católicos organizaram-se em associações para criar um projeto educacional. Nesse projeto, a questão do ensino religioso mostra-se como a reivindicação mais estridente dos católicos, entretanto, entendemos que ela estava articulada a outras dimensões, tais como a higiene e a saúde. A higiene desempenhava duas funções: a primeira referia-se à demonstração do alinhamento católico com as ideias modernizantes nas quais a higiene ocupava lugar de destaque; a segunda diz respeito à possibilidade de utilizá-la como artefato ordenador de duas instituições sobre as quais os católicos pretendiam manter o controle: a família e a escola.

Destarte, através da mobilização das associações católicas – União Popular e União dos Moços Católicos – criadas alguns anos após a Reforma João Pinheiro, percebemos que suas diretrizes e projetos estavam dentro de um paradigma de modernização que protagonizava um programa de educação e higienização ligado à escola e à família.

1.7.1 A União Popular (UP)

Com a paulatina sofisticação, o crescimento da cidade e a necessidade de um maior diálogo e unificação das diretrizes dos projetos assistenciais católicos, o médico Joaquim Furtado de Menezes, então presidente da Sociedade São Vicente de Paula,[63] com o apoio do arcebispo de Mariana, organizou o Primeiro Congresso Católico Mineiro, ocorrido em Juiz de Fora, no ano de 1910.

O congresso contou com a participação de 301 associações católicas e teve 125 congressistas inscritos. Nas palavras de Mário de Lima, os trabalhos apresentados, em

[63] A sociedade São Vicente de Paula, associação beneficente e de caridade criada em 1897, ano de inauguração de Belo Horizonte, cujos membros, exclusivamente católicos, tinham privilegiado lugar no meio político. A SSVP tinha como incumbências: a manutenção de uma dispensa econômica para comprar mercadorias a serem distribuídas aos pobres, enfermarias mantidas pelas confrarias locais apropriadas para o atendimento de indigentes, albergues vicentinos para abrigar os pobres, casinhas de morada, rouparia, visita a hospitais e prisões e a reabilitação das uniões ilícitas. Sobre a Sociedade São Vicente de Paula, ver: SOUZA, Marco Antônio de. *A economia da caridade*: estratégias assistenciais e filantrópicas em Belo Horizonte. *Op. cit.*

resumo, aludiam "*às tentativas de deschristianização das escolas mineiras*".[64] Das discussões desse congresso, resultaram, entre outras iniciativas, a criação de duas importantes agremiações da intelectualidade católica no campo da educação: a União Popular (1910) e a União dos Moços Católicos (1915).

A União Popular (UP), sem sede própria, instalou-se, em 1914, no prédio do Cinema Novo, onde hoje funciona a Cúria Metropolitana. O diretor era José Augusto Campos do Amaral,[65] batalhador da causa católica que, através de ampla divulgação de folhetins, conseguiu estruturar filiais e a garantir a presença de muitos jovens na UP.[66]

A indicação de José Augusto Campos do Amaral para o cargo de diretor da UP ocorreu no encerramento do Primeiro Congresso Católico de Minas Gerais, no qual ele apresentou propostas de ações junto ao governo que incluíam, além do retorno do ensino religioso facultativo nas escolas oficiais, que o ensino fosse

> organisado de forma a estimular a iniciativa particular, sendo as escolas livres subvencionadas na proporção de frequência dos alumnos, reservando-se o governo o direito de regular e fiscalizar o methodos de ensino e sua execução e higiene escolar e freqüência sem cogitar absolutamente dos princípios religiosos que presidirem à organização de taes escolas.[67]

Por último, José Augusto Campos do Amaral sugeria a convocação da imprensa e das associações católicas para que não se cansassem de trabalhar a favor das ideias contidas em suas propostas. Os congressistas não só apoiaram as posições de José Augusto Campos do Amaral, como as consideraram a síntese dos anseios católicos. Com o apoio de Bernardino de Lima, Furtado de Menezes, Lúcio José dos Santos e Xavier Rolim – destacados por seus contemporâneos como a vanguarda dos combatentes católicos –, assumiu a direção da União Popular.[68]

---

[64] LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. p. 78.

[65] Apesar de seu nome aparecer recorrentemente nas fontes, não consta a formação de José Augusto Campos do Amaral. É possível deduzir que era médico ou advogado, pois era apresentado como doutor e, nessa época, esse tratamento era atribuído aos homens que exerciam essas profissões.

[66] LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. p. 90.

[67] José Augusto Campos do Amaral. Annaes do 1º Congresso Católico, p. 91-92, *apud* LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. p. 86-87.

[68] José Augusto Campos do Amaral. Annaes do 1º Congresso Católico, p. 91-92, *apud* LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. p. 86-87.

São poucas as fontes existentes sobre a atuação da UP em Minas Gerais;[69] o que temos são algumas matérias publicadas nos periódicos que circulavam em Minas, no período, e dados apresentados pelo militante católico Mário de Lima, em seu livro publicado no ano de 1929, intitulado *O bom combate*: subsídios para a história de 20 anos de ação social catholica em Minas, no qual mostra as movimentações dos católicos na luta pela regulamentação oficial do catolicismo no ensino.

Mário de Lima afirma que, além da tarefa primordial de restabelecimento da educação religiosa nas escolas e aumento das escolas particulares de orientação católica, eram objetivos da União Popular: a organização dos operários católicos da capital, a arregimentação da mocidade, o descanso dominical, a assistência aos tuberculosos, a causa da boa imprensa, a liga da moralidade e a instituição do bem de família no código civil mineiro, fundação de escolas noturnas e construção de casas higiênicas. Mas o serviço maior era prestar auxílio à campanha de reivindicação dos direitos católicos na escola primária.[70]

A partir da narrativa de Lima, podemos inferir que a criação da União Popular esteve atrelada ao intento do laicato católico em aproximar-se das massas populares, propagar os princípios da encíclica *Rerum Novarum*, incutir valores e normas cristãs, mediar conflitos e difundir diretrizes do catolicismo em suas relações cotidianas. Como mostram os estudos de Marques (1995), Dutra (1981), Souza (2004) e Mata (1996), dessa massa popular, os operários eram alvos preferenciais.[71] Buscava-se, através das boas relações com o operariado, organizar o mundo do trabalho na nova capital, criar um esquema de cooperação entre patrões e operários, combater a circulação dos princípios socialistas, zelar pela educação e boa saúde dos mesmos.

Das metas almejadas pela União Popular, chama-nos a atenção a preocupação com a educação primária, a assistência escolar e do bem-estar familiar. São exatamente

---

[69] A União Popular de Minas Gerais foi uma espécie de filial da União Popular do Brasil, fundada em 1908, no Rio de Janeiro, com o apoio do cardeal de Arcoverde e do arcebispo de Mariana (MG). Expandiu-se para outras cidades com o objetivo de orientar a sociedade civil com os princípios católicos (PASSOS, Mauro. *A classe trabalhadora em Minas Gerais e a Igreja Católica*: a ponta de uma memória (1900-1930). São Paulo: Loyola, 1991).

[70] LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. p. 90.

[71] De acordo com Mata, do quadro de militantes da UP, saíram alguns dos fundadores da Confederação Católica do Trabalho, voltada exclusivamente para a atuação junto aos trabalhadores: MATA, Sérgio da. *A fortaleza do catolicismo*: identidades católicas e política na Belo Horizonte dos anos 60. 1996. 281f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

as instituições "escola" e "família" que os católicos pretendiam moldar e controlar para por em prática seus interesses materiais e espirituais.

Conforme afirma Mário de Lima, a União Popular assumiu ainda a responsabilidade de executora das resoluções dos congressos católicos e abrigou a Confederação das Associações Católicas de Belo Horizonte.[72]

À frente da organização do 2º Congresso Católico Mineiro (1911), a União Popular já conseguia ver os primeiros resultados de sua militância. O aumento significativo do número de participação de congressistas e instituições religiosas era um deles. Se, na primeira edição, o congresso contou com 125 congressistas, na segunda, esse número foi para 388; já o número de instituições religiosas passou de 301 para 668, um aumento de 210,4% e 128,6%, respectivamente. Esse percentual revela a capacidade da União Popular em atrair e reunir o laicato católico em torno de seus projetos.[73]

Os temas discutidos no 2º Congresso podem ser sintetizados na questão do operariado e sobre a questão do ensino religioso na escola primária. Salientavam a necessidade de introduzir a vida católica no meio operário por intermédio de ações religiosas e irmandades, seguindo as prescrições das autoridades eclesiásticas. Essas medidas tinham por objetivo combater os princípios socialistas, "os insultos e calúnias" contra a Igreja, o clero e as instituições católicas.[74] Pretendia, através de apelos às autoridades, fiscalizar os gêneros postos à venda para os operários e criar associações especiais, com o apoio dos donos de fábricas, com a finalidade de construir habitações higiênicas para os operários.[75]

As ações em torno da questão do operariado evidenciam a preocupação dos católicos com a proliferação das ideias comunistas e socialistas[76] e com a difusão dos

---

[72] LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. 91.

[73] LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. p. 104.

[74] Os temas apresentados no 2º Congresso Catholico Mineiro encontram-se em: LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. 112-131.

[75] LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. p. 112.

[76] Ver MARQUES, Rita de Cássia. *Da romanização à terceira via*: a Igreja no Brasil de 1889 a 1945. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1995; DUTRA, Eliana Regina F. *As alternativas do comportamento operário*: Belo Horizonte, Juiz de Fora (1917-1930). Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1981. VIERA, Solange Gomes. "*Roma ou Moscou*": o imaginário anticomunista da Igreja católica; "O Horizonte" (1924-1931). Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica, 1989.

valores e hábitos higiênicos como forma de despertar o interesse e a simpatia dos operários para as causas católicas, facilitando, assim, seu controle.

A necessidade de criação de uma imprensa bem equipada, capaz de influir cotidianamente sobre os acontecimentos e assuntos diversos, foi outro tema amplamente discutido na segunda edição do Congresso Católico Mineiro:

> É de urgente necessidade promover a publicação de revistas católicas ilustradas, humorísticas, literárias, scientificas, que possam competir com o Malho, o Tico-tico, a leitura para todos, bem como energeticamente combater estas publicações [...] A imprensa católica deve não se abster de noticiar pormenorizadamente suicídios, dramatizar as narrativas de fatos delictuosos, máxime dos passionaes, como ainda empenhar-se em campanha viva e permanente no sentido de conseguir o mesmo da imprensa acatholica e indifferente, mostrando as inconveniências resultantes para a boa ordem social, dar pratica contraria.[77]

No campo da educação, o 2º Congresso (1911) foi decisivo para a aprovação da proposta que autorizava o ensino facultativo do catecismo nas escolas públicas, fora das horas de aula, a ser ministrado pelo clero do lugar ou por leigos indicados pelas autoridades eclesiásticas da paróquia ou, ainda, da diocese. Era concedida, também, subvenção a toda escola isolada ou grupo escolar que se submetesse à fiscalização do governo quanto à higiene, moralidade, disciplina e idoneidade do professor.[78]

Pronunciaram-se, sobre o tema da educação, Lúcio José dos Santos, João Ferreira Velloso e Affonso dos Santos. Aparecendo como temas secundários, as questões ligadas ao operário, à imprensa e ao casamento.[79]

No que diz respeito aos operários, chama a atenção a preocupação dos católicos em propagandear o conteúdo da encíclica *Rerum Novarum*, o combate aos princípios socialistas, bem como o cuidado com a questão das habitações higiênicas, cuja responsabilidade seria delegada a associações e cooperativas sustentadas pelos "capitalistas e industriais católicos".[80]

No congresso de 1911, já se fazia notar, mesmo que de forma acanhada, a aproximação entre o Estado e o grupo católico, haja vista que estavam presentes no

---

[77] LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. p. 114-115.

[78] LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. p. 122-123.

[79] LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit.* p. 126-128

[80] LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. p. 112-113.

evento o presidente do Estado, Júlio Bueno Brandão, e o Secretário do Interior, Delfim Moreira, que foram saudados, em nome do congresso, por José Campos do Amaral, organizador do evento.[81]

Aproveitando-se dessa proximidade, e também do aumento da participação de congressistas, o que significava mais braços para a luta, foi aprovada, nesse congresso, a formação de uma comissão que deveria negociar com o Secretário do Interior a possibilidade de adequar o ensino primário a algumas demandas católicas, dentre elas, a possibilidade de transferir as aulas dos dias santificados para a quinta-feira[82] e a permissão do ensino religioso nos colégios particulares.[83]

Para o encontro com o Secretário do Interior, Delfim Moreira, representando os interesses da União Popular e do episcopado mineiro, foram designados Bernardino Augusto de Lima, Joaquim Furtado de Menezes e José Campos do Amaral.

Diante da comissão católica, Delfim Moreira reconheceu que, sendo os alunos em sua maioria católicos, era notável a ausência dos mesmos em dias santos, e, por conta disso, concedia o direito facultativo das escolas em ajustar as aulas nesses dias; e que, sendo facultado esse direito, não seria considerada como falta a ausência do aluno.[84]

Sobre a liberdade religiosa do professor, Delfim Moreira considerava que, em respeito a essa liberdade, não poderia o Estado impor que o professor tivesse determinado credo, mas exigia-se que, no espaço da escola, cumprisse seu dever e observasse os programas e horários do ensino oficial, e que inculcasse bons princípios de moral e fosse exemplo dos bons costumes dentro da sala de aula, independentemente da religião que seguisse.

Delfim Moreira afirmou ainda que, fora do horário das aulas, era permitido o ensino religioso, qualquer que fosse, contanto que esse ensino não atentasse "contra a moral, os bons costumes, princípios conservadores da sociedade, respeitando às leis e

---

[81] LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. p. 133.

[82] Vale esclarecer que a modificação da organização do calendário escolar, em 1910, estabelecia, através do decreto nº 2735, que não haveria aulas nos domingos, feriados e quintas-feiras, por isso, a sugestão dos católicos em transferir as aulas dos dias santos para a quinta-feira.

[83] Para o encontro com Delfim Moreira, a comissão católica elaborou um questionário com oito quesitos acerca do ensino. O questionário completo pode ser visualizado em LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. p. 134-135.

[84] LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. p. 138.

auctoridades legitimamente constituídas".[85] Tal consentimento não cabia às escolas públicas; alegava o secretário que o Estado não podia cogitar o ensino religioso em suas escolas, por serem destinadas a receber alunos de todos os credos, sendo por isso proibido o ensino religioso. Delfim Moreira negou que a proibição estivesse relacionada ao fato de ser prejudicial à higiene mental do aluno, como apresentado no questionário.[86]

Respondendo ao último questionamento, dizia Delfim Moreira que os programas e horários do ensino oficial não podiam ser alterados porque obedeciam a determinações estabelecidas legalmente, cabendo ao ensino livre da religião adaptar-se e subordinar-se, de modo conciliatório, ao horário do ensino oficial.[87]

Como consta no relato de Mário de Lima, a comissão católica alegou que o teor das respostas de Delfim Moreira, apesar de apresentar algumas concessões favoráveis aos reclamos católicos, como, por exemplo, a liberação facultativa dos alunos em dias santos, não apresentava coisas extraordinárias.[88]

Por conta disso, os dirigentes da União Popular, com o apoio eclesiástico, decidiram pela elaboração de uma representação oficial, solicitando a reforma da instrução primária. A elaboração do texto ficou a cargo de Lúcio dos Santos e Affonso dos Santos. O projeto elaborado por eles tinha quatro pontos principais:

1) O ensino público é neutro
2) O ensino privado é livre
3) As escolas privadas são iguais às públicas perante a lei
4) O ensino primário é obrigatório[89]

Partindo desses quatro pontos básicos, o projeto católico estabeleceu que o Estado deveria fixar o número de alunos matriculados e o de frequentes necessários à existência de uma escola. As escolas privadas que ganhassem o direito de subvenção deveriam satisfazer as condições de matrícula e frequência estabelecidas pelas escolas públicas, submeter-se à fiscalização do Estado e adotar o programa mínimo de estudos

---

85 *A Estrella Polar*. Petrópolis, Vozes de Petrópolis. Ano V. p. 459-460, 01 out. 1911.

86 LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. p. 137.

87 LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. p. 135-136.

88 LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. p. 138.

89 LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. p. 126-127.

proposto por ele. Satisfeitas essas exigências, as escolas particulares teriam liberdade para incluir outras disciplinas além do programa oficial, inclusive o ensino religioso.[90]

As disposições do projeto revelam que o grupo católico estava disposto a equiparar o ensino de suas escolas ao ensino público, como também submeterem-se às determinações e às fiscalizações do Estado, dispondo-se, inclusive, a seguir os programas de ensino estabelecidos pelo governo e punir os professores que não o seguissem. Em contrapartida, o projeto tentava negociar um espaço para inclusão de outras disciplinas fora do programa oficial e a liberdade para escolher seus manuais escolares.[91]

Percebe-se que os católicos, mesmo receando a questão da liberdade espiritual nas escolas particulares, arriscavam e se colocavam favoráveis a essa liberdade. Afirmavam que, nesses termos, o projeto apresentava-se com grandes vantagens à resolução dos conflitos entre Igreja e Estado, e que, ao abrir concorrência com a iniciativa privada, as escolas tratariam de bem desempenhar os seus deveres, do ponto de vista do ensino, da moralidade e da disciplina, favorecendo, desse modo, a qualidade e expansão do ensino em Minas Gerais.

O projeto elaborado por Affonso dos Santos e José Lúcio dos Santos foi aprovado pelo bispo D. Silvério em 14 de julho de 1912, e a comissão que outrora se reunira com Delfim Moreira voltou a procurá-lo para deliberar sobre o assunto e entregar o projeto. Delfim por sua vez alegou que a aprovação do projeto caberia ao Congresso Mineiro, e se ofereceu para encaminhar o documento. Para decepção dos católicos, a reunião do Congresso Mineiro daquele ano (1912) ocorreu sem, no entanto, serem discutidas as reivindicações constantes no documento redigido pelos católicos.

Devido à morosidade da discussão da proposta católica no Congresso Mineiro, a União Popular apelou para o apoio popular, redigindo um ofício sobre o desejo do povo mineiro de ter o ensino religioso nas escolas públicas primárias. O apelo da União Popular foi bem recebido pela população, que correspondeu positivamente à campanha, sendo recolhidas 300.000 assinaturas, devidamente reconhecidas, que foram diretamente encaminhadas ao Congresso Mineiro.[92]

---

[90] LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. 127-128.

[91] LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. p. 128.

[92] LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. p. 177-178.

Diante do ofício popular e da insistência do deputado Xavier Rolim em discutir as questões propostas na representação católica, o tema foi incluído na Constituinte de 1913. Xavier Rolim, apoiando-se no projeto elaborado por Lúcio dos Santos e Affonso dos Santos, apresentou ao Congresso uma proposta de reforma do ensino que ficou conhecida como Projeto 135.[93] Na versão apresentada por Rolim, estava presente a permissão do ensino religioso facultativo nas escolas públicas, fora do horário de aula, o qual seria ministrado pelo respectivo clérigo do lugar ou por leigos indicados para esse fim, pela autoridade eclesiástica paroquial ou diocesana.

O Projeto 135 propunha também o direito de subvenção a toda escola isolada ou grupo escolar que se submetesse à fiscalização do governo no que se referisse às questões de higiene, moralidade, disciplina e boa formação do professorado.

Para a apresentação do projeto no Congresso, Xavier Rolim dividiu sua exposição em quatro capítulos:

1) A religião
2) A disciplina
3) A instrução
4) A higiene e a subvenção à escola particular, sua utilidade pública e sua justiça[94]

A divisão de capítulos feita pelo deputado Xavier Rolim pode ser entendida como a síntese do papel da escola concebido pelos católicos. Como afirma Nagle,[95] seu programa é, antes de tudo, um projeto político, e exprime os temas que mais interessavam à coletividade e ao grupo católico nesse período. O primeiro capítulo refere-se à importância do catolicismo para o aperfeiçoamento moral da infância, seu desenvolvimento e progresso no mundo espiritual e material. Para os católicos, era impossível formar uma consciência nacional que precedesse a unidade espiritual em torno da religião católica. Na perspectiva dos católicos, a religião seria um "mediador plástico" entre os letrados e a massa inculta da nação, capaz de alinhar sentimentos e ideias nacionais de forma mais segura e resistente.

---

[93] LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. p. 184-185.

[94] LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. p. 180.

[95] NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: Edusp, 1974.

O segundo capítulo diz respeito ao ideal católico de disciplina, pautado na ordem e na obediência. Para Rolim, a variedade social e cultura da infância deveriam ser coordenadas por regras uniformes, de forma a respeitar as diversidades sem prejuízo para a harmonia nacional.

No capítulo sobre a instrução, Rolim afirmava que a Igreja Católica era auxiliar dos pais no processo de educação dos filhos, e que, não tendo os pais a orientação nem o tempo necessário para os instruírem, a escola assumiria esse papel, preparando a criança para a vida social.[96]

O quarto ponto do projeto de Rolim demonstra que os católicos queriam demarcar a higiene como elemento importante no projeto educacional católico, que estava articulado com a preocupação em instruir e também resguardar a saúde dos indivíduos para a formação de uma sociedade saudável e capaz de prosperar, além de zelar pela ordem da vida doméstica.[97]

A questão da "justiça" presente no projeto de Rolim refere-se ao que Marta Carvalho (2000) chama de plataforma política sintetizada no lema "representação e justiça". Esse lema resumia, sobretudo, a demanda de uma nova elite urbana, interessada em estruturar mecanismos de controle da população pobre no espaço da cidade. Segundo a autora, esse era um modelo liberal que, aos poucos, passou a ser uma reforma dos costumes, de ajustes. Era uma estratégia de promover a reforma da escola, ajustando a instituição às novas condições e valores da vida urbana, e implicava promover uma mudança de mentalidade no trato das questões educacionais, envolvendo estratégias de impacto na opinião pública. Tais estratégias se afinavam bem aos interesses políticos dos governos estaduais, que capitalizavam politicamente o apelo modernizador da intensa mobilização cívica em torno das campanhas de regeneração nacional pela educação.[98]

Após a exposição de Rolim, os deputados Nelson de Senna,[99] Ferreira de Carvalho e João Velloso opuseram- se à sua representação e o projeto foi rejeitado.

---

[96] LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. p. 184-185.

[97] LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. p. 187-188.

[98] CARVALHO, Marta Maria Chagas de; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.) *Biblioteca e formação docente*: percursos de leitura. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 232-233.

[99] Nelson Coelho de Senna nasceu no Serro, em 1876. Diplomado em Humanidades pela Escola Normal de Diamantina, fez os preparatórios no Colégio Mineiro de Ouro Preto e formou-se em Direito pela

O estranhamento de Nelson de Senna com o grupo católico datava do 2º Congresso Brasileiro de Educação Primária e Secundária, ocorrido em Belo Horizonte entre os dias 29 de setembro e 04 de outubro de 1912. Naquela ocasião, a União Popular, representada por José Augusto Campos, Bernardino Augusto de Lima e Mário de Lima, levou ao evento as seguintes teses: a) necessidade do ensino religioso na escola; b) a impossibilidade da neutralidade religiosa na escola; c) a injustiça dessa neutralidade; d) a possibilidade constitucional da liberdade religiosa na escola; e) a necessidade do reconhecimento e subvenção da escola livre, independentemente de sua orientação religiosa dentro de determinadas condições. Nessa ocasião, Nelson de Senna, como membro da comissão organizadora, vetou a apresentação das teses católicas.[100]

Nelson de Senna justificou sua oposição considerando que "uma simples modificação do regulamento então vigente poderia perfeitamente satisfazer as reclamações dos signatários da apresentação".[101] Para Senna, as respostas de Delfim Moreira ao questionário católico traduziam a mais liberal e conveniente interpretação do governo em matéria de ensino religioso, e propunha como solução o envio das reivindicações ao Poder Executivo, para que, assim como em outros episódios, se ajustasse os pedidos católicos à necessidade do Estado.

Com a rejeição do Projeto 135 no Congresso, novas representações e circulares foram redigidas por D. Silvério Gomes Pimenta e por membros da província eclesiástica de Mariana, sem, no entanto, obter êxito.

Apesar da reprovação do Projeto 135, na Constituinte Mineira de 1913, o episódio permite perceber que os próprios opositores ao catolicismo reconheciam que sua presença estava imbricada no ambiente escolar mineiro, mesmo diante da proibição oficial. A presença católica nas escolas se fazia sentir pela formação das professoras, que eram, em maior parte, formadas nas escolas normais católicas, e também porque os

---

Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais. Aos 20 anos, ocupou a cadeira de História Universal e Brasileira do Ginásio Minério, da qual, mais tarde, tornou-se lente catedrático. Além de professor, foi jornalista (dirigiu o periódico *Aprendiz de Diamantina* e foi redator-chefe da *Academia*, órgão da classe dos estudantes de Direito, de que então participavam Raul Soares e Arthur Bernardes), escritor, advogado e político. Foi deputado estadual, por quatros vezes consecutivas (1906-1921). Em 1922, foi eleito deputado federal por Minas Gerais e ficou até 1930, quando foi dispensado por defender ferrenhamente os ideais da Aliança Liberal.

[100] LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. p. 139-151.

[101] LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. p. 189.

educadores e intelectuais católicos ocupavam cargos de relevância nas escolas privadas e públicas, como professores, diretores e membros dos conselhos da Instrução Pública.

A insistência dos intelectuais católicos em propor constantes representações sobre o ensino corrobora o argumento de que esse grupo não queria apenas a permissão do ensino religioso nas escolas oficiais, afinal, a ambiência católica nas escolas se fazia sentir até mesmo pelos não católicos. Para nós, a questão religiosa era apenas um pretexto; os olhos dos intelectuais católicos estavam mirados para as instituições "escola" e "família". A religião servia, nesse contexto, como um facilitador no acesso a essas instituições.

1.7.2 A União dos Moços Católicos (UMC)

Fundada em Belo Horizonte em 21 de novembro de 1915, por um grupo de jovens católicos, a maioria estudantes; entre eles: Olinto Orsini de Castro, Aprigio Ribeiro de Oliveira Jr., Pery Orsini, José Augusto Martins Silva e Paulo Vilhena,[102] grupo que tinha a aprovação de D. Silvério Gomes Pimenta, arcebispo de Mariana.

A finalidade da associação era reunir os jovens católicos para orientá-los nos princípios cristãos e sociais e encaminhá-los na doutrina católica, a qual deveriam propagar e defender em qualquer ocasião. A orientação era "formar homens patriotas que compreend[essem] com exatidão os seus deveres de católicos e de cidadãos brasileiros, de acordo com as instrucções da Santa Sé, do episcopado brasileiro e dos congressistas internacionaes da Juventude Católica".[103]

Desde sua criação, a UMC[104] manteve-se em franca expansão até a década de 1940. A entidade se estabeleceu em outros estados brasileiros e, por conta disso, foi implantado um Conselho Superior em Belo Horizonte e foram instalados conselhos regionais e estaduais. Em 1928, contava a UMC com 15.000 associados, 183 uniões

---

[102] LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit.* p. 227. Sobre a formação dos membros da UMC, ver Anexo 1: Perfil biográfico dos intelectuais católicos.

[103] LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. p. 227.

[104] Vale ressaltar que o grupo aqui selecionado não corresponde a União dos Moços Cristãos criada em 1844 e composta por jovens protestantes.

locais, 12 conselhos estaduais e 18 conselhos regionais subordinados ao Conselho Superior de Belo Horizonte.[105]

A UMC servia para consolidar a influência do catolicismo na formação dos jovens, iniciada nas escolas secundárias. Era uma forma de garantir a sociabilidade e a homogeneidade dos jovens aos programas católicos.

Com a não aprovação do Projeto 135, as lideranças católicas (eclesiástica e leiga) convocaram um novo Congresso Católico, que veio a se realizar no dia 8 de setembro de 1914. Durante esse congresso, decidiu-se que, perante a resistência oficial à permissão do ensino facultativo do catecismo fora do horário escolar, deveriam os católicos mudar o foco da luta pela escola, especialmente depois da derrota do projeto de Xavier Rolim. O novo objetivo era a "entronização" da imagem do divino pedagogo nos estabelecimentos públicos de instrução primária.[106]

A luta pela entronização nas escolas foi gerida e operacionalizada no ano de 1915, pela recém-criada União dos Moços Católicos (UMC). Nessa batalha, os católicos saíram vitoriosos, pois, mesmo sem a autorização explícita por parte do governo, imagens de Jesus Cristo foram introduzidas nas escolas públicas primárias sem qualquer resistência governamental. A entronização das imagens católicas ocorreu, inclusive, na Escola Normal Modelo de Belo Horizonte e no Ginásio Mineiro, escolas públicas símbolos do estado. Para tanto, os católicos organizavam uma cerimônia, na qual membros da UMC e eclesiásticos faziam orações, para, enfim, fixar a imagem de "Jesus Pedagogo" nas escolas.[107]

Pouco a pouco, a UMC ocupou o lugar da União Popular frente aos movimentos laicos. Em 1915, a União Popular entrou em profunda crise. Nesse mesmo ano, os efeitos da Primeira Guerra Mundial tornavam visíveis os problemas econômicos e sociais e a dificuldade do Estado em manter a ordem social. Os católicos, nesse momento, sinalizavam que a solução para o problema estava na "(re)espiritualização" do Estado e da sociedade. Como afirma Beired (1999), nessa ocasião, os católicos destacavam

[105] LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. p. 227

[106] LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. p. 219.

[107] LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. p. 220.

> que os aspectos da crise residiam na expansão das ideologias de esquerda no ensino laico, na dissolução dos costumes tradicionais da família católica – manifestada no controle de natalidade, no aborto, divórcio, entre outros. No entanto percebe-se que tais aspectos da crise estavam subordinados a um problema de fundo: a relação Estado e Sociedade, que só podia ser contornado pela cristianização do Estado e da política.[108]

Acreditando que as causas da crise residiam nas utopias positivistas e no alastramento do liberalismo, os intelectuais católicos apresentavam o catolicismo como única solução. Afirmavam que as obras de caridades, a instrução moral e religiosa, as obras sociais eram campos excelentes para a demonstração da capacidade católica de instaurar a ordem. A disciplina, o trabalho, a educação e a beneficência católica eram considerados elementos fundamentais para a reconstrução nacional.

Vale ressaltar que, no ano de 1916, D. Sebastião Leme publicou uma Carta Pastoral, definida por muitos como o primeiro sinal da grande mobilização dos católicos brasileiros depois da Constituição de 1891. Segundo Nagle,[109] a carta de D. Leme serviu para sacudir o "catolicismo dorminhoco" e arregimentar os católicos para a ação. Em outro estudo, Nagle acrescenta que aquele período correspondeu ao surgimento de "uma ampla campanha, e uma multiplicidade de realizações configurando um novo momento significativo: o do entusiasmo pela educação" na difusão do ensino primário popular.[110] A partir dessa data, ampliaram-se as discussões sobre a importância da educação para o "soerguimento moral da nacionalidade" brasileira. Tais discussões ganharam maior fôlego na década de 1920.

Assumindo a frente do movimento católico nesse delicado momento, a UMC formou uma nova comissão para gerir as associações católicas em Minas Gerais. Essa comissão recebeu do arcebispo de Mariana a incumbência de convocar o 4º Congresso Católico de Minas Gerais, com a seguinte determinação: "o Congresso terá de manifestar-se sobre os assuntos de palpitante interesse para a hora da pátria destacando-se a QUESTÃO DO ENSINO em seus múltiplos aspectos e a questão da imprensa".[111]

---

[108] BEIRED, José Luís Bendicho. *Sob o signo da nova ordem*. São Paulo: Edições Loyola, 1999. p. 84.

[109] NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. O Brasil Republicano, v. 2: Sociedade e Instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Difel, 1978. p. 78.

[110] NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. *Op. cit*. p. 80.

[111] LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. p. 237.

A utilização de letras garrafais ao fazer referência à questão do ensino revela a importância do mesmo para os católicos, que entendiam ser aquele momento oportuno para expandir seus vínculos com o Estado e demonstrar que a educação católica podia ser útil à integração do estado, quiçá do país.

Tendo em vista esses objetivos, na quarta edição do Congresso Católico Mineiro, realizado em fevereiro de 1918, decidiu-se pela organização de uma associação, sob o título "Agremiação Catholica pró Ensino Religioso", que agiria particularmente em prol do ensino religioso, sem, no entanto, perder de vista as demais reivindicações católicas.[112]

A agremiação era dirigida por uma comissão central na capital, com filiais nas sedes diocesanas dos municípios. A comissão central era composta por Furtado de Menezes (professor da Escola de Minas de Ouro Preto), Mário de Lima (diretor da Imprensa Oficial do Estado), Lúcio José dos Santos (professor da Escola de Minas de Ouro Preto), Alípio Peres (reitor do Externato do Ginásio Mineiro de Belo Horizonte), Francisco Magalhães Gomes (professor da Escola Normal Modelo de Belo Horizonte), Olyntho Orsini de Castro (professor da Faculdade de Medicina), e J. Martins Silva (advogado).[113]

Importante destacar que a comissão central era composta por figuras de amplo prestígio na sociedade mineira e que ocupavam cargos estratégicos no campo do ensino, o que favorecia a difusão dos interesses católicos nesses meios. Entre os objetivos da associação, estavam, segundo Mário de Lima:

a) auxiliar por todos os meios os vigários, no ensino do catecismo, da história sagrada e da doutrina cristã;
b) velar pela pureza e moralidade ensinadas nos grupos e escolas isoladas;
c) desenvolver intensa propaganda em favor do ensino religioso e, em geral, da adoção, pelo Congresso Estadual, do Projeto 135, do Rev.^{mo} Sr. Cônego Xavier Rolim.[114]

Pouco se sabe sobre a atuação efetiva da "Agremiação Catholica pró Ensino Religioso", mas fato é que, depois de sua criação, os católicos concretizaram muitas de

[112] LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. p. 250.

[113] LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. p. 250.

[114] LIMA, Mário de. *O bom combate... Op. cit*. p. 249.

suas aspirações, a começar pela sanção da lei n. 752, pela qual o presidente Arthur Bernardes, em 27 de setembro de 1919, facultava o ensino religioso nas escolas primárias, ficando esclarecido que seria ministrado fora das horas dos trabalhos escolares e em caráter facultativo. Sendo a maioria da população mineira declaradamente católica, tal liberação foi amplamente comemorada pelo laicato, que afirmava

> ser essa uma atitude que respeitava a liberdade de consciência, o direito que tem os paes catholicos de não querer que sejam os filhos iniciados nessa moral agnóstica que vem perturbar a educação cristã, carinhosamente ministrada no lar.[115]

Com essa medida, o governo de Arthur Bernardes abriu um novo ciclo de atuação do laicato mineiro, pela participação no ensino, no sentido de ser o primeiro governo, após a Reforma João Pinheiro (1906), a favorecer oficialmente a participação dos católicos na educação. Depois dessa medida, os governos que o sucederam acabaram por atender amplamente as reivindicações católicas, especialmente os governos Raul Soares (1922-1924), Mello Vianna (1925-1926) e Antônio Carlos de Andrada (1926-1930).

1.8 O movimento laico e o bispo D. Antônio Cabral

O bispo D. Cabral nasceu em 08 de outubro de 1884, no município de Propriá, em Sergipe. No ano de 1899, ingressou no Seminário de Santa Teresa, em Salvador, onde desenvolveu seus estudos eclesiásticos. De volta a Sergipe, em 1912, foi nomeado pároco de Propriá. Nessa oportunidade, Cabral fundou importantes pastorais e associações, com especial destaque à criação de uma Escola Feminina Paroquial, para meninas pobres, e de um hospital paroquial, nomeado Hospital São Vicente de Paula. Tais associações chamaram a atenção das autoridades eclesiásticas para seu trabalho.[116]

Em 1917, foi designado a assumir o bispado de Natal. Tomou posse no ano seguinte, tornando-se o bispo diocesano mais jovem do país. Como bispo de Natal, deu prosseguimento às ações no campo social: construiu a catedral da cidade, criou uma

---

[115] LIMA, Mário de. *O Horizonte*, Ano III, 19/08/1925. p. 1.

[116] MATOS, Henrique Cristiano José. *Um estudo histórico... Op. cit*. p. 380.

escola comercial feminina, um instituto de proteção às moças solteiras, uma escola do comércio de Natal, fundou círculos operários e criou dois periódicos diocesanos: *Palavra e Fé* e *Luz*.[117]

Pelo trabalho desempenhado em prol da Ação Social Católica, em 21 de novembro de 1921, o papa Bento XV o transferiu para Belo Horizonte, para fundar a primeira diocese da cidade. D. Cabral foi empossado em 30 de abril de 1922, e foi recebido com festas pelos belo-horizontinos. Segundo Torres, várias comissões se organizaram para receber o bispo, sobressaindo-se a constituída pelos vigários Mons. João Martinho, Pe. Strybos e Pe. Pujol. Havia também uma comissão de senhoras, responsável pela arrecadação de fundos: Juliana França, Henriqueta Jardim, Ester Franzem de Lima, Clarinda Proença, Elvira Brandão, Anita Fracfort, Anita Machado e Norma Guimarães. Para orador oficial, Lúcio José dos Santos foi o escolhido por unanimidade.[118]

Findas as homenagens de boas-vindas e as cerimônias de nomeação, para organizar a diocese, D. Cabral nomeou dois grupos de apoio denominados de "Honra e Trabalho". Entre os membros da Comissão de Honra, estavam: Artur da Silva Bernardes (presidente – 1918-1922), Bernardo Monteiro (vice-presidente), Artur Ribeiro de Oliveira (2º vice-presidente), A. R. Coelho Júnior (3º vice-presidente), e Afonso Vaz de Mello (4º vice-presidente), e, ainda, Afonso Pena Júnior, João Luís Alves, Clodomiro Augusto de Oliveira, Julio Otaviano Ferreira e Diogo Vasconcelos, todos renomados políticos, uma espécie de comissão ilustrada e representativa.

O trabalho propriamente dito ficou a cargo do "Grupo de Trabalho", integrado pelos seguintes intelectuais e religiosos: D. Cabral (presidente), Mário de Lima (vice-presidente), Luís Pessanha (secretário-geral), Pe. José Augusto Bicalho e José Augusto Campos do Amaral (auxiliares do secretário), senador Gabriel de Oliveira Santos (tesoureiro), José Bernardo de Paula Aroeira (auxiliar do tesoureiro). Finalmente, a Comissão Geral, que contava com católicos de grande projeção: coronel Viera Cristo, João Carvalhais de Paiva, Joaquim Furtado de Menezes, coronel Sebastião Augusto de Lima, marechal Lauro de Oliveira Jaques, desembargador Rodrigues Campos, Lúcio dos Santos, Olinto Orsini, Teófilo Ribeiro, Hugo Werneck, Arduíno Bolivar, Samuel

[117] MATOS, Henrique Cristiano José. *Um estudo histórico... Op. cit*. p. 381.

[118] TORRES, João Camilo de Oliveira. *A Igreja de Deus em Belo Horizonte*. *Op. cit*. p. 44-45.

Libânio, Alexandre Carvalho Drumond, Camilo Brito, Bernardino de Lima, José Gonçalves e outros. De acordo com Torres, essa comissão instalou-se solenemente, sob a presidência de D. Cabral, em 28 de maio de 1922.[119]

No mesmo ano de criação do bispado diocesano, desmanchou-se a União Popular, ficando a diocese belo-horizontina responsável pelas atividades desenvolvidas pela associação. Ao mesmo tempo, foram criadas outras associações, como: as *Ligas Catholicas Jesus Maria José* e *Confederação Catholica do Trabalho*, entre outras.[120]

Realizando o desejo de criação de uma imprensa católica, foi fundada, em 1922, a Imprensa Diocesana que, no ano seguinte, começou a editar o jornal *O Horizonte*, periódico semanário que, ao longo de suas publicações, tornou-se bissemanário. A aspiração de seus idealizadores era torná-lo um jornal diário, o que só veio a acontecer em 1935, quando, inclusive, recebeu nova nomeação, *O Diário*.

Seguindo as orientações de D. Cabral, o corpo editorial de *O Horizonte*, além dos membros eclesiásticos, era composto por Lúcio José dos Santos, Mário de Lima, Carlos Goes, Roberto de Almeida Cunha, Francisco de Paula Magalhães Gomes, Olyntho Orsini de Castro, Joaquim Furtado de Menezes, Orozimbo Nonato da Silva, Lincoln Kubistchek, Affonso dos Santos. O jornal também contou com a colaboração de Carlos Furtado Lobo, Sebastião Pujol, Allos de Oliveira, João das Minas Gerais, Jorival Brasil, Nicolau Badariotti, Malbezeu Frazão e das professoras Maria Luiza de Almeida Cunha, Maria Amélia Rezende, Anita e Violeta.

A linha editorial de *O Horizonte*, de acordo com seus idealizadores, tinha como princípios: defender a constituição da família, defender a instrução, desenvolver o ensino profissional, cuidar da assistência, promover a harmonia das relações entre patrões e operários, praticar o trabalho na base do sindicalismo cristão e zelar pela boa moral[121].

Ao fazermos o levantamento dos temas tratados pelo periódico, foi possível constatar a importância do tema da educação ao longo de sua publicação. O jornal circulou de 1923 a 1934 e, nesse período, contabilizamos 284 matérias sobre educação.

---

[119] TORRES, João Camilo de Oliveira. *A Igreja de Deus em Belo Horizonte*. *Op. cit*. p. 45-46.

[120] TORRES, João Camilo de Oliveira. *A Igreja de Deus em Belo Horizonte*. *Op. cit*. p. 45-46.

[121] *O Horizonte* 08/04/1923

Essas matérias revelam as intenções dos católicos sobre o que pensavam a respeito do papel social da escola e sua relação com a família e o Estado.

O jornal *O Horizonte* serviu como arma decisiva nas campanhas religiosas e divulgava em suas páginas as opiniões e ações das mais importantes associações de ação católica – UMC, SSVP, Confederação Católica dos Operários, Associação dos Médicos Católicos –, servindo como porta-voz do laicato católico.

Confirmando a primordial preocupação com a educação, em 1925, D. Cabral publica a Carta Pastoral "A igreja e o Ensino".[122] Nessa carta, D. Cabral faz um retrospecto da participação das congregações religiosas que dominaram a educação secundária em Minas, salientando a qualidade das escolas católicas mineiras. Convoca as mães e o clero a interferirem na escola e exigirem uma educação dentro dos padrões católicos.

Cabral entendia que o ensino do catecismo devia ser dotado de inovações para que atraísse as crianças e se tornasse mais prazeroso e eficaz.

Na introdução da carta, o bispo pontua as conquistas adquiridas no âmbito do ensino naquele ano, como o crescente número de matrículas nas escolas católicas, a cooperação da Igreja nos problemas de "*desanalphabetização*" do estado, o funcionamento das escolas normais equiparadas, que formavam numerosas moças para o magistério público e particular, a fundação de educandários para os jovens mais pobres, bem como as obras das congregações religiosas na manutenção de estabelecimentos de educação, asilos, orfanatos e escolas populares, "para os jovens sem favor".[123]

Ainda alerta que as vitórias adquiridas até aquele momento deveriam ser intensa e inteligentemente prosseguidas e bem orientadas, e, para isso, precisavam fundar, aperfeiçoar e equipar os seminários com todas as necessidades e exigências do tempo presente a fim de:

> Adaptal-os à nova formação que, por toda a parte, devem receber os neo-sacerdotes, habilital-os às exigências dos tempos presentes, eis o que mais aspiram. A iniciativa de obras de acção social catholica, a orientação e disciplina do zelo sacerdotal neste vasto e inculto campo que ora se lhes offerece, a comprehensão sempre mais apurada da influência moral e social

[122] *O Horizonte*, 06/5/1925 e 13/05/1925.

[123] *O Horizonte*, 06/5/1925 e 13/05/1925.

> do Paracho, constituído o mestre do povo e conductor autorizado das multidões – toda esta segura e nítida visão na constituição do nosso clero asseguran-os, sem duvida o mais promissor e radiante futuro [...].[124]

Para Cabral, o clero mineiro deveria se ajustar às tendências do ensino moderno, se preparar, tornar-se mais atraente ao povo, pois era missão dos católicos, mais que nunca, educar e unir a sociedade, uma missão, segundo ele, imposta pela Pátria.

No mesmo ano de 1925, D. Cabral, juntamente com todo o laicato católico, felicitava-se pela indicação de Lúcio dos Santos para ocupar a direção da Instrução Pública no governo de Raul Soares e Mello Vianna (1922-1926). Essa nomeação foi amplamente festejada e anunciada pelo periódico *O Horizonte*, afinal, o controle da educação era questão prioritária da atuação da Igreja Católica, desde os tempos da União Popular.

Durante o governo de Mello Vianna, houve outras demonstrações explícitas da afinidade entre a Igreja Católica e o Estado em Minas Gerais, confirmando a asserção de Torres que, "de um modo geral, os governadores de Minas, muitos deles razoavelmente católicos, mantiveram boas relações com a autoridade eclesiástica".[125]

A proximidade e o clima amistoso entre o Estado e Igreja Católica, no entanto, passou por momentos de tensão. Foi o caso da Reforma de Francisco Campos (1927), promovida durante o governo de Antônio Carlos de Andrada (1926-1930), que determinou que as escolas normais dirigidas por congregações católicas perdessem sua autonomia para organizar os programas pedagógicos e designar a professora de metodologia. Além disso, a Reforma Francisco Campos limitava a atuação das normalistas formadas nas escolas católicas equiparadas.

A Reforma de Francisco Campos rendeu ao governo de Antônio Carlos de Andrada ferrenhas críticas, que foram amenizadas, porém, quando o presidente, aproveitando-se da presença dos membros atuantes na educação no 1º Congresso Catequístico de 1928, autorizou o ensino religioso dentro do horário escolar. A autorização, estendida para o restante do país na década de 1930, mais especificamente no texto da Carta Magna de 1934, em seu artigo 153, afirmava:

---

[124] CABRAL, D. Antônio. *O Horizonte*, 06/05/1925, p. 1.

[125] TORRES, João Camilo de Oliveira. *A Igreja de Deus em Belo Horizonte*. *Op. cit*. p. 175.

> O ensino religioso será de freqüência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais.[126]

Em decorrência de sua atitude, Antônio Carlos de Andrada foi condecorado pela Santa Sé e encerrou um ciclo de luta dos católicos pela educação religiosa nas escolas oficiais.

1.9 Lúcio José dos Santos: "a mais ilustre figura do laicato católico"

Entre os intelectuais católicos mineiros, destaca-se a trajetória de José Lúcio dos Santos na organização do laicato em Belo Horizonte. Sempre referenciado nas fontes como o "o mais ilustre do laicato católico", sua ampla atuação se faz sentir também por sua presença em quase todas as agremiações católicas. Dado o seu papel decisivo para a organização e atuação dos intelectuais católicos mineiros, sobretudo no que diz respeito à educação e à saúde, apresentaremos, a seguir, uma caracterização do seu perfil.

Lúcio José dos Santos nasceu em Cachoeira do Campo, a 27 de julho de 1875, filho do coronel João Inácio da Costa Santos e de Blandina Josefina dos Santos. Após ter concluído o curso primário, em 1888, matriculou-se no Seminário de Mariana, onde fez, até 1892, todo o curso preparatório para o ensino superior.[127]

Em 1893, iniciou a carreira de professor no Ginásio Mineiro; lecionava história e, concomitantemente, cursava Engenharia Civil e de Minas na Escola de Minas de Ouro Preto. Diplomou-se em 1900 e, um ano depois de sua formatura, atuou como professor substituto da Escola de Minas. Nesse mesmo ano, fez concurso e foi aprovado para a cátedra de Hidráulica, fato que aponta para uma formação científica apurada. De acordo com José Murilo de Carvalho,[128] essa instituição, juntamente com o Colégio do Caraça, realizou, nesse período, um trabalho expressivo na educação mineira, e, por isso, foram mais que simples escolas, foram unidades formadoras de determinada marca regional.

---

[126] Art.153 da Constituição de 1934, *apud* CAMPANHOLE, Adriano; CAMPANHOLE, Hilton Lobo. *Constituições do Brasil*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1983. p. 605.

[127] MATOS, Henrique Cristiano José. *Um estudo histórico... Op. cit*. p. 186.

[128] CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto*: o peso da glória. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

Ainda segundo Carvalho, dos alunos formados na Escola de Minas, poucos se dedicaram a ocupações típicas de engenheiros de Minas. A maior parte, ao se formar, ocupava mais de um emprego ao mesmo tempo, atuando nas áreas mais diversas.[129] Com Lúcio José dos Santos não foi diferente; antes mesmo de se formar, foi eleito vereador da Câmara dos Deputados de Ouro Preto, de 1896 a 1901. Na mesma Câmara, ocupou o cargo de presidente e agente executivo entre os anos de 1908 e 1911, sendo que, em 1908, formou-se em Direito em São Paulo.

No ano de 1913, mudou-se para a capital mineira e tornou-se professor da Escola Livre de Engenharia de Belo Horizonte, da escola secundária "Liceu Mineiro", de Ouro Preto, e do Colégio Arnaldo.

Entre os anos 1924 e 1926, exerceu a função de Diretor da Instrução Pública de Minas Gerais. Nesse período, criou a *Revista do Ensino* e organizou o esquema de operacionalização da Inspeção Médico-Escolar nas escolas primárias.

No ano de 1929, dirigiu a Escola de Aperfeiçoamento, criada por Francisco Campos com o objetivo de atuar na formação da liderança intelectual de Minas Gerais. Nas palavras de Maciel, a Escola de Aperfeiçoamento era responsável pela formação de uma elite pedagógica e cientificamente preparada nos termos mais modernos do conhecimento educacional de então. Elite que seria colocada nos postos-chave da estrutura do ensino primário mineiro.[130]

No período de 1931 a 1933, Lúcio dos Santos foi reitor da Universidade de Minas Gerais (UMG) e, em 1939, foi um dos fundadores da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais. Atuante também em importantes associações científicas, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia de Ciências de Minas Gerais, e da Academia Mineira de Letras, na qual ocupou a cadeira de patrono "Santa Rita Durão".

Concomitante à sua carreira profissional e política, foi um importante líder católico, com presença na Sociedade São Vicente de Paula, na União dos Moços Católicos, na União Popular, no Círculo de Operários Católicos, no bispado. Foi integrante do Conselho de Imprensa Diocesana e recebeu condecoração da Santa Sé, durante o pontificado de Pio XI, por seus estudos sobre a historicidade da existência

---

[129] CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto... Op. cit*. p. 101-102.

[130] MACIEL, Francisca Izabel Pereira. Lúcia Casasanta: trajetória intelectual de uma mestra. p. 68. In: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães *et al*. *História da educação em Minas Gerais.* Belo Horizonte: FUMEC, Faculdade de Ciências Humanas, 2002. p. 223-238.

humana de Jesus Cristo (1925). Por esse mesmo trabalho, recebeu do presidente alemão Paul von Hindenburg a medalha da Cruz Vermelha Alemã (1933).

Lúcio dos Santos destacou-se ainda como publicista dos jornais católicos *O Horizonte* e *Diário*, pelo grande número de artigos publicados. O conteúdo de seus artigos era bem variado, contudo, nota-se que seus temas preferidos eram aqueles ligados ao ensino, sobretudo, à questão da disciplina escolar e dos avanços na educação mineira. Percebe-se, também, que, no período em que ocupou a direção da Instrução Pública de Minas Gerais, Santos focava suas discussões no ensino primário. Já a partir de 1929, à frente da Escola de Aperfeiçoamento, tratava mais de perto do ensino secundário.

Durante sua gestão na Diretoria de Instrução Pública, publicou artigos na *Revista do Ensino* sobre disciplina escolar, mentira, e seus trabalhos a respeito da Inconfidência Mineira e sobre a existência de Cristo.

Segundo Henrique Cristiano José Matos (1990), militante católico que organizou o compêndio sobre a militância católica em Minas Gerais, Lúcio dos Santos era um homem de conhecimentos universais:

> Servido de excepcional caráter e de pertinaz vontade, investigou quase todos os ramos do saber humano, e o fez de modo mais decidido. Jamais se contentava com as noções superficiais e enciclopédias, mas queria sempre aprofundar-se em todas as ciências, com o zelo e a dedicação de verdadeiro sábio. Não se limitou a sua própria área profissional, a engenharia, mas "filosofo no melhor dos sentidos", consumiu vários anos seguidos no acurado estudo dessa disciplina. Após enfronhar-se nas indagações das causas primárias, deixou-se conduzir pelo mais vivo interesse aos conhecimentos teológicos, em que se, sem favor algum era grande autoridade.[131]

Lúcio dos Santos faleceu em 1944, vítima de derrame cerebral, e deixou extensa obra.[132]

Os traços biográficos de Lúcio dos Santos confirmam que a elite mineira, formada por volta de 1850 e 1870, era urbana, filha da Tradicional Família Mineira,

---

[131] MATOS, Henrique Cristiano José. *Um estudo histórico... Op. cit*. p. 187.

[132] Inconfidência Mineira, História de Minas Gerais, Domínio Espanhol no Brasil, Segunda Viagem de D. Pedro a Minas, Manuel Nunes Viana, Historicidade da Existência Humana de Jesus Cristo, A Eucaristia, Coração Eucarístico de Jesus, O Cristianismo e a Atualidade, Religião em Minas, O Espiritismo, O Ensino Religioso nas Escolas, Sobre o Divórcio, Filosofia, Pedagogia e Religião, Goethe, Hidráulica Aplicada, Minha Missão Universitária nos Estados Unidos, Turbina Tangencial e o Problema das Estradas de Rodagem.

educada dentro dos valores do catolicismo, ligada às esferas políticas, marcada por carreiras múltiplas; e seus representantes souberam, através desses atributos, compensar a deficiência econômica e transformá-la em motivo de equilíbrio e moderação. É prova cabal de que os mineiros vivenciaram a modernidade mantendo-se fieis ao seu passado, enfrentando os "perigos do progresso, a fugacidade dos valores, a instabilidade no agir", balanceando os excessos dos impulsos e ordenando o caos com que o moderno estava associado.[133] Também deixa claro que essa elite entendia que, para se ordenar a sociedade, era preciso uma sólida educação, preferencialmente católica, destinada a orientar a infância dentro dos preceitos morais e higiênicos, guiar o operário para o trabalho e manter firme a instituição familiar.

A biografia de Lúcio José dos Santos torna expresso que o elemento religioso teve um papel significativo na formação da elite intelectual mineira, desde os tempos coloniais. Tradição acionada na virada do século XIX para o XX, quando, temendo a proliferação de ideias modernizantes ligadas à expansão do liberalismo e de vertentes socialistas, a Igreja Católica, valendo-se do apoio desses intelectuais, mobilizou-se intensamente, por meio de congressos, associações e reivindicações junto ao Estado, para manter-se como gestora da educação e continuar produzindo, através da identidade religiosa regulada, um cidadão católico.

O papel de Lúcio dos Santos como intelectual católico atuante na área da educação foi decisivo para a modernização da educação do estado de Minas Gerais, empreendida nos anos de 1920 e 1930. Modernização que teve como característica não apenas marcar e preservar a presença da Igreja Católica na educação mineira no momento em que a educação tornava-se objeto de políticas públicas, mas modernizar o ensino através das novas tendências pedagógicas e científicas, sintetizadas nas bandeiras da educação e da saúde.

[133] LIMA, Mário de, *apud* MATOS, Henrique Cristiano José. *Um estudo histórico... Op. cit.*

2. EDUCAÇÃO E SAÚDE NAS REFORMAS DO ENSINO EM MINAS GERAIS ENTRE 1925 E1927

Pretende-se, neste capítulo, analisar a atuação dos intelectuais católicos nas reformas do ensino de Minas Gerais ocorridas durante o governo de Mello Vianna (1925) e Francisco Campos (1927), buscando compreender em que medida essas reformas associam questões do ensino com temas de higiene e saúde. Parte-se do pressuposto de que tais reformas foram arquitetadas por um grupo de intelectuais católicos com características bem peculiares, que buscavam a modernização do ensino em Minas, sem, contudo perder sua marca doutrinária. Nessa perspectiva, julgamos que a higiene e a saúde foram eleitas por esse grupo de intelectuais como elementos-chave da modernização do ensino e estavam associadas a um projeto político e social maior, que perpassava a proteção e o controle da infância e da família.

Vamos nuançar os pontos mais significativos das referidas reformas (características, mudanças, permanências), sobretudo as mudanças relacionadas à higiene, a partir da Reforma Mello Vianna, visto que, no período em que ela vigorou, Lúcio dos Santos ocupava o cargo de diretor da Instrução Pública. Analisamos os documentos oficiais referentes às reformas (leis, decretos, mensagens dos presidentes do estado de Minas Gerais e dos mandatários da Secretaria do Interior) e artigos publicados nos periódicos *O Horizonte*, *Minas Gerais* e *Revista do Ensino*.

Seguimos a historiografia[134] que compreende as reformas do ensino ocorridas na década de 1920, como parte da movimentação de setores políticos e intelectuais que, no dizer de Nagle, resultaram num inusitado entusiasmo pela escolarização e em um marcante otimismo pedagógico. Nessa década, prevalecia a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, e através da disseminação da educação escolar, seria possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo.[135]

As reformas educacionais Mello Vianna (1925) e Francisco Campos (1927) estão no escopo desse movimento que buscava realçar a importância da educação,

---

[134] NAGLE, 1974; CARVALHO, 1989; MONARCHA, 1989; FARIA FILHO, 2000a, 2001b; PEIXOTO, 1983.

[135] NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. *Op. cit.* p. 99.

difundindo a instrução primária, ampliando a rede de escolas técnico-profissionais e atualizando o ensino secundário, na parte de seus métodos e disciplinas.[136]

Para Souza,[137] as reformas mineiras Mello Vianna (1925) e Francisco Campos (1927) estavam imbuídas de um espírito modernizador e não havia, entre elas, uma ruptura, mas uma continuidade, marcada pela ampliação e aprofundamento realizados em 1927.

Ajustando os preceitos da Escola Nova com as demandas locais, os reformistas mineiros dos anos de 1920 propunham, de acordo com Faria Filho,

> Superar o passado e construir um futuro grandioso. No entanto não faziam baseados em uma ruptura com a tradição e com o passado educacional. Mais do que isso, buscava-se afirmar a inovação dentro da tradição, o que dava lugar a uma leitura mais indulgente da escola antiga [...]. Nascia também uma nova educação católica, mas ela vinha por assim dizer de braços dados com a tradição católica, a qual há muito tempo vinha buscando formas discursivas e mecanismos pedagógicos para modernizar-se para dialogar com as ciências e com os novos sujeitos sociais, cuidando, no entanto para não ser confundida, por exemplo, com o escola-novismo. Reformar aproximando-se e distanciando-se das perspectivas escola-novista, era um desafio que os mineiros buscavam enfrentar.[138]

A combinação entre o velho e o novo pode ser visualizada na retórica dos governos mineiros da década de 1920:

> A civilização ou a cultura é a perfeição que o homem recebe não propriamente da natureza, mas da educação que lhes transmite a herança das gerações que o precederam, e lhe prepara e facilita novos progressos [...] Mas o progresso não é destruição e renovamento: é conservação e desenvolvimento. Não é possível que deva cada geração recomeçar a tarefa. A tradição é o único terreno firme sobre que se pode assentar construções duradoras. Assim, pois, embora realizamos múltiplas reformas, em matéria de educação e ensino timbrou sempre o governo em manter illeso o patrimônio do passado e em conservar as qualidades tradicionais que são legítimo orgulho do povo mineiro.[139]

---

[136] NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. *Op. cit.* p. 108.

[137] SOUZA, Marco Antônio de. *A economia da caridade*: *Op. cit*.

[138] FARIA FILHO, Luciano; VAGO, Tarcísio. Entre relógios e tradições... *Op. cit*. p. 10.

[139] VIANNA, Fernando de Mello. Mensagem ao Congresso Mineiro. 14/07/1926 p. 71-72.

Veiga (2000b) e Borges (1993) concordam que a utilização das premissas e métodos da Escola Nova, em Minas Gerais, estava vinculada à ideia de projetar e formar um novo cidadão, obediente, moralizado e apto para lidar com as novas demandas urbanas e industriais. Na formatação desses novos cidadãos, as ciências médicas e a religião católica foram determinantes.

De acordo com Souza,[140] havia uma adaptação dos métodos pedagógicos da Escola Nova e da Escola Ativa aos interesses e necessidades locais do Estado. Quanto às práticas disciplinares, por exemplo, buscava-se realizar uma junção entre os conhecimentos científicos e a religiosidade, que tinha forte presença em Minas naquele período: os testes psicológicos, a construção e organização do espaço escolar, as atividades dos alunos, os trabalhos manuais, a educação física eram formas de manter o aluno ativo, dando-lhe sentimento de liberdade e autonomia que dispensavam a utilização de punição, na medida em que era constantemente vigiado e controlado.

Não obstante, os intelectuais católicos, especialmente, Lúcio dos Santos e Maria Luiza de Almeida Cunha, visando à adaptação da pedagogia escolanovista, produziram artigos orientando os professores em como desenvolver, na criança, o gosto pela leitura,[141] sugestão de exercícios de observação no ensino moderno,[142] indicação de maneiras de avaliar, formar e apurar a inteligência dos alunos[143] e, principalmente, meios de manter a disciplina e a obediência dos educandos.[144]

Na perspectiva de Souza, as disciplinas de Biologia e Higiene, presentes nos programas do Ensino Normal, objetivavam dotar as futuras professoras para reconhecer

---

[140] SOUZA, Rita de Cássia de. *Sujeitos da educação e práticas disciplinares*: uma leitura da disciplina escolar a partir da Revista do Ensino e das reformas educacionais mineiras (1925-1930). 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2001. p. 3.

[141] CUNHA, Maria Luiza de Almeida. Como se desenvolve, na criança, o gosto pela leitura. *Revista do Ensino*, mar. 1926, p. 74-75.

[142] CUNHA, Maria Luiza de Almeida. Os exercícios de observação no ensino moderno. *Revista do Ensino*, mar. 1926, p. 76-78.

[143] CUNHA, Maria Luiza de Almeida. Como avaliar, formar e apurar a intelligencia dos alumnos. Exercícios leves que todas as professoras podem facilmente realizar. *Revista do Ensino*, abr. 1926, p. 110-111.

[144] CUNHA, Maria Luiza de Almeida. A educação da vontade. *Revista do Ensino*, jul. 1926, p. 298-299; SANTOS, Lúcio dos. A mentira na escola. *Revista do Ensino*, dez. 1925, p. 244; _____. Disciplina e liberdade. *Revista do Ensino*, nov. 1926, p. 346-350; e _____. Pedagogia da obediência. *Revista do Ensino*, dez. 1926 p. 403.

e controlar o corpo dos alunos do curso primário. A saúde era vista como um dever ligado aos bons hábitos. Segundo a autora,

> o ócio e os vícios seriam desencadeadores de todos os males e era preciso desenvolver, desde cedo, o horror a esses maus costumes. Relacionada também à moralidade, à limpeza do corpo e da alma, a escola promovia um verdadeiro combate pela saúde, que ocultava os determinantes sociais, identificando o indivíduo como único responsável pela manutenção de uma vida digna, com saúde, beleza e força.[145]

Para a autora, a ciência era essencial na tarefa disciplinadora da escola,

> o mobiliário escolar, assim como a estrutura física e arquitetônica da escola, eram também cuidadosamente planejados, devendo disciplinar através da racionalidade dos espaços, da higiene, da distribuição dos corpos, da ornamentação. Uma escola organizada, bela, limpa, denotaria o mesmo de seus educadores e provocaria as mesmas características em seus educandos. As ciências médicas eram chamadas à escola para intervir em diversas situações: examinando funcionários e alunos, palestrando sobre melhores condições de higiene e saúde, diagnosticando doenças, tratando-as, selecionando funcionários e alunos que poderiam ou não participar das atividades escolares, além de subsidiar a construção do edifício escolar, a distribuição dos espaços de maneira racional e higiênica.[146]

De acordo com Veiga, na capital mineira, foram notórios os empreendimentos relacionados às reformas urbanas e reformas escolares, no intuito de fazer desaparecer o medo do contágio, tanto na perspectiva de doenças físicas, da rudeza de certos hábitos e valores, quanto dos próprios movimentos insurrecionais. Mas também pretendiam dar vazão ao fascínio e ao belo, concretizar a indústria e a tecnologia, abrir vias de circulação, erguer os monumentos da razão moderna, elaborar o lugar dos indivíduos, demarcando os campos do público e principalmente do privado. Um esforço para instaurar, nas edificações escolares, a combinação entre higiene, civilidade e estética.[147]

---

[145] SOUZA, Rita de Cássia de. *Sujeitos da educação e práticas disciplinares... Op. cit*. p. 294.

[146] SOUZA, Rita de Cássia de. *Sujeitos da educação e práticas disciplinares... Op. cit*. p. 294-295.

[147] VEIGA, Cynthia Greive. *Cidadania e educação na trama da cidade*: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX. Bragança Paulista: EDUSF, 2002b. p. 400-401.

Concordamos com as autoras quanto ao fato de que as ciências, especialmente a medicina, engenharia e biologia organizaram projetos que visavam à constituição de uma nova cultura escolar, cujos principais objetivos eram cultivar nos escolares hábitos higiênicos (cuidados com o corpo e com a saúde) e incentivar um comportamento condizente com a moral e os bons costumes, compartilhados pelos católicos. Entretanto, julgamos que, na prática, essa capacidade ordenadora apresentada pelas autoras não se deu de forma avassaladora. Para conseguir o acesso aos corpos dos escolares, médicos e educadores enfrentaram várias barreiras: a limitação de verbas, o grande índice de evasão escolar e a desconfiança dos pais de alunos em relação aos atendimentos médicos. Dificuldades que foram amenizadas, principalmente, pela ação da prática da caridade e filantropia católica.

2.1 A Reforma Mello Vianna (1925)

A Reforma Mello Vianna foi aprovada pelo decreto 6.655, em 21 de agosto de 1924, e entrou em vigor em janeiro de 1925. Do primeiro ao último capítulo do texto legal, encontram-se decretos e determinações acerca da higiene. A preocupação com a higiene manifesta-se no interesse em zelar pela salubridade e estética dos edifícios escolares, saúde e higiene de todos os escolares e pela organização dos programas de ensino.

Borges argumenta que a Reforma Mello Vianna (1925) decorreu de uma política liberal-positivista que visava melhorias do ensino público mineiro, iniciadas no governo João Pinheiro.[148] Na ocasião em que elaborou a reforma do ensino primário, Mello Vianna era Secretário do Interior do governo de Olegário Maciel, que assumiu o governo de Minas após a morte de Raul Soares, em agosto de 1924. Em dezembro desse mesmo ano, Olegário Maciel convocou o Congresso Mineiro para novas eleições e Mello Vianna foi eleito com grande vantagem de votos para terminar o quatriênio 1922-1926.

Raul Soares, antes de seu falecimento, nomeou Lúcio dos Santos como diretor da Instrução Pública de Minas Gerais. Como vimos no capítulo anterior, Lúcio dos Santos era considerado pelos seus contemporâneos como o representante do laicato

[148] BORGES, Vera Lúcia Abrão. A ideologia do caráter nacional da educação em Minas Gerais (1925-1929). Dissertação de Mestrado. Unicamp, 1923 p. 51.

católico mais atuante e influente no meio político, e sua nomeação foi amplamente festejada pela Igreja Católica:

> É com maior prazer que registramos todas as referencias à nomeação do Dr. Lúcio para o honroso cargo de diretor da Instrução Pública. O dr. Raul Soares, illustre Presidente do Estado de Minas Gerais, acaba de assignar um dos mais acertados actos de seu governo, acto de grande alcance, talvez mais mesmo do que ele pensa – a nomeação do Dr. Lúcio dos Santos para Director da Instrucção Pública do Estado. Esse homem estava tão bem talhado para o cargo, que nós habituados a ver preterição dos melhores elementos não poderíamos esperar a sua escolha. Para quem quer dar a mão forte ao seu Secretário do Interior na obra ingente de reorganizar e elevar o ensino, tal escolha representa um acto de acerto e critério, pois Dr. Lúcio só tem para nós um defeito: o de não ser mais nosso collaborador. No mais, *the right man in the rigth place.* Professor em duas escolas superiores, e culto como pouco homens em Minas, de uma capacidade extraordinária para o trabalho, elle vale, por si só, a victoria do Dr. Mello Vianna na campanha pelo ensino. Para nós, catholicos, elle tem ainda predicados outros. Catholico convicto, *sans peur et sans reproche,* o Dr. Lúcio, seja o que for, e occupe o cargo que ocoupar, é sempre antes de tudo catholico.[149]

A citação demonstra o que a indicação de Lúcio dos Santos ao cargo de diretor da Instrução representava para o laicato católico: ter seu líder à frente da Instrução Pública significava a oportunidade de colocar em prática seus projetos e imprimir, na educação mineira, os modelos educacionais católicos.

O cargo de diretor da Instrução Pública representava um posto estratégico para a atuação católica na educação. Ocupar esse cargo significava controlar todas as tramitações relativas ao ensino, passando, entre outras incumbências, pela contratação de pessoal, a organização de roteiros pedagógicos, o controle de verbas. Pela extensa lista das atribuições do cargo,[150] percebe-se seu poder de decisão e influência sobre as questões do ensino. Todos os encaminhamentos no campo da educação, necessariamente, passavam pela aprovação do diretor da Instrução Pública.

Dessa maneira, a presença de Lúcio dos Santos e seu reforço nas questões de higiene e saúde no ensino primário corroboram o argumento de que a luta dos católicos no campo da educação não se resumia na luta pelo direito ao ensino religioso. Se o

---

[149] *O Horizonte*. A união. 08/06/1924, p. 1.

[150] A lista que enumera a função do Diretor da Instrução Pública está disponível em: MINAS GERAES, 21/08/1924. Regulamento do Ensino Primário. Decreto 6.655, art. 40-41 p.2.

fosse, Lúcio dos Santos provavelmente teria tornado o ensino religioso obrigatório em sua gestão, mas isso não aconteceu. Primeiro porque, apesar de não estar legalmente instituída, a religião estava presente nas escolas mineiras; segundo, porque eram mais amplos os interesses dos intelectuais católicos. Nesse sentido, a gestão de Lúcio dos Santos permite dizer que o projeto reformista católico de educação estava dentro do paradigma de modernização da época, o qual tinha a saúde e a educação como elementos imprescindíveis para o "progresso da nação".

2.1.1 A educação primária

O foco da Reforma Mello Vianna (1925) estava na educação primária, cuja função primordial era inserir a criança na sociedade, inculcando-lhe regras e valores tidos como necessários e naturais.[151] A preocupação estava em desenvolver, na primeira infância, as aptidões físicas e mentais da criança, mediante métodos pedagógicos aprovados e adotados pelo Conselho de Instrução Pública. Nesse sentido, a escola pretendia dar continuidade à educação iniciada na família e pelas mães. Não por acaso, era forte o desejo de firmar parceiras e cooperação entre a família e a escola.

O ensino primário era dividido em três tipos: escolas infantis, primárias e complementares, podendo ser praticado pelo Estado, município e pela iniciativa privada. Sendo que as escolas particulares estavam sujeitas à fiscalização do Estado no que tangia à higiene, moralidade e estatística.[152]

Os diretores das escolas particulares, além de se submeterem à fiscalização do Estado nos quesitos supracitados, deveriam apresentar à Diretoria de Instrução atestados e títulos que provassem sua capacidade moral e técnica, bem como de seus auxiliares. Além disso, deveriam apresentar atestado médico de que não possuíam doenças contagiosas. O exercício do magistério ou a direção dos estabelecimentos das escolas primárias eram vedados aos que tivessem processos criminais, aos viciados em jogos de

---

[151] SOUZA, Rita de Cássia de. *Sujeitos da educação e práticas disciplinares... Op. cit*. p. 39.

[152] MINAS GERAES, Regulamento do Ensino Primário, 21 de agosto de 1924. Decreto n. 6.655. Art. 5. p. 1.

azar, aos que pregassem ideias consideradas subversivas ou aos que praticassem atos contrários à moral e aos bons costumes.[153]

Além dos bons atributos morais e comprovação da saúde física e mental, o regulamento do ensino previa, ainda, que trabalhadores das escolas primárias, especialmente professores e diretores, deveriam ter uma boa formação para que pudessem traduzir, de forma adequada, os programas e métodos de ensino propostos. Para exercer o magistério, era exigido diploma conferido pelas escolas normais oficiais ou equiparadas do estado de Minas Gerais, ou por escolas normais de outros estados cujos programas fossem considerados, pelo Conselho Superior do Ensino, equivalentes aos da Escola Normal Modelo de Belo Horizonte. A preferência por senhoras solteiras ou viúvas, sem filhos, era justificada pelos reformistas sob o argumento de que a mulher, naturalmente e por "dádiva divina", tinha mais talento para o magistério. Ela compreendia melhor as necessidades das crianças, e sendo solteira e não tendo filhos, podia se entregar à profissão e continuar a educação iniciada no lar.

Além do diretor e professores, a escola deveria conter, no seu quadro de funcionários, o porteiro e as serventes, aos quais eram incumbidas as seguintes tarefas: abrir e fechar o edifício do grupo e manter a ordem e o respeito entre as pessoas, cuidar do asseio geral e da conservação do edifício e de suas dependências, da limpeza das salas, pátios e jardins, da conservação e boa guarda da mobília, dos utensílios e aparelhos didáticos, e hastear, no edifício, a bandeira nacional.[154]

Os inspetores escolares (técnicos e administrativos) ajudavam no controle e fiscalização da educação. Estavam encarregados, também, de produzir relatórios e interceder no funcionamento do trabalho pedagógico das escolas. As falhas detectadas nas escolas visitadas deveriam ser apresentadas à Diretoria de Instrução, acompanhadas de sugestões para sua correção. Dar conselhos, explicações e elaborar aulas-modelo, fiscalizar o cumprimento do novo programa, especialmente quanto às aulas de educação

[153] MINAS GERAES, Regulamento do Ensino Primário, 21 de agosto de 1924. Decreto n. 6.655. Art. 8-12. p. 1.

[154] MINAS GERAES, Regulamento do Ensino Primário, 21 de agosto de 1924. Decreto n. 6.655. Art. 325-328. p. 12.

física e de canto, os modernos processos de ensinar, e, ainda, as excursões escolares estavam entre os deveres dos inspetores.[155]

Aos alunos cabia o comparecimento diário, conforme a hora marcada para início dos trabalhos, a observância dos preceitos de higiene individual, obediência às determinações dos professores, diretores e seus auxiliares, atenção aos ensinamentos, correção dos procedimentos dentro e fora das aulas, não se ausentar das aulas, dos exercícios das formas ou do estabelecimento sem licença dos superiores, tratar com urbanidade e respeito os professores e diretores, com amizade e carinho os condiscípulos, e zelar pela conservação dos livros e objetos escolares.[156]

As questões sanitárias estavam presentes nas orientações para a construção dos prédios escolares. Previa o regulamento que as escolas fossem edificadas em terreno seco, permeável, salubre, preferencialmente afastado dos centros fabris, cemitérios, hospitais e lugares onde houvesse água parada. As escolas deveriam também dispor de espaço aberto, como parques e jardins, onde as crianças pudessem praticar atividades ao ar livre. Ao levar em consideração os valores sanitaristas, os reformistas pretendiam resguardar a saúde do aluno e revertê-la em melhor ânimo e disposição para o ensino.[157] A saúde era considerada fundamental para que as instruções veiculadas na escola fossem bem recebidas e praticadas pelos alunos.

Para Mello Vianna, a construção dos prédios escolares, além das condições exigidas pela técnica pedagógica e pelo sanitarismo, deveria também atentar-se para os aspectos arquitetônicos. Para ele, a arquitetura causava uma "emoção estética na criança despertando o gosto artístico". Afirmava Mello Vianna que a higiene e a pedagogia, por si só, eram frias e sem gosto e, por isso, precisavam ser acompanhadas de elementos que despertassem o interesse das crianças pela escola.[158]

A educação primária era composta pelas escolas infantis, fundamentais e complementares. As escolas infantis eram divididas em jardins de infância e escolas

---

[155] BORGES, Vera Lúcia. Os deputados estaduais de Minas Gerais e a missão civilizadora da educação: 1892-1898. *Op. cit.* p. 58.

[156] MINAS GERAES, Regulamento do Ensino Primário, 21 de agosto de 1924. Decreto n. 6.655. Art. 280. p. 11.

[157] MINAS GERAES, Regulamento do Ensino Primário, 21 de agosto de 1924. Decreto n. 6.655. Art. 137. p. 9.

[158] VIANNA, Fernando de Mello. Mensagem ao Congresso Mineiro, 1926 p. 105.

maternais. O artigo 121 do regulamento 6.655 determinava que os jardins de infância fossem instalados nos locais de grande densidade populacional, e as maternais próximas às regiões industriais e centros fabris, para receber os filhos das operárias.[159]

Nos jardins de infância, eram aceitas as crianças entre 4 e 7 anos, de ambos os sexos. Para matricular as crianças, as mães deveriam comprovar que seus filhos não possuíam doença contagiosa e que estavam vacinados contra a varíola. A saúde era, sem dúvida, pré-requisito no novo modelo escolar que se queria implantar com a Reforma Mello Vianna. Tinham preferência os filhos de operárias, os órfãos e os filhos de professoras. O intuito era não deixar a criança fora da escola. Temia-se que os filhos dos operários ficassem pelas ruas, sujeitos aos perigos da época: falência moral e cívica.[160]

O artigo 123 determinava que, nos jardins de infância, a criança deveria ser educada por processos concretos e intuitivos, tendentes ao desenvolvimento das suas faculdades pela cultura simultânea dos sentidos. Eram valorizados os trabalhos manuais, as aulas de canto, danças, exercícios físicos, jogos, excursões e atividades em ar livre.[161]

Por sua vez, as escolas maternais recebiam as crianças de 3 a 6 anos. De acordo com o artigo 135, a educação nas escolas maternais compreendia: jogos e movimentos graduados acompanhados de cantigas infantis, linguagens narrativas sobre contos morais e deveres para com Deus e os homens.[162]

A diretora da escola maternal devia ser nomeada e contratada entre as senhoras de notória capacidade, as chamadas “damas da sociedade”, mulheres de elevada instrução e prestígio, capazes de auxiliar as mães e educadoras na formação moral e intelectual das crianças. Essa foi uma prática muito comum na década de 1920. Em trabalho sobre o discurso maternalista no Brasil, Freire demonstra como as mulheres das classes médicas, no Brasil, estavam sendo convocadas para assumir inúmeros papéis desse tipo, investindo-se da responsabilidade pelos cuidados e educação das crianças no

---

[159] MINAS GERAES, Regulamento do Ensino Primário, 21 de agosto de 1924. Decreto n. 6.655. Art. 121. p. 6.

[160] *O Horizonte*, A educação da criança. 28/11/1925, p. 1.

[161] MINAS GERAES, Regulamento do Ensino Primário, 21 de agosto de 1924. Decreto n. 6.655. Art. 123. p. 6.

[162] MINAS GERAES, Regulamento do Ensino Primário, 21 de agosto de 1924. Decreto n. 6.655. Art. 135. p. 9.

âmbito da vida privada, mas, sobretudo, na vida pública.[163] Temos, nessa década, a criação de várias associações e revistas dirigidas à infância e ao público feminino, com a meta de ensinar as mulheres a serem modernas, boas mulheres e, acima de tudo, boas mães, não só dando amor, mas compreendendo as necessidades infantis.

Para o cargo de educadora, eram contratadas mulheres que tinham conhecimento de pedagogia, prática de puericultura e de medicina doméstica, maiores de 18 anos e menores de 35, com boa capacidade física e saúde. Os professores, assim como os alunos, eram regulados e contratados mediante comprovação da boa saúde. Era o indivíduo saudável que devia frequentar as escolas.[164]

A diretora e as educadoras tinham por dever incutir no ânimo das crianças hábitos de ordem, asseio, polidez, atenção e obediência, mas sem fadiga, constrangimentos e excessos de aplicação. Os bons hábitos deviam ser repassados sempre por meio de boas influências e reações naturais, nunca com castigos e repreensões.[165]

Sobre a questão da disciplina escolar no ensino primário, a professora Maria Luiza de Almeida Cunha, em vários artigos publicados na *Revista do Ensino*, pontua a necessidade de a professora estimular a bondade, o coleguismo, a verdade e a prática da oração entre as crianças. Para a professora, esses estímulos, além de mais salutares, eram mais eficazes na educação infantil.[166]

A saúde e a e higiene das crianças mereciam especial cuidado por parte da diretora e das educadoras, as quais eram orientadas a adotar os processos de educação que empregavam as "mães inteligentes". No modelo educacional proposto pela Reforma Mello Vianna, a família era constantemente convidada a participar da vida escolar dos filhos, e esse convite, em especial, dirigia-se às mães.[167]

---

[163] FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos*: discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 103.

[164] MINAS GERAES, Regulamento do Ensino Primário, 21 de agosto de 1924. Decreto n. 6.655. Art. 140. p. 6.

[165] MINAS GERAES, Regulamento do Ensino Primário, 21 de agosto de 1924. Decreto n. 6.655. Art. 141. p. 6.

[166] CUNHA, Maria Luiza de. Educação da Vontade. *Revista do Ensino*. jul. 1926, p. 298-299.

[167] MINAS GERAES, Regulamento do Ensino Primário, 21 de agosto de 1924. Decreto n. 6.655. Art. 143. p. 6.

Seguindo as determinações da reforma, e como tentativa de implantar um modelo de escola maternal, foi construída na capital a Escola Maternal Mello Vianna, localizada no Barro Preto, conhecido, na época, como bairro de operários. Para dar início à sua construção, foi organizada uma cerimônia que contou com a participação de várias autoridades políticas. Também estavam presentes alguns professores da rede pública, Lúcio dos Santos e o bispo D. Cabral. Nessa ocasião, Mello Vianna insistiu para que D. Cabral fosse o primeiro a assinar a ata de inauguração da construção. Durante a cerimônia, a esposa de Mello Vianna foi convidada a brindar em homenagem à mulher operária.[168]

O projeto de criação da Escola Mello Vianna previa a capacidade para atender aproximadamente 500 crianças:

> De estylo leve e elegante, terá o prédio uma área coberta de cerca de 3.000 metros quadrados, sendo formado de 5 grandes pavilhões convenientemente dispostos no centro de uma área ajardinada para recreio dos meninos de onde partirão suaves rampas de acesso as largas varandas de ligação. Além de todas dependências necessárias ao fim que se destina, e de instalação de banhos, grande piscina de natação, solário, salões abertos para repouso, etc. Disporá o predico de 14 salas amplas e fartamente iluminadas que pelo systema de comunicação (folding door), podem formar quando necessário, um só e vasto salão. Em um dos pavilhões onde se encontram as accomodações para as irmãs de caridade, a cujo carinho e dedicação vão ser entregue as creanças. Há installaçãos para a assistência médica e dentária e uma pequena enfermaria.[169]

Entrevê-se, na citação, o interesse de Mello Vianna em unir harmonicamente, na escola maternal, arquitetura, higiene, pedagogia e religião. De acordo com Kuhlmann Jr., as instituições pré-escolares desse tipo tinham um cunho assistencialista e eram frutos da articulação das instâncias jurídicas, empresariais, políticas, médicas, pedagógicas e religiosas em torno dos interesses sustentados por três influências básicas: a médico-higienista, jurídico-policial e religiosa.[170]

---

[168] *O Horizonte*, 09/09/1925, p.1.

[169] VIANNA, Fernando de Mello. Mensagem ao Congresso Mineiro, 14/06/1925. p. 92-93.

[170] KUHLMANN JR., Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, n. 14, maio/ago. 2000. p. 18.

A articulação das instâncias jurídicas, empresariais, políticas, pedagógicas e religiosas se fazia presente em todo o texto da Reforma Mello Vianna, o qual reforçava sempre a importância da atuação conjunta da escola, da família e do médico no ensino primário sob o argumento de que o futuro do Estado e da República dependia da educação, da bondade, cultura e saúde das crianças.

Para Viñao Frago, a confluência entre a medicina, higiene e educação escolar mostrou-se inevitável, uma vez que a escola se apresentava como espaço social através do qual era possível tanto garantir a atenção médico-higiênica à infância quanto intervir sobre as famílias, reorientando suas práticas cotidianas de cuidado e educação das crianças.[171]

O ensino fundamental era destinado às crianças de 7 a 14 anos, sendo obrigatório, exceto para os pobres residentes em regiões em que não houvesse escolas gratuitas, os incapazes físicos e mentais e os que sofriam de doenças contagiosas. As determinações referentes a matrículas, estabelecimentos, professores, diretores eram as mesmas impostas às escolas infantis.

Os programas de ensino fundamental preconizavam o ensino de geografia, história, canto, música, leitura, moral e cívica, aritmética, educação física, ciências naturais e higiene. É comum a determinação de que o ensino desses conteúdos fosse ministrado utilizando-se os modernos métodos pedagógicos, bem como o uso de quadros, gravuras, do museu escolar, excursões e aulas ao ar livre. Partia-se do pressuposto de que o aluno deveria participar ativamente do processo de aprendizado no qual o professor era o mediador.[172]

Pelo decreto 6.758 do Regulamento do Ensino Primário, que aprovava os programas de ensino primário, a cadeira de Ciências Naturais e Higiene tinham tríplice finalidade: evitar que as crianças contraíssem moléstias, ativar o desenvolvimento físico e torná-las robustas e sadias para agirem, eficientemente, no meio social. A inspeção sanitária auxiliaria os professores no controle do peso normal dos alunos. O programa destacava, com letras em caixa alta, que o professor responsável pela cadeira de

---

[171] VIÑAO FRAGO, 1998, *apud* ROCHA, Heloísa Pimenta; GONDRA, José. A escola e a produção de sujeitos higienizados. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 493-512, jul./dez. 2002. p. 501.

[172] MINAS GERAES, Regulamento do Ensino Primário. Decreto 6.758 Programa de Ensino Primário. 01 de Janeiro de 1925.

Ciências Naturais e Higiene não devia se descuidar nunca do aforismo: "ALMA SÃ E CORPO SÃO".[173]

Ao longo dos três anos do curso fundamental, nas aulas de higiene, era a feita a "revista higiênica", em que se conferia o asseio das unhas, cabelos, dentes, orelhas e roupas dos alunos. Buscava-se combater os hábitos de chupar dedo, roer unhas, cuspir no assoalho e outros. Eram orientados sobre digestão, respiração, saneamento, importância do sol para roupas e aposentos, a importância do sono em local arejado, os efeitos do fumo e do álcool no organismo, doenças contagiosas, perigo do beijo para contaminação da sífilis e tuberculose, importância das vacinas e outros.[174]

A educação moral e cívica (urbanidade), mesmo não constituindo uma cadeira específica, servia de apoio às aulas de higiene, buscando a formação do indivíduo saudável, bem educado e dotado de valores nobres e bons costumes. Pelo programa, os alunos deveriam ter conhecimentos básicos de política, cultivar o respeito às leis e autoridades, agir com cordialidade e entender o trabalho como fonte de prosperidade. A associação entre saúde e urbanidade permite dizer que a preocupação estava em formar indivíduos disciplinados, saudáveis e aptos para o trabalho.

2.1.2 A *Revista do Ensino*

Com a Reforma Mello Vianna, a *Revista do Ensino* foi reativada[175] e voltou a circular mensalmente (nem sempre com regularidade) no ano de 1925, sob a direção de Lúcio dos Santos. Na primeira edição da revista, Lúcio dos Santos diz da importância do periódico

> como elemento orientador do professorado, como também da edificação do espírito popular que não pode divorciar-se das questões inerentes à instrução primária e da cruzada de desphabetização das grandes populações disseminadas pelo nosso vastíssimo território, nesta hora feliz e de longo

[173] MINAS GERAES, Regulamento do Ensino Primário. Decreto 6.758 Programa de Ensino Primário. 01 de Janeiro de 1925.

[174] MINAS GERAES, Regulamento do Ensino Primário. Decreto 6.758 Programa de Ensino Primário. 01 de janeiro de 1925.

[175] A *Revista do Ensino* foi criada no governo Afonso Pena, no ano de 1892, e desativada imediatamente após a sua terceira edição.

> tempo esperada, em que se vai por em prática a lei da obrigatoriedade do ensino.[176]

Como sintetizado por Lúcio dos Santos e pelo decreto n. 479, a função da *Revista do Ensino* era divulgar e dar orientações necessárias acerca da nova política educacional prevista em seu governo, colocando o professorado em contato com as publicações nacionais e estrangeiras sobre a educação.[177] Desejava-se através da publicação da revista, informar e formar, de maneira rápida e prazerosa, todos aqueles, especialmente os professores, que precisavam atualizar-se nos preceitos da reforma, sendo importante instrumento de veiculação, apresentação e estímulo de utilização das práticas pedagógicas renovadas.[178]

Destacavam-se também outros objetivos, como: divulgar dados estatísticos da instrução primária e auxiliar "o progresso" do ensino primário em Minas Gerais. Para dirigir a *Revista do Ensino*, Lúcio dos Santos contava com um funcionário e um amanuense para o serviço de revisão, escrituração e expediente.[179]

Segundo Borges,[180] dos variados artigos publicados na *Revista do Ensino*, é possível destacar alguns temas:

---

[176] SANTOS, Lúcio dos. *Revista do Ensino*, 8/3/1925 n. 1 Ano. 1, p. 29.

[177] BORGES, Vera Lúcia. Os deputados estaduais de Minas Gerais e a missão civilizadora da educação: 1892-1898. *Op. cit*. p. 1.

[178] BICCAS, Maurilane de Souza. Reforma escolar e práticas de leitura de professores: a *Revista do Ensino*. In: CARVALHO, Marta Maria Chagas de; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Biblioteca e formação docente*: percursos de leitura. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 187.

[179] MINAS GERAES, Regulamento do Ensino Primário, 21 de agosto de 1924. Decreto n. 6.655. Art. 486. p. 20.

[180] BORGES, Vera Lúcia Abrão. Modernização e democratização no Brasil: o caso da Escola Estadual de Uberlândia, *Cadernos de História da Educação - CHE*, Uberlândia, n. 1, v. 1, p.121-126. jan./dez. 2002. p. 118-123.

Tabela 1 – Temas dos artigos publicados na *Revista do Ensino* no período de 1925 a 1930

Temas	Quantidade	Percentual
A inspeção escolar como forma de controle	09	3,2%
A ênfase no cumprimento do novo programa, especialmente aos pontos referentes aos exercícios de educação física, aos modernos processos de ensinar, ao canto e às excursões escolares	106	36%
A construção de escolas, a valorização e o consequente cuidado com as Escolas Normais	05	1,7%
A defesa da instrução e da educação moral, a indicação do ensino de uma especificidade e de trabalhos manuais no grupo escolar,	89	30%
A introdução dos testes pedagógicos e de inteligência	22	7,5%
A defesa da eugenia	4	1,3%
A valorização da instrução primária	19	6,5%
A instituição sistemática do ensino moderno de geografia, desenho e história	5	1,7%
A democratização do ensino, a educação popular e o nacionalismo	25	8,6%
O papel da Igreja Católica no movimento mineiro de modernização	10	3,5%

De acordo com Borges, na base da popularização do ensino, estavam os argumentos escolanovistas de respeito à individualidade do aluno pelo professor, a observação, a experiência e o ensino utilitário. Era importante formar na criança um cidadão saudável, útil no trabalho fabril, com hábitos higiênicos saudáveis, imbuído de moral cívica, cristã e familiar.[181]

Souza chama a atenção para o tema da disciplina na revista. A autora demonstra como era importante o controle dos professores sobre a criança. A indisciplina podia ser um indício à anormalidade, à debilidade física e mental, devendo os professores observar e separar esses alunos, em turmas especializadas para seu melhor rendimento escolar, dos alunos considerados normais.[182] Nesse particular, podemos inferir que a disciplina compunha-se como elemento de higienização da infância.

Na revista, encontramos vários artigos sobre a higiene, a saúde física e mental, a eugenia, a raça e a ginástica escolar, publicados entre 1925 e 1927 (período em que vigorou a Reforma Mello Vianna). Devido à diversidade e quantidade de artigos que abordam esses temas, especialmente os que tratam da importância da educação física,

[181] BORGES, Vera Lúcia Abrão. Modernização e democratização no Brasil: o caso da Escola Estadual de Uberlândia, *Op. cit*. p. 129.

[182] SOUZA, Rita de Cássia de. *Sujeitos da educação e práticas disciplinares... Op. cit*. p. 62.

selecionamos alguns artigos que evidenciam a importância dada à higienização da infância.

No artigo publicado na *Revista do Ensino* no dia 14/04/1925, Alceu de Souza Novaes exorta sobre a necessidade de aliança entre a família, o médico e a escola. Para ele, essas três esferas "representam um 'trioviratum' protetor das crianças e por isso da sociedade e da raça". Por isso, deveriam proteger e vigiar o desenvolvimento da criança, auxiliando a natureza, evitando excessos, fornecendo remédios e outros corretivos. Novaes destaca a tarefa do médico em relação aos alunos, cabendo-lhe combater os defeitos originados por uma postura corporal inadequada, como a "escoliose, cyphose, myopia e outros", e acrescenta que era também tarefa dos médicos fazer propaganda ativa para a profilaxia e cura de doenças cujo desenvolvimento era favorecido no meio escolar, como: "sarampo, coqueluche, moléstias do olho, da pelle e a sífilis". Sugeria o autor que essa propaganda se estendesse aos familiares dos alunos e a todos os funcionários escolares, especialmente às professoras, que deviam auxiliar o trabalho do médico observando e diagnosticando possíveis doenças nos alunos. Alertava ainda para o fato de algumas moléstias do aparelho circulatório resultarem da falta de postura dos alunos, do ar viciado, da poeira e do uso de roupas apertadas, devendo os pais e professores atentar-se para esses inconvenientes.[183]

Ao final do artigo, o autor afirmava ser grande o percentual de "anêmicos, ancylostomiados, parasitos intestinais, myopes, os duros de ouvido e vegetações adenóides" nas escolas. Dizia que, devido às enfermidades e defeitos orgânicos, as crianças que compunham esse contingente de alunos não obtinham resultados satisfatórios. Com esse cômputo, o autor sugeria que a educação sem saúde era ineficiente. Para Novaes, a solução estava na ação conjugada do "professor inteligente e do médico humanitário".[184]

Em outro artigo publicado pela revista, em 08/06/1925, propõe-se enumerar e dividir as atribuições dos professores e médicos na educação higiênica e nos cuidados da saúde do aluno. Nesse artigo, sem autoria identificada, a divisão do trabalho procedia da seguinte forma: ao médico cabe a produção de fichas sanitárias, exame, intervenção ativa na educação sanitária da escola; aos professores compete a tarefa de seguir as

[183] NOVAES, Alceu de Souza. *Revista do Ensino*, 14/04/1925.

[184] NOVAES, Alceu de Souza. *Revista do Ensino*, 14/04/1925.

orientações médicas e basearem suas ações na pedagogia psicológica. O artigo sugeria, inclusive, que todo o professorado estabelecesse em suas turmas as seguintes regras de saúde:

1) Beba ao menos 6 copos de água por dia
2) Coma bastante frutas e vegetais
3) Não coma coisa alguma antes das refeições
4) Escove os dentes duas vezes por dia
5) Lave o rosto, as mãos, os braços, o pescoço e o ouvido todas as manhãs
6) Tome mais de 1 banho por semana
7) Durma pelo menos 9 horas por noite
8) Escove os cabelos diariamente;
9) Limpe as unhas todos os dias
10) Brinque ao ar livre pelo menos 1 hora por dia

Em vários artigos, a professora Maria Luiza de Almeida Cunha,[185] mostra-se preocupada com a relação entre os métodos de ensino e a formação do professor. Salienta inúmeras vezes o sucesso dos novos métodos e a importância da definição dos papéis do médico, do psicólogo, da criança e do professor no processo de aprendizagem. Em seus artigos, Maria Luiza Cunha sempre fala ao professor da importância da experimentação, da observação dos alunos na sala de aula. Afirma que a sala de aula deve ser uma espécie de laboratório, e não uma sala de conferência em que

[185] Maria Luiza de Almeida Cunha: casada com Roberto de Almeida Cunha, médico formado pelo Instituto Manguinhos, e que se mudou para Belo Horizonte para clinicar e pela possibilidade de tratamento da tuberculose. Roberto de Almeida Cunha foi importante militante católico; médico de formação, atou como professor de microbiologia da Universidade de Minas Gerais e criou a Associação de Médicos Católicos de Belo Horizonte: Associação Médica São Lucas. Foi o representante mineiro na Associação Brasileira de Educação (ABE). Na década de 1960, Maria Luiza Cunha foi professora de Filosofia da Educação da Faculdade de Filosofia da UFMG. Participou da Reforma Universitária da Universidade Federal de Minas Gerais e, juntamente com os professores Alda Lodi, Alaíde Lisboa de Oliveira, Carlos dos Anjos Duarte de Andrada e Magda Soares, fundou o primeiro departamento de Pedagogia e Didática da Instituição. Preocupada com as práticas pedagógicas de seu tempo, os artigos de Maria Luiza de Almeida Cunha tratavam especialmente do ensino primário, privilegiando os temas: finalidades da escola moderna, impressões sobre os métodos de ensino, orientações didáticas e pedagógicas aos professores, com o intuito de despertar a vontade e a disciplina do aluno, o gosto pela leitura, a experimentação e a psicologia. Além dessas questões, quando da autorização do ensino religioso nas escolas primárias, foi encarregada de elaborar o Programa de Ensino Religioso dentro das tendências pedagógicas da época. Esse é um excelente exemplo de que os intelectuais católicos não eram inimigos das novas práticas pedagógicas, e que as utilizaram a se favor.

o professor só articula a exposição e entrega o conteúdo mastigado ao aluno. Outro traço comum em seus artigos é o alerta que dá aos professores para que não utilizem única e exclusivamente o livro *Lição das cousas*, mas que levem os alunos a excursões e utilizem objetos, figuras, filmes e livros variados, para estimular o desenvolvimento da criança.

No artigo publicado na *Revista do Ensino*, em fevereiro de 1926, Maria Luiza Cunha cita parte do estudo desenvolvido pelo pedagogo e psicólogo Alfredo Binet; em linhas gerais, afirmava o psicologista que a individualidade do aluno devia ser trabalhada na sala de aula, sempre em relação à coletividade.[186] Tendo a pedagogia moderna como preliminar, o estudo da psicologia infantil já buscava considerar a criança em sua individualidade, mas sem exagero. Nessa perspectiva, a professora entendia que "o ensino não pod[ia], ser consoante o desejo extremado de alguns pedagogos, ministrado em escolas arranjadas como 'sob medida' para cada indivíduo". Afirmava que esse tipo de escolas "sob medida" era uma utopia, e que, em se tratando de ensino público, o coletivo deveria estar acima das individualidades, pois a coletividade criava o espírito de solidariedade, agente poderoso do progresso.[187]

Para Maria Luiza, a questão da individualidade da criança cabia à professora, que deveria observar e diagnosticar o perfil de cada um dos seus alunos. Esse diagnóstico permitia a identificação dos alunos de "psicologia mais curiosa: os irrequietos e tardonhos". Identificados esses alunos, deveriam ser examinados a fim de encontrar o motivo da aparente inferioridade: "Si falta de intelligencia; de caracter, de saúde, si defeitos constitucionais: surdez, myopia, etc, si defeitos de educação facilmente removíveis".[188] Para auxiliar nesse diagnóstico, a autora sugeria a leitura do livro *As anomalias mentaes escolares*, de J. Phillipe e P. Borcour, e adiantava que, para o trato com as crianças "tardonhas e irrequietas", que geralmente eram "alunos que não pod[iam] fixar a attenção para executar, raciocinar e compreender", deviam ser submetidos ao método Montessori, "que aplicado em tempo facilmente conduzi[ria],

[186] CUNHA, Maria Luiza. O trabalho inteligente do mestre. *Revista do Ensino*, p. 53-57, 1926. Tradução livre.

[187] CUNHA, Maria Luiza. O trabalho inteligente do mestre. *Revista do Ensino*, p. 55, 1926.

[188] BINET *apud* CUNHA, Maria Luiza. O trabalho inteligente do mestre. *Revista do Ensino*, p. 55.

taes crianças bem próximo do paradigma normal si definitivamente não os nivelarem aos demais".[189]

Seguindo o artigo, Cunha dizia ser necessária a aplicação de testes de inteligência,[190] que deviam ser aplicados com cuidados especiais. A autora admitia a dificuldade da professora em cuidar desses detalhes com uma turma de 60 alunos, e sugeria como solução a criação de classes auxiliares, "para os que necessitam de cuidados especiaes, com isso o ensino nas turmas normaes seria mais efficiente. Quantas crianças não perdem o estímulo de progredir obrigadas a marcar passo, porquanto a professora é automaticamente obrigada a regular a marcha da classe pelos mais atrazados."[191]

Maria Luiza finaliza o artigo alertando que, com a criação das classes auxiliares, os pais que tivessem os filhos nessa sala poderiam se sentir diminuídos, e para amenizar esse sentimento, a diretora da escola, juntamente com Associação das Mães de Família, deveria confortar e explicar aos mesmos que seus filhos estavam nas mãos de uma professora especializada, competente e bem preparada.[192]

Também eram publicados na *Revista do Ensino* modelos de aulas de higiene, com a finalidade de orientar as professoras sobre como abordar essa temática em suas aulas. Os modelos eram elaborados pelos médicos escolares e o conteúdo das aulas geralmente versava sobre a higiene pessoal e sobre as verminoses mais comuns no ambiente escolar. Suspeitamos que o médico escolar Lucas Viana Machado (primeiro médico responsável pela Inspeção Médico Escolar, IME, na capital) era um dos médicos que tinham suas aulas de higiene reproduzidas. A suspeita ocorre em função das iniciais L. M. ao final das publicações.

As aulas publicadas na revista eram ricas em ilustrações e organizadas sob a forma de diálogos entre aluno e professor. Para o médico autor das aulas, essa técnica atraía os alunos e aguçava a curiosidade dos mesmos. O médico demonstrava-se

---

[189] CUNHA, Maria Luiza. O trabalho inteligente do mestre. *Revista do Ensino*, p. 55.

[190] Quando da criação da Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico, em Minas Gerais, Maria Luiza, juntamente com a professora Helena Antipoff, criou o modelo de teste de inteligência *test prime*, a ser aplicado nas escolas primárias mineiras. O primeiro *test prime* elaborado pelas professoras foi publicado na *Revista do Ensino* de jun./jul./ago./set. de 1932.

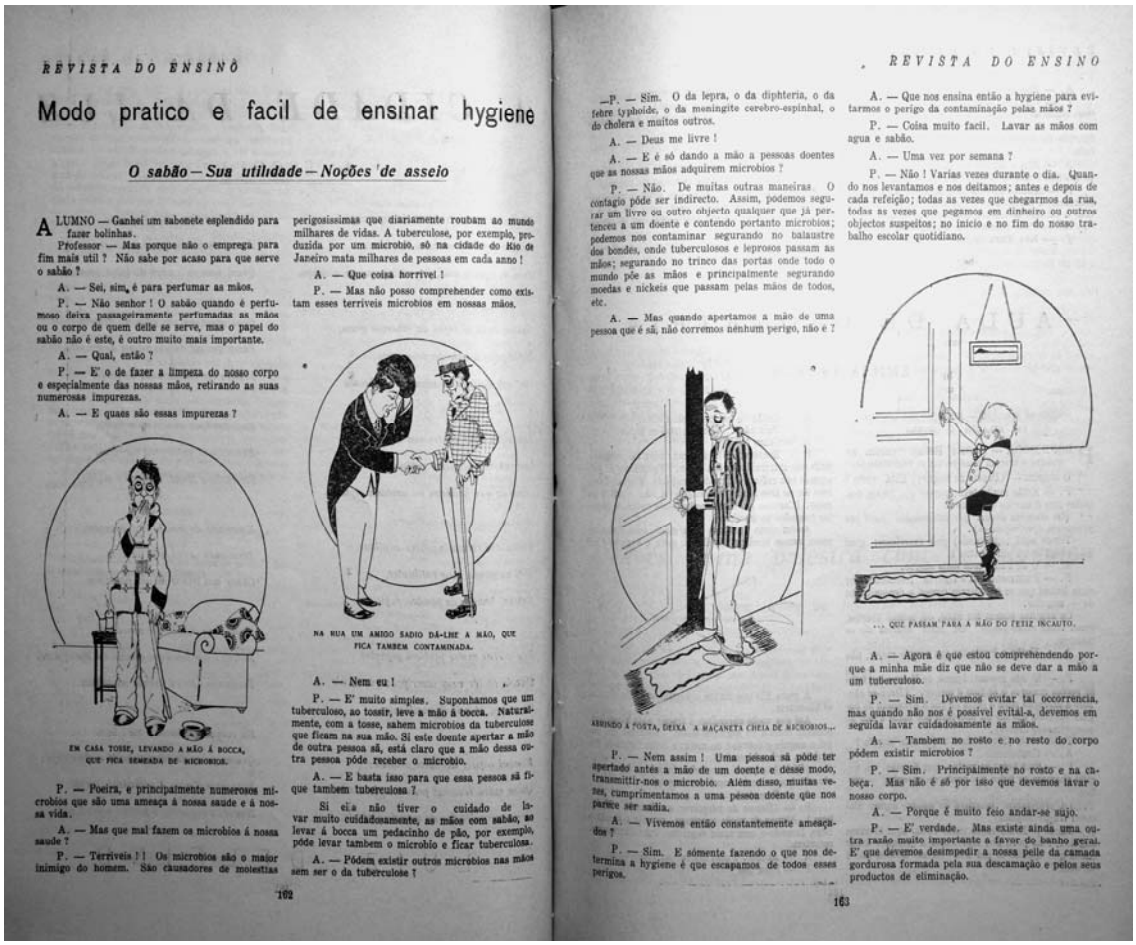
[191] CUNHA, Maria Luiza. O trabalho inteligente do mestre. *Revista do Ensino*, p. 55.

[192] CUNHA, Maria Luiza. O trabalho inteligente do mestre. *Revista do Ensino*, p. 55.

preocupado com a proliferação das verminoses e doenças contagiosas nas escolas, especialmente a tuberculose.

Vejamos, a seguir, a aula de higiene publicada, na *Revista do Ensino*, em maio de 1926:

Fig.1 – Aula de Higiene: o sabão – sua utilidade – noções de asseio.
Publicada na *Revista do Ensino* (1926)



REVISTA DO ENSINO

Modo pratico e facil de ensinar hygiene

O sabão — Sua utilidade — Noções de asseio

ALUMNO — Ganhei um sabonete esplendido para fazer bolinhas.

Professor — Mas porque não o emprega para fim mais util ? Não sabe por acaso para que serve o sabão ?

A. — Sei, sim, é para perfumar as mãos.

P. — Não senhor ! O sabão quando é perfumoso deixa passageiramente perfumadas as mãos ou o corpo de quem delle se serve, mas o papel do sabão não é este, é outro muito mais importante.

A. — Qual, então ?

P. — E' o de fazer a limpeza do nosso corpo e especialmente das nossas mãos, retirando as suas numerosas impurezas.

A. — E quaes são essas impurezas ?

EM CASA TOSSE, LEVANDO A MÃO Á BOCCA, QUE FICA SEMEADA DE MICROBIOS.

P. — Poeira, e principalmente numerosos microbios que são uma ameaça á nossa saude e á nossa vida.

A. — Mas que mal fazem os microbios á nossa saude ?

P. — Terriveis ! ! Os microbios são o maior inimigo do homem. São causadores de molestias perigosissimas que diariamente roubam ao mundo milhares de vidas. A tuberculose, por exemplo, produzida por um microbio, só na cidade do Rio de Janeiro mata milhares de pessoas em cada anno !

A. — Que coisa horrivel !

P. — Mas não posso comprehender como existam esses terriveis microbios em nossas mãos.

NA RUA UM AMIGO SADIO DÁ-LHE A MÃO, QUE FICA TAMBEM CONTAMINADA.

A. — Nem eu !

P. — E' muito simples. Suponhamos que um tuberculoso, ao tossir, leve a mão á bocca. Naturalmente, com a tosse, sahem microbios da tuberculose que ficam na sua mão. Si este doente apertar a mão de outra pessoa sã, está claro que a mão dessa outra pessoa póde receber o microbio.

A. — E basta isso para que essa pessoa sã fique tambem tuberculosa ?

Si ella não tiver o cuidado de lavar muito cuidadosamente, as mãos com sabão, ao levar á bocca um pedacinho de pão, por exemplo, póde levar tambem o microbio e ficar tuberculosa.

A. — Pódem existir outros microbios nas mãos sem ser o da tuberculose ?

102

REVISTA DO ENSINO

P. — Sim. O da lepra, o da diphteria, o da febre typhoide, o da meningite cerebro-espinhal, o do cholera e muitos outros.

A. — Deus me livre !

A. — E é só dando a mão a pessoas doentes que as nossas mãos adquirem microbios ?

P. — Não. De muitas outras maneiras. O contagio póde ser indirecto. Assim, podemos segurar um livro ou outro objecto qualquer que já pertenceu a um doente e contendo portanto microbios; podemos nos contaminar segurando no balaustre dos bondes, onde tuberculosos e leprosos passam as mãos; segurando no trinco das portas onde todo o mundo põe as mãos e principalmente segurando moedas e nickeis que passam pelas mãos de todos, etc.

A. — Mas quando apertamos a mão de uma pessoa que é sã, não corremos nenhum perigo, não é ?

ABRINDO A PORTA, DEIXA A MAÇANETA CHEIA DE MICROBIOS...

P. — Nem assim ! Uma pessoa sã póde ter apertado antes a mão de um doente e desse modo, transmittir-nos o microbio. Além disso, muitas vezes, cumprimentamos a uma pessoa doente que nos parece ser sadia.

A. — Vivemos então constantemente ameaçados ?

P. — Sim. E sómente fazendo o que nos determina a hygiene é que escapamos de todos esses perigos.

A. — Que nos ensina então a hygiene para evitarmos o perigo da contaminação pelas mãos ?

P. — Coisa muito facil. Lavar as mãos com agua e sabão.

A. — Uma vez por semana ?

P. — Não ! Varias vezes durante o dia. Quando nos levantamos e nos deitamos; antes e depois de cada refeição; todas as vezes que chegarmos da rua, todas as vezes que pegarmos em dinheiro ou outros objectos suspeitos; no inicio e no fim do nosso trabalho escolar quotidiano.

... QUE PASSAM PARA A MÃO DO FELIZ INCAUTO.

A. — Agora é que estou comprehendendo porque a minha mãe diz que não se deve dar a mão a um tuberculoso.

P. — Sim. Devemos evitar tal occorrencia, mas quando não nos é possivel evital-a, devemos em seguida lavar cuidadosamente as mãos.

A. — Tambem no rosto e no resto do corpo pódem existir microbios ?

P. — Sim. Principalmente no rosto e na cabeça. Mas não é só por isso que devemos lavar o nosso corpo.

A. — Porque é muito feio andar-se sujo.

P. — E' verdade. Mas existe ainda uma outra razão muito importante a favor do banho geral. E' que devemos desimpedir a nossa pelle da camada gordurosa formada pela sua descamação e pelos seus productos de eliminação.

103

Conforme verificamos, o objetivo da aula era informar o aluno sobre a importância da higiene para prevenir doenças contagiosas. Em vez de começar apresentando os conceitos e terminologias e ciclos da doença, o médico partia de uma situação cotidiana para depois inserir o conteúdo pretendido. Esse era um recurso muito comum nas teorias pedagógicas da escola ativa, que preconizava o uso de exemplos reais e presentes no cotidiano dos alunos. Segundo a professora Maria Luisa de Almeida Cunha, esse recurso aguçava o interesse do aluno e o preparava para a vida prática.[193]

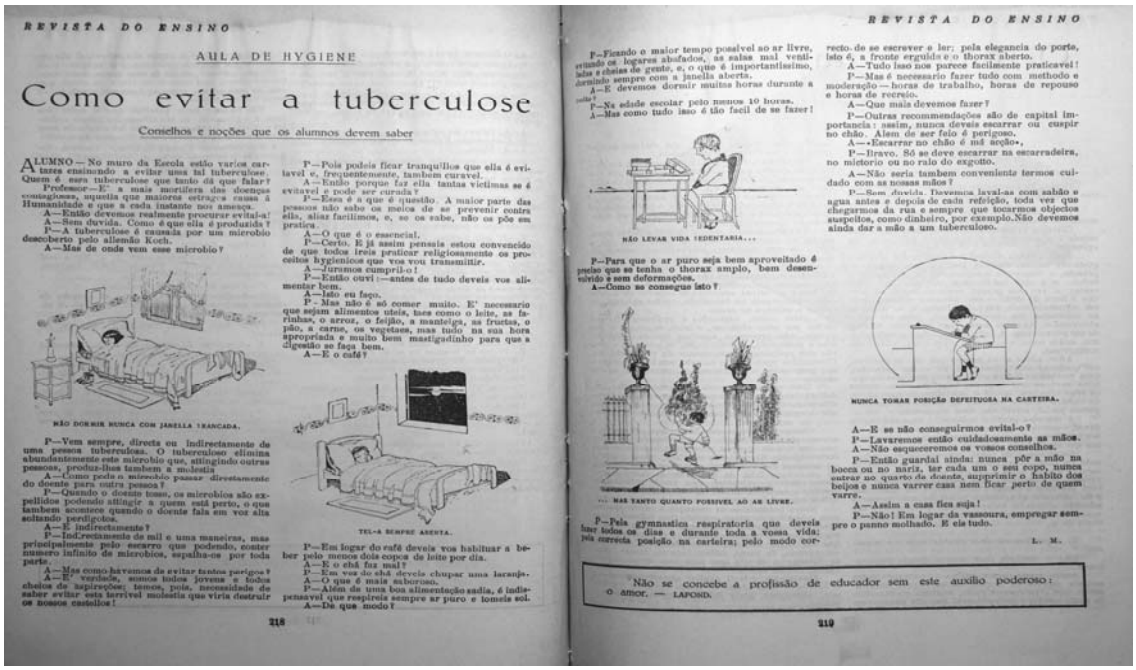
O diálogo entre o aluno e professor se inicia no uso do sabão e, à medida que vai se desenrolando a conversa, o professor complexifica as informações, inserindo os conceitos de moléstia, contágio, micróbios e higienização. Todo o diálogo é permeado por imagens, de forma a favorecer a compreensão do conteúdo. A utilização do diálogo

[193] CUNHA, Maria Luiza de Almeida. *Revista do Ensino*, 12/1926, p. 375-379.

mostra, também, que o modelo pedagógico adotado nas escolas primárias previa a autonomia do aluno no processo de aprendizagem e colocava o professor como mediador.

Em outra aula de higiene, também publicada na *Revista do Ensino*, o médico dá indicações de como evitar a tuberculose.

Fig.2 – Aula de Higiene: como evitar a tuberculose.
Publicada na *Revista do Ensino* (1926)



REVISTA DO ENSINO

AULA DE HYGIENE

Como evitar a tuberculose

Conselhos e noções que os alumnos devem saber

ALUMNO — No muro da Escola estão varios cartazes ensinando a evitar uma tal tuberculose. Quem é esta tuberculose que tanto dá que falar?

Professor — E' a mais mortifera das doenças contagiosas, aquella que maiores estragos causa á Humanidade e que a cada instante nos ameaça.

A — Então devemos realmente procurar evital-a!

A — Sem duvida. Como é que ella é produzida?

P — A tuberculose é causada por um microbio descoberto pelo allemão Koch.

A — Mas de onde vem esse microbio?

NÃO DORMIR NUNCA COM JANELLA FRANCADA.

P — Vem sempre, directa ou indirectamente de uma pessoa tuberculosa. O tuberculoso elimina abundantemente este microbio que, attingindo outras pessoas, produz-lhes tambem a molestia.

A — Como pode o microbio passar directamente do doente para outra pessoa?

P — Quando o doente tosse, os microbios são expellidos podendo attingir a quem está perto, o que tambem acontece quando o doente fala em voz alta soltando perdigotos.

A — E indirectamente?

P — Indirectamente de mil e uma maneiras, mas principalmente pelo escarro que podendo conter numero infinito de microbios, espalha-os por toda parte.

A — Mas como havemos de evitar tantos perigos?

A — E' verdade, somos todos jovens e todos cheios de inspirações; temos, pois, necessidade de saber evitar esta terrivel molestia que viria destruir os nossos castellos!

P — Pois podeis ficar tranquillos que ella é evitavel e, frequentemente, tambem curavel.

A — Então porque faz ella tantas victimas se é evitavel e pode ser curada?

P — Essa é a que é questão. A maior parte das pessoas não sabe os meios de se prevenir contra ella, aliaz facilimos, e, se os sabe, não os põe em pratica.

A — O que é o essencial.

P — Certo. E já assim pensais estou convencido de que todos ireis praticar religiosamente os preceitos hygienicos que vos vou transmittir.

A — Juramos cumpril-o!

P — Então ouvi! — antes de tudo deveis vos alimentar bem.

A — Isto eu faço.

P — Mas não é só comer muito. E' necessario que sejam alimentos uteis, taes como o leite, as farinhas, o arroz, o feijão, a manteiga, as fructas, o pão, a carne, os vegetaes, mas tudo na sua hora apropriada e muito bem mastigadinho para que a digestão se faça bem.

A — E o café?

TEL-A SEMPRE ABERTA.

P — Em logar do café deveis vos habituar a beber pelo menos dois copos de leite por dia.

A — E o chá faz mal?

P — Em vez do chá deveis chupar uma laranja.

A — O que é mais saboroso.

P — Além de uma boa alimentação sadia, é indispensavel que respireis sempre ar puro e tomeis sol.

A — De que modo?

218

REVISTA DO ENSINO

P — Ficando o maior tempo possivel ao ar livre, evitando os logares abafados, as salas mal ventiladas e cheias de gente, e, o que é importantissimo, dormindo sempre com a janella aberta.

A — E devemos dormir muitas horas durante a noite?

P — Na edade escolar pelo menos 10 horas.

A — Mas como tudo isso é tão facil de se fazer!

NÃO LEVAR VIDA SEDENTARIA...

P — Para que o ar puro seja bem aproveitado é preciso que se tenha o thorax amplo, bem desenvolvido e sem deformações.

A — Como se consegue isto?

... NAS TANTO QUANTO POSSIVEL AO AR LIVRE.

P — Pela gymnastica respiratoria que deveis fazer todos os dias e durante toda a vossa vida; pela correcta posição na carteira; pelo modo correcto de se escrever e ler; pela elegancia do porte, isto é, a fronte erguida e o thorax aberto.

A — Tudo isso nos parece facilmente praticavel!

P — Mas é necessario fazer tudo com methodo e moderação — horas de trabalho, horas de repouso e horas de recreio.

A — Que mais devemos fazer?

P — Outras recommendações são de capital importancia: assim, nunca deveis escarrar ou cuspir no chão. Alem de ser feio é perigoso.

A — «Escarrar no chão é má acção»,

P — Bravo. Só se deve escarrar na escarradeira, no mictorio ou no ralo do esgotto.

A — Não seria tambem conveniente termos cuidado com as nossas mãos?

P — Sem duvida. Devemos laval-as com sabão e agua antes e depois de cada refeição, toda vez que chegarmos da rua e sempre que tocarmos objectos suspeitos, como dinheiro, por exemplo. Não devemos ainda dar a mão a um tuberculoso.

NUNCA TOMAR POSIÇÃO DEFEITUOSA NA CARTEIRA.

A — E se não conseguirmos evital-o?

P — Lavaremos então cuidadosamente as mãos.

A — Não esqueceremos os vossos conselhos.

P — Então guardai ainda: nunca pôr a mão na bocca ou no nariz, ter cada um o seu copo, nunca entrar ao quarto de doente, supprimir o habito dos beijos e nunca varrer casa sem ficar perto de quem varre.

A — Assim a casa fica suja!

P — Não! Em logar da vassoura, empregar sempre o panno molhado. E eis tudo.

L. M.

Não se concebe a profissão de educador sem este auxilio poderoso: o amor. — LAPOSD.

219

Novamente, o médico utiliza a estratégia pedagógica de conjugar diálogos, conceitos técnicos com ilustrações que fazem referência às experiências cotidianas dos alunos. Nesta aula em particular, a preocupação estava em dar lições sobre a tuberculose, apresentar, de forma geral, a causa da doença e os meios de preveni-la.

Nesse período, era muito comum o tema da tuberculose, especialmente em Belo Horizonte, por ser considerada, à época, uma cidade dotada de condições climáticas favoráveis ao tratamento da enfermidade. Por conta disso, muitas pessoas acometidas pela doença se mudaram de vários lugares do país para a capital mineira, inclusive médicos, em busca de melhor qualidade de vida.

Na aula, o médico apresentava, de maneira acessível, as causas da doença, as formas de contágio e os meios mais eficazes de evitá-la. O médico aproveita também para dizer da importância de uma boa alimentação, de hábitos saudáveis, como a prática

de exercícios físicos regulares, sono, boa postura corporal e o zelo pela higiene pessoal e das residências, acreditando que o aluno levaria esses conhecimentos e hábitos para os demais integrantes da família.

De acordo com Rocha, essas aulas, além dos propósitos pedagógicos, objetivavam diminuir a mortalidade e produzir novos modos de viver em sociedade, considerando a escola como objeto privilegiado de intervenção e dedicando-se ao estudo dos tempos e espaços da escolarização, dos métodos e procedimentos de ensino, bem como da constituição física e intelectual dos alunos.[194]

2.1.3 A Associação das Mães de Família

A defesa da criação de uma Associação das Mães de Família é mencionada no artigo 82 da Reforma Mello Vianna, o qual sugere que o inspetor regional devia ouvir as mães de família que porventura se organizassem em cada localidade, com o intuito de promover e inspecionar o ensino. Tal sugestão é reforçada no 6º parágrafo do artigo 94, incluindo como dever do inspetor regional incrementar o espírito associativo e despertar o interesse das mães de família para as questões relativas à educação primária.

Apesar de não haver na reforma um item específico que cuidasse de organizar institucionalmente as Associações das Mães de Família, é evidente o interesse e importância dessas agremiações no projeto de educação em que se sustentava a Reforma Mello Vianna. A escola era compreendida como uma extensão do ambiente familiar, e as funções maternais eram complementadas pelas professoras. O trânsito entre as escolas e a família se estabelecia numa via de mão dupla, em que a família participava e exercia um papel educativo na escola e esta, por sua vez, interferia nos hábitos e valores familiares.

Segundo Borges, ao convocar a participação ativa das mães na educação, o governo tinha como objetivos a correção dos defeitos dos filhos, a possibilidade de manter a professora informada dos avanços e retrocessos da aprendizagem dos alunos e contribuir para a educação moral dos mesmos. Pretendia-se, também, que as mães mais

[194] ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Inspecionando a escola e velando pela saúde das crianças. *Educar*, Curitiba, Editora UFP, n. 25, p. 91-109, 2005. p. 96.

abastadas e instruídas auxiliassem as mães que não tiveram oportunidade de estudar, estabelecendo, dessa maneira, a cooperação e harmonia social.[195]

Em carta publicada no jornal *Minas Gerais*, em 28/3/1925, Mello Vianna fala às mães da importância de sua participação na escola, na promoção e inspeção do ensino. No decorrer da carta, Mello Vianna afirmava ter o Estado "vivo interesse na colaboração da escola com a família", argumentando que a educação dos filhos, iniciada no lar e continuada na escola, contribuiria para a formação de um indivíduo dotado de energias cívicas e morais, já que era na infância que "se gravam e instalam os preceitos básicos da moral social e se lançam as sementes fecundas das grandes ações futuras". E acrescentava: "é na obediência a autoridade das mães e nos seus conselhos que os homens aprendem o culto da lei, para respeitar e obedecer aos verdadeiros representantes".[196]

Afirmava Mello Vianna que as mães eram responsáveis pela educação de seus filhos desde o momento de seu nascimento até atingirem a idade escolar; nesse período, deviam "encher a mente e o coração dos filhos de ensinamentos de ordem, disciplina e amor à pátria". Ao completarem a idade escolar, as mães tinham o dever de matricular seus filhos na escola, transferindo a responsabilidade da instrução de seus filhos para as professoras. Nessa fase, as mães deviam zelar pela frequência dos filhos às aulas, reforçar o respeito às lições e deveres morais e cívicos, observar seu rendimento e comunicar às professoras os retrocessos e avanços observados.[197]

Os benefícios das Associações das Mães de Família são apresentados por Alceu Novaes em artigo publicado na *Revista do Ensino*, em 08/03/1925. Segundo o autor, essas associações geravam, na Europa e nos Estados Unidos, iniciativas "extraordinárias" na solução dos problemas da educação física, moral e intelectual, sendo, portanto, um bom modelo a ser seguido. De acordo com Novaes, as associações das mães eram benéficas para a educação primária porque conjugavam

> três fatores, o médico, a família e a escola sendo o primeiro e o último auxiliares da segunda, que não poderia completar por si só a prole. Omer Brise e ? Vasconcelos mostram a necessidade da cooperação desses fatores, e

[195] BORGES, Vera Lúcia Abrão. A ideologia do caráter nacional da educação em Minas Gerais (1925-1929). *Op. cit.* p. 62.

[196] VIANNA, Fernando de Mello. *Minas Geraes*, 28/03/1925, p. 1.

[197] VIANNA, Fernando de Mello. *Minas Geraes*, 28/03/1925, p. 1.

> declara que o estudo científico da criança, a colaboração do médico e do pedagogista tornar-se iam estéreis quando não nocivos si a família contrariasse ou prejudicasse a obra da escola.[198]

Além da cooperação entre professoras e mães, o autor aponta outra função da Associação das Mães de Família: a de reunir as mães pobres e ricas para discutirem sobre as questões palpitantes do ensino e da educação para que as mães cultas esclarecessem as que não tinham estudo, tornando as associações como "esteio da sociedade e da ordem".[199] Apesar de não estarem legalmente instituídas, as mulheres membros das associações, ao que tudo indica, atenderam ao convite do Estado. O jornal católico *O Horizonte* auxiliava e incentivava a organização das mães de família, publicando artigos que norteavam como deveria proceder a educação no ambiente doméstico. Segundo artigo publicado em 30/01/1926, a iniciativa gerava bons frutos, e o mais evidente deles era o aumento do número de alunos matriculados e frequentes nas escolas primárias.

Nos relatórios apresentados por Mello Vianna ao Congresso, encontramos a descrição de todas as cidades nas quais existiam Associações de Mães Famílias; no ano de 1925, eram 95, sendo que, em Belo Horizonte, contava-se com nove associações desse tipo. Em 1926, eram cerca de duzentas associações existentes em toda Minas Gerais.[200]

Existem indícios, também, de que as "mães de família" forneciam sopa e leite para as crianças pobres, ajudavam na seleção de filmes a serem exibidos nas escolas e, em reuniões mensais, discutiam com as diretoras questões relativas à educação de seus filhos.[201]

2.1.4 A inspeção médico-escolar: o saber médico nas escolas

Completando a tríade que compunha o projeto de educação da Reforma Mello Vianna, a medicina permeava todo o universo escolar. Os médicos, farmacêuticos, dentistas, professores, enfermeiras e inspetores se encarregavam de discutir e traçar

---

[198] NOVAES. Associações das Mães. *Revista do Ensino*, 8/03/1925, p. 30-32.

[199] NOVAES. Associações das Mães. *Revista do Ensino*, 8/03/1925, p. 31.

[200] VIANNA, Fernando de Mello. Mensagem do Presidente ao Congresso Mineiro, 1926-1927.

[201] VIANNA, Fernando de Mello. Mensagem do Presidente ao Congresso Mineiro, 1926. p. 151.

metas para que fossem selecionados, fiscalizados, examinados e tratados corpos e mentes de todos os escolares. As estratégias de ação partiam dos resultados da Inspeção Médico Escolar (IME).

Como demonstra Vago, a inspeção médica escolar foi pensada pela primeira vez, em Minas Gerais, em 25 de maio de 1910. Nessa data, a Secretaria do Interior comunicou às diretoras dos grupos escolares da capital sobre o serviço e nomeou o médico Octavio Machado para a execução da inspeção. Nessa ocasião, o serviço era informal e o projeto do Secretário do Interior era transformá-lo em atividade prevista em lei.[202]

No ano de 1911, através do artigo 203 do Regulamento de Ensino do ano vigente, o governo previa que "oportunamente" seria instituída a IME nas escolas. Já em 1912, o governador Bueno Brandão, juntamente com o Secretário do Interior Delfim Moreira, criou o serviço de IME nos grupos escolares da capital. O serviço estava vinculado à Diretoria de Hygiene, sob a responsabilidade do médico Zoroastro de Alvarenga.[203]

Em 1913, pela lei 602, o governo do estado ficava legalmente autorizado a organizar, de modo experimental, o serviço de IME junto às escolas públicas e grupos escolares. De acordo com Vago, nesse período, "a demanda por esse serviço pode ser compreendida no movimento mais amplo de sanitarização da cidade e da população, especialmente a mais pobre", uma vez que, em seus relatórios, o diretor de Higiene registrava o nome e o número das doenças mais comuns na cidade e o número de desinfecções domiciliares.[204]

Nesse período, a iniciativa particular contribuiu ativamente para a execução da IME; muitos médicos ofereciam seus serviços gratuitamente; outros, conforme demonstra Vago, enviavam propostas ao governo com o preço de seus serviços. Essas propostas eram quase sempre negadas. Ainda de acordo com Vago, a questão da postura

---

[202] VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar, cultivo de corpos*: educação physica e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920). Bragança Paulista: EDUSF, 2002. p. 165.

[203] VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar, cultivo de corpos... Op. cit.* p. 165.

[204] VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar, cultivo de corpos... Op. cit.* p. 167.

corporal – posição ereta na leitura e na escrita – aparecia como preocupação central nos relatórios de Inspeção Técnica da Secretaria do Interior.[205]

Entre os anos de 1918 a 1920, Samuel Libânio foi nomeado médico responsável pela Diretoria de Higiene. Durante todo o seu mandato, mostrou-se preocupado não somente com os corpos das crianças e sua postura ereta, mas também com a saúde física e moral dos professores. Por conta disso, aumentou as exigências para que um professor pudesse assumir o cargo na escola. Para tomar posse nas escolas, o docente tinha que apresentar atestado médico de que possuía boa saúde e de estar livre de doenças contagiosas. Além disso, deveria apresentar atestado de moralidade expedido por autoridades judiciais e policiais. Sobre essas exigências, Vago cita um caso curioso de uma professora que, além desses documentos, teve que comprovar que havia sido vacinada contra varíola, uma ficha individual datiloscópica do Gabinete de Identificação e Estatística, além de atestado de filiação e batismo na Igreja Católica.[206]

Em 1918, Samuel Libânio, acreditando ser a IME a responsável pelo estabelecimento de regras para a escola primária, criou um Posto de Prophylaxia, cuja tarefa deveria ser, preferencialmente, voltada para a prevenção de verminoses entre a população escolar da cidade. Na ocasião, o médico Mello Teixeira foi nomeado inspetor-chefe do posto.

No ano de 1920, o presidente do estado Artur Bernardes (1918-1922) e seu Secretário do Interior, Delfim Moreira, sancionaram a lei n. 800,[207] que propunha a reorganização do ensino primário. Por esse decreto, a IME passou a se chamar Serviço Médico Escolar. A lei estabelecia que o serviço deveria ser ampliado para funcionar em todos os estabelecimentos de ensino público ou particular do estado. Estabelecia, também, a criação de clínicas de atendimento médico e odontológico, com gratuidade para as crianças comprovadamente pobres. Não há, nesse período, registros ou relatórios sobre a efetivação das determinações do Serviço Médico Escolar.

Depois de tentativas formais e informais de estabelecer a IME nas escolas primárias de Minas Gerais, pela Reforma Mello Vianna, a inspeção médico escolar foi

---

[205] VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar, cultivo de corpos... Op. cit.* p. 170-171.

[206] VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar, cultivo de corpos... Op. cit.* p. 153.

[207] Regulamento do Ensino de Minas Gerais, 1911 *apud* VAGO, Tarcísio Mauro. Educação física na *Revista do Ensino* de Minas Gerais (1925-1935): organizar o ensino, formar o professorado. *Revista Brasileira de História da Educação.* Campinas, n. 11, p. 101-134, jan./jun. 2006. p. 165.

instituída legalmente. Quando de sua criação, justificavam seus idealizadores que a IME começaria na capital e, gradativamente, seria implantada nos demais municípios. Para as escolas rurais, previa-se um serviço de IME ambulante.

O médico ginecologista Lucas Viana Machado foi o primeiro médico escolar a ser nomeado na capital.[208] No relatório apresentado ao Congresso Mineiro de 28/3/1925, Mello Vianna falava da importância da inspeção médica nas escolas:

> O governo aproveita-se assim da passagem dos nossos jovens pelas escolas para fiscalizar-lhes o desenvolvimento physico e evitando e corrigindo defeitos, oriental-os na verdadeira educação higiênica, protegêl-os, emfim contra as moléstias infecto contagiosas, justamente no mais crítico período do seu cyclo biológico que é a edade escolar. É a desanalphabetização vivendo ao lado da higiene social.[209]

Em outro relatório, afirmava Mello Vianna:

> O sucesso e confirmação de sua importância [inspeção médica] nas escolas não só pela necessidade de uma fiscalização sanitária individual dos alunos senão também pela opportunidade excepecional de se lhes proporcionar, com uma intensa propaganda e esmerada educação sanitária, elementos imprescindíveis a uma vida futura sadia.[210]

A partir dos dois trechos citados, percebe-se que a IME e a questão da higiene e da saúde, para o governo Mello Vianna, não estava ligada exclusivamente à questão da correção de postura das crianças ou da cura de doenças, mas à educação higiênica e sanitária propriamente dita. O intento era utilizar a escola como veículo de difusão de campanhas de combate e prevenção das doenças endêmicas e epidêmicas e inculcar nas crianças hábitos saudáveis.

Os artigos responsáveis pela regulamentação da IME[211] determinavam, em linhas gerais:

---

[208] O médico publicou alguns artigos na *Revista do Ensino* sobre o tema da inspeção. No ano de 1950, ele e um grupo de amigos decidiram abrir uma faculdade de Ciências Médicas em Minas Gerais; elaborado o projeto inicial, procuraram o bispo D. Cabral, que, na ocasião, presidia a Sociedade Mineira de Cultura, embrião da Universidade Católica de Minas Gerais. Lucas Machado foi eleito diretor da faculdade, permanecendo no cargo até seu falecimento, em 11 de agosto de 1970.

[209] VIANNA, Fernando de Mello. Congresso Mineiro, 08/03/1925, p. 88.

[210] VIANNA, Fernando de Mello. Congresso Mineiro, 14/07/1926, p. 128.

[211] Leis Mineiras: Leis e Decretos 17/7/1925. Plano de Organização do Serviço de Inspeção Médica. Decreto 6.930 p. 369. Art. 438 a 469.

a) a inspeção individual dos alunos, professores e empregados dos estabelecimentos públicos de ensino;
b) a inspeção dos prédios escolares, públicos e particulares, e do respectivo material;
c) a profilaxia higiênica dos alunos e professores;
d) a correção dos defeitos físicos e das anomalias dos alunos;
e) a gratuidade da clínica médica para os alunos pobres dos estabelecimentos públicos;
f) a organização metódica do respectivo registro das fichas sanitárias pedagógicas individuais dos alunos.

De acordo com o regulamento, as inspeções dos alunos começariam no ato da matrícula. Os pais, ao matricularem seus filhos, respondiam a um questionário elaborado pelo médico escolar. No caso de pais analfabetos, a diretora ficava responsável pela transcrição das informações para o formulário. No ato da matrícula, os pais também deviam comprovar as boas condições dos filhos, "mediante prova de vaccina contra varíola e isenção de moléstia contagiosa ou repulsiva". As crianças portadoras de doenças contagiosas eram impedidas de efetuarem a matrícula.[212]

No início do ano letivo, a partir da realização de exames, o médico fazia a ficha sanitária individual do aluno, convidando os pais a acompanhar o processo, como era recomendado pela lei. Aconselhava-se também que, durante o exame, o médico alertasse pais e alunos para as questões de higiene. Entendemos que os idealizadores da IME, ao envolverem pais e alunos nos exames individuais, tentavam corrigir e inibir os maus hábitos presentes em seu cotidiano; nesse sentido, a criança seria um "soldado" da saúde, e deveria lutar contra os maus hábitos dentro de sua família.[213]

Ao longo do exame, o médico devia preencher as fichas dos alunos com as seguintes informações: peso, altura, perímetro torácico, índice morfológico de Marinet, tez, cabelos, fisionomia, nutrição, pele, couro cabeludo, crânio, face, tórax, coluna vertebral, extremidades, articulações, glândula tireóide, acuidade visual, pálpebras, conjuntivo, nariz, fossas nasais, lábios, gengivas, abóbodas, palatinas, língua, faringe, amídalas, laringe, fonação, dentição, dentes, maxilares, aparelho gastro-intestinal, aparelho respiratório, aparelho cardiovascular, sistema nervoso, sistema linfático,

[212] Leis Mineiras: Leis e Decretos 17/7/1925. Plano de Organização do Serviço de Inspeção Médica. Decreto 6.930 p. 369. Art. 438 a 469.

[213] Leis Mineiras: Leis e Decretos 17/7/1925. Plano de Organização do Serviço de Inspeção Médica. Decreto 6.930 p. 369. Art. 438 a 469.

sistema muscular. Tais informações deviam ser organizadas nas fichas, de acordo com o modelo proposto pelo Diretor de Instrução Pública.[214]

Após o exame, os alunos considerados normais, passavam por nova examinação no meio do ano, e os alunos que apresentavam algum problema recebiam a marcação V. S. (vigilância sanitária) em sua ficha e deviam ser analisados quantas vezes o médico julgasse necessário.[215]

Nos casos dos alunos que apresentavam alguma anomalia, o médico orientava a diretora sobre como proceder e que precauções tomar em relação a esses alunos. As mesmas instruções eram registradas na primeira página da ficha, no campo de observações higiênicas. A partir das fichas, o médico escolar também instruía as diretoras sobre a proibição ou diminuição de ginástica para determinado aluno.[216]

O acesso às fichas ficava restrito ao médico e à diretora. Apenas algumas informações eram repassadas às professoras, como as deficiências auditivas e visuais, para que elas pudessem colocar os alunos portadores dessas deficiências em lugar apropriado na sala de aula, preferencialmente próximos à lousa. Ademais, as fichas eram guardadas em móvel especial e trancadas à chave.

O médico, através da diretora, enviava aos pais um impresso com o resultado dos exames, mostrando a necessidade de promover tratamento ou remoção do defeito encontrado, quando possível. Para as famílias reconhecidamente pobres, o médico escolar era liberado a fornecer receita e, quando necessário, tratamento cirúrgico e atendimento nos hospitais e policlínicas, gratuitamente.[217]

Uma vez por semana, em hora marcada, a diretora acompanhava o médico nas visitas durante as aulas, verificando a iluminação, a posição dos alunos, além da

---

[214] Procuramos por um modelo da ficha sanitário-pedagógica, mas, nos documentos oficiais, não o encontramos, acreditando que isso se deva ao fato de que as fichas individuais eram entregues aos responsáveis pelo aluno ao final do curso.

[215] Leis Mineiras: Leis e Decretos 17/7/1925. Plano de Organização do Serviço de Inspeção Médica. Decreto 6.930.

[216] Leis Mineiras: Leis e Decretos 17/7/1925. Plano de Organização do Serviço de Inspeção Médica. Decreto 6.930.

[217] Leis Mineiras: Leis e Decretos 17/7/1925. Plano de Organização do Serviço de Inspeção Médica. Decreto 6.930.

avaliação das instalações sanitárias. Nessa ocasião, os "alunos V.S" eram encaminhados para novos exames.[218]

O endereço do médico escolar ficava na escola para que, em caso de emergência, a diretora pudesse encontrá-lo. Em épocas que julgasse conveniente, o médico, como medida de profilaxia de moléstias contagiosas, devia vacinar as crianças e enviar o atestado para as famílias. No último ano, além dos exames habituais, o médico instruía o jovem de acordo com suas aptidões físicas e intelectuais para determinadas profissões e dava orientação higiênica individual. Também no exame final, a ficha sanitária pedagógica era encerrada pelo médico e entregue aos pais ou responsáveis.[219]

Para controle e melhor funcionamento do serviço de IME, Mello Vianna criou, em 19/04/1925, o Serviço Permanente de Higiene Municipal. Sobre a nova aquisição dos serviços de Higiene do Estado, afirmava o governador:

> A sua concepção oriunda da necessidade de interessar sua obra de redempção da nossa raça todas as energias nacionais, de massa do pendor fatal a que tem obedecido a evolução dos serviços sanitários do paiz, cuja eficiência pode ser afferida pelo grau de centralização a que hajam attingindo.[220]

O presidente do estado seguia dizendo que a higiene não pertencia mais à gleba, não existia mais o exclusivismo no acesso dos serviços sanitários, ao contrário, eles deviam ser destinados a toda a população.[221] A retórica de Mello Vianna, que coloca a saúde como coisa pública e de responsabilidade do Estado, relaciona-se ao movimento sanitarista brasileiro, no qual a saúde pública é apresentada como prioridade na agenda política do país.[222]

O Serviço Permanente de Higiene, além de responsabilizar-se pela inspeção médica escolar, cuidava também de outros assuntos, tais como:

> a) Prophylaxia das doenças transmissíveis e epidemias, na qual se comprehendem a notificação, diagnóstico, isolamento, vaccinação antivariólica systemática e outras imunizações,

[218] Leis Mineiras: Leis e Decretos 17/7/1925. Plano de Organização do Serviço de Inspeção Médica. Decreto 6.930.

[219] Leis Mineiras: Leis e Decretos 17/7/1925. Plano de Organização do Serviço de Inspeção Médica. Decreto 6.930.

[220] VIANNA, Fernando Mello, Congresso Mineiro, 20/04/1925, p. 5.

[221] VIANNA, Fernando Mello, Congresso Mineiro, 20/04/1925, p. 5.

[222] HOCHMAN, Gilberto. *A Era do Saneamento*. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS, 1998. p. 47-48.

quando necessárias, vigilância médica e estudos de epidemiologia do município.

b) Prophylaxia das endemias ruraes e doenças sociaes.

c) Saneamento, construção de latrinas e fossas, inspeção das mesmas, policiamento de focos de moscas e mosquitos, exames de água e inspeção do abastecimento público e particular.

d) Fiscalização dos gêneros alimentícios.

e) Educação e Propaganda: conferências acompanhadas de projeção de films e chapas, propaganda pela imprensa e avulsos e aulas para professores e alumnos das escolas.

f) Higiene Perinatal, infantil e escolar, visitas domiciliares e assistência e educação sanitária, serviço de enfermeiras visitadoras.[223]

Depois de enumerar as atribuições do novo departamento, o presidente esclarecia que o serviço se processaria de forma gradual, e que, tendo em vista a limitação de verbas do governo, era o trabalho filantrópico de extrema importância para seu sucesso.

2.1.5 As atribuições do médico escolar

De acordo com o artigo 469 do regulamento 6.665, Reforma do Ensino Primário de 1925, era função do médico escolar: organizar as fichas sanitário-pedagógicas de acordo com o modelo fornecido pela Diretoria de Instrução, fazer o registro do serviço realizado e, anualmente, elaborar um relatório para o Secretário do Interior, informando sobre as condições dos edifícios escolares, suas dependências e respectivo material, providenciando para que as falhas fossem corrigidas. Esse relatório devia conter também a listagem de compras de materiais, obedecendo aos recursos destinados a esse fim. Além de dirigir e fiscalizar os trabalhos de higiene escolar, o médico escolar devia comparecer às reuniões convocadas pelo Diretor de Instrução.

Também era responsabilidade dos médicos escolares promover conferências, em linguagem simples, para alunos, professores e familiares, seguidas por demonstrações práticas. Sugeria-se que as conferências durassem, em média, de 15 a 20 minutos, e versassem sobre os seguintes temas: tabagismo, descanso e sono, alimentos, alcoolismo, mastigação, digestão, cuidados corporais, cuidados especiais para cabelos, unhas e

[223] MINAS GERAES, 19/04/1925.

dentes, vestuário, doenças contagiosas e poluição do solo e da água.[224] Algumas dessas conferências foram publicadas ou comentadas na *Revista do Ensino*.

Quando identificavam alunos portadores de alguma anomalia ou defeito, devia o médico empregar meios para que fossem corrigidos e examiná-los frequente e "meticulosamente", para que as falhas fossem corrigidas. No caso de alunos anormais, o médico tinha como obrigação designá-los para salas especiais e aconselhar às diretoras e professoras o regime de ensino mais adequado para cada aluno.

Os médicos se responsabilizavam também por desenvolver pesquisas sobre a origem e modo de propagação das moléstias contagiosas e tomar providências, impedindo o contágio e seu desenvolvimento; quando detectasse um aluno portador de "moléstia infecciosa", devia prescrever o afastamento desse aluno da escola e avisar à Diretoria de Higiene.

Ao identificar situações de risco, os médicos deviam solicitar, diretamente às autoridades sanitárias federais e/ou municipais, providências que lhes competiam e fossem necessárias à higiene das escolas, informando o caso à Diretoria de Instrução. Além disso, deveriam propor à autoridade escolar medidas que julgassem necessárias diante de epidemias e moléstias contagiosas, como, por exemplo, interromper as aulas e até mesmo fechar a escola.

Os médicos escolares nomeados pelos presidentes do Estado, não podiam exercer outra função dentro do horário escolar, mas, extraturno, podiam utilizar os móveis e instrumentos das clínicas escolares para consultas particulares.

Competia aos médicos incentivar a criação de grupos, clubes e agremiações de saúde. Esses trabalhos deviam ocorrer em parceria com as diretoras e professoras. As últimas deviam criar estratégias que estimulassem as crianças a participarem desses grupos e, para isso, pontuavam e premiavam os alunos participantes. Dentre as variadas associações, sobressaía-se o "Pelotão da Saúde",[225] um grupo que tinha como objetivo auxiliar a divulgação da higiene nas escolas. O Pelotão da Saúde estava presente em

---

[224] Leis Mineiras: Leis e Decretos 17/7/1925. Plano de Organização do Serviço de Inspeção Médica. Decreto 6.930 p. 369.

[225] Sobre esse tema, ver: PIEDADE FILHO, Lúcio de Francis dos Reis. Asseados e valorosos: o pelotão de saúde e sua cruzada higienista. *Temporalidades*: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, v. 1, n. 2, ago./dez. 2009.

quase todos os grupos escolares de Minas Gerais, organizando eventos, teatros, projetos manuais, tendo o tema da higiene como referência.

2.1.6 A organização das "classes de anormais"

O médico escolar organizava, em cada escola, classes especiais para alunos considerados anormais, referindo-se aos alunos que traziam de casa maus hábitos, como mentira, preguiça e indisciplina. Para esses, existiam fichas sanitário-pedagógicas adequadas, ou seja, além das fichas ordinárias, havia uma ficha complementar nas quais se registravam informações a respeito de suas condições físicas e comportamentais.[226]

Os alunos portadores de deficiências visuais e auditivas, bem como de deformações causadas por atitudes viciosas e, ainda, de atraso ou precocidade intelectual eram identificados para que as diretoras, juntamente com as professoras dos grupos, lhes dessem lugar adequado nas salas de aula. Para o melhor rendimento dos alunos com problemas de visão, havia, em cada classe, carteiras adaptadas e, além da distribuição gratuita de óculos para os alunos pobres, recebiam livros impressos em caracteres de corpo superior a 10.[227]

Percebe-se, através dos relatórios do presidente do estado, de 1925 e 1926, que os problemas auditivos e visuais figuravam como principais preocupações do serviço de IME, haja vista que, em todos os relatórios, existia um quadro analítico de atendimento desses casos, detalhando o número de atendimentos, correções, verificação de óculos e curativos.

Os alunos linfáticos e debilitados, seguindo orientação médica, eram colocados em classe especial e recebiam aulas ao ar livre, em horas adequadas.

Apesar de os alunos passarem periodicamente pelo médico, exigia-se que o professor mantivesse postura vigilante nas salas de aula, observando atentamente o desenvolvimento e envolvimento do aluno durante as aulas. Caso detectasse defeito ou anomalia em alguns de seus alunos, devia avisar aos pais, pedindo atenção para a irregularidade encontrada e solicitando, nesse caso, seu auxílio para a correção. Os

---

[226] Leis Mineiras: Leis e Decretos 17/7/1925. Plano de Organização do Serviço de Inspeção Médica. Decreto 6.930 p. 369.

[227] Leis Mineiras: Leis e Decretos 17/7/1925. Plano de Organização do Serviço de Inspeção Médica. Decreto 6.930 p. 369.

alunos cujos pais não tivessem condições financeiras para fazer o tratamento eram conduzidos ao médico que se encarregava de encaminhá-los a clínicas para a correção.[228]

2.1.7 Inspeção do material escolar

Na inspeção do material escolar, era exigida rigorosa observação dos preceitos higiênicos e pedagógicos no que dizia respeito às carteiras escolares, proporcionais à idade e ao desenvolvimento físico do aluno, e bem assim a colocação daquelas na sala de aula, com a finalidade de evitar que os míopes e surdos ficassem distanciados do quadro negro e no fundo da mesa.[229]

Durante a inspeção dos prédios, os médicos deviam ficar atentos se o número de alunos dentro da sala de aula correspondia à sua capacidade física, bem como a iluminação, ventilação, arejamento e demais condições higiênicas do prédio escolar e suas divisões.[230]

A escola deveria ser provida de material indispensável, tais como: balança, toesa, fita métrica, livro para registro de visitas médicas, fichas, quadro para exame visual, arquivo de fichas, escalas e murais de peso que ficavam sob a responsabilidade do médico do distrito.[231]

Nas escolas de maior frequência, havia a previsão de se criar um dispensário com clínica dentária e clínicas especializadas, funcionando em dias e horas predeterminados.[232]

---

[228] Leis Mineiras: Leis e Decretos 17/7/1925. Plano de Organização do Serviço de Inspeção Médica. Decreto 6.930 p. 369.

[229] Leis Mineiras: Leis e Decretos 17/7/1925. Plano de Organização do Serviço de Inspeção Médica. Decreto 6.930 p. 369.

[230] Leis Mineiras: Leis e Decretos 17/7/1925. Plano de Organização do Serviço de Inspeção Médica. Decreto 6.930 p. 369.

[231] Leis Mineiras: Leis e Decretos 17/7/1925. Plano de Organização do Serviço de Inspeção Médica. Decreto 6.930 p. 369.

[232] Leis Mineiras: Leis e Decretos 17/7/1925. Plano de Organização do Serviço de Inspeção Médica. Decreto 6.930 p. 369.

2.1.8 Clínica médico-odontológica

A preocupação com a saúde bucal dos alunos estava presente no serviço de IME do governo Mello Vianna, mas, apesar disso, as ações do serviço, nessa especialidade, limitavam-se à doação de escovas de dente e ao encaminhamento de alguns alunos, notadamente pobres, para tratamento em clínicas públicas. A ampliação e efetivação do atendimento odontológico ocorreram no governo de Antônio Carlos de Andrada, ocasião em que o serviço de IME passou a denominar-se Inspeção Médico Dentária Escolar.[233]

2.1.9 Profilaxia das moléstias transmissíveis curáveis

A profilaxia de doenças transmissíveis também estava prevista como atribuição da IME, e era um trabalho que dependia da ação conjunta das professoras, diretoras e do médico, que deveriam agir de forma a atender aos alunos e seus familiares.

As professoras eram obrigadas a registrar qualquer caso de moléstia superveniente aos alunos de sua classe, especificando os sintomas apresentados pelos mesmos e encaminhando-os para o médico.

Outra possibilidade era que as professoras e diretora, tendo comunicação ou suspeita de que algum aluno havia deixado de comparecer por motivo de doença infecciosa ou de que, na residência do mesmo, tivesse ocorrido algum caso de moléstia dessa natureza, deviam comunicar ao médico escolar, que tomava as medidas profiláticas existentes. Confirmada a existência de moléstias infectocontagiosas, o delegado de higiene faria a inspeção diária dos alunos da classe em que o caso tivesse ocorrido, tomando as medidas profiláticas necessárias.[234]

Feito o diagnóstico, o aluno doente era retirado da escola, sua carteira era desinfetada e, caso o médico julgasse necessário, seus livros e objetos didáticos eram destruídos. Também ficavam afastados os alunos que tivessem entrado em contato com o doente. De acordo com a lei que regulamentava a IME, todas as medidas empregadas nas escolas em relação aos alunos com doença infectocontagiosa deveriam ser

---

[233] Leis Mineiras: Leis e Decretos 17/7/1925. Plano de Organização do Serviço de Inspeção Médica. Decreto 6.930 p. 369.

[234] Leis Mineiras: Leis e Decretos 17/7/1925. Plano de Organização do Serviço de Inspeção Médica. Decreto 6.930 p. 369.

orientadas pelos preceitos do regulamento sanitário estadual. Além disso, as crianças excluídas da escola como portadoras ou comunicantes de "moléstia infectocontagiosa" não poderiam voltar à escola sem licença da autoridade sanitária local.[235]

A Diretoria da Instrução, orientada pela Diretoria de Higiene, responsabilizava-se pela expedição de circulares, que eram distribuídas às famílias dos alunos, especificando sucintamente as moléstias transmissíveis mais comuns, os respectivos sintomas, tempo de incubação, duração, contagiosidade e prescrições relativas aos acometidos por tais moléstias. No caso de doenças parasitárias que não exigiam assistência, eram encaminhadas aos pais instruções para o respectivo tratamento, e, quando possível, o medicamento necessário.[236]

2.1.10 O trabalho das enfermeiras

De acordo com o presidente Mello Vianna, devido ao aumento do número de alunos nas escolas primárias públicas e o reduzido número de médicos escolares, criou-se um corpo de enfermeiras escolares habilitadas para auxiliar a IME, tendo cada uma aproximadamente seiscentos alunos sob sua direta fiscalização.

Segundo o relatório de Mello Vianna, para o preenchimento das vagas de enfermeira, era realizado um concurso. As enfermeiras aprovadas eram submetidas a exames físicos e nomeadas, de acordo com o presidente do estado, somente "as candidatas que apresentavam melhores condições em relação à aptidão phyisica, intelligência, instrução e educação".[237] Depois de nomeadas, as enfermeiras frequentavam um curso de adaptação sob a direção do médico escolar da capital.

Era responsabilidade da enfermeira incutir no aluno hábitos de higiene, bem como fiscalizá-lo na prática dos mesmos. A enfermeira devia também apresentar ao médico escolar, por ocasião da visita deste à escola de sua responsabilidade, os alunos que, durante a semana, se mostrassem doentes.[238]

---

[235] Leis Mineiras: Leis e Decretos 17/7/1925. Plano de Organização do Serviço de Inspeção Médica. Decreto 6.930 p. 369.

[236] Leis Mineiras: Leis e Decretos 17/7/1925. Plano de Organização do Serviço de Inspeção Médica. Decreto 6.930 p. 369.

[237] VIANNA, Fernando de Mello. Mensagem ao Congresso Mineiro. Junho de 1926. p. 128-130.

[238] VIANNA, Fernando de Mello. Mensagem ao Congresso Mineiro. Junho de 1926. p. 128-130.

Como a enfermeira tinha determinado número de alunos sob a sua vigilância, o contato com a família do aluno deveria ser maior. Com a inclusão da enfermeira no serviço da IME, os bilhetes encaminhados para os pais seriam substituídos, sempre que possível e necessário, por visitas domiciliares. Para realizar tais visitas, a enfermeira era devidamente instruída pelo médico escolar, não devendo se limitar a indagação dos hábitos de asseio da família, mas aproveitando para levar recomendações higiênicas especiais aos respectivos pais, proceder às pesagens e medidas antropométricas periódicas dos alunos necessitados e fazer o serviço estatístico.[239]

Além da incorporação das enfermeiras no quadro da IME, após o balanço do primeiro ano de funcionamento do serviço, a prioridade passou a ser o combate às verminoses, que, de acordo com pesquisas realizadas, alastravam-se intensamente na população escolar. Sendo assim, os alunos que apresentavam verminoses em seus exames bacteriológicos eram medicados com vermífugos.[240]

Também em consequência do resultado do primeiro ano de funcionamento da IME, a Diretoria de Higiene do Estado convidou a iniciativa privada e as instituições filantrópicas a auxiliarem nos trabalhos. Diante do convite, Ernani Agrícola, na ocasião, diretor estadual da Comissão Rockefeller, assumiu a organização dos serviços de higiene e profilaxia escolar nas cidades de Oliveira, Queluz, Itajuba, Barbacena e Úba.[241]

2.2 A Reforma Francisco Campos (1927): entre mudanças e permanências

É ponto comum nos estudos sobre a Reforma Francisco Campos[242] que ela representou uma continuidade da Reforma Mello Vianna, fazendo funcionar as mudanças que foram previstas, mas não chegaram a ser realizadas, sendo poucas as novidades. No presente estudo, mostraremos as mudanças e permanências entre as duas reformas, dando ênfase àquelas relativas à higiene e à saúde.

Francisco Campos assumiu a Secretaria do Interior no governo Antônio Carlos (1926-1930) e, imediatamente após, reuniu o professorado mineiro no I Congresso de

[239] VIANNA, Fernando de Mello. Mensagem ao Congresso Mineiro. Junho de 1926. p. 128-130.

[240] VIANNA, Fernando de Mello. Mensagem ao Congresso Mineiro. Junho de 1926. p. 128-130.

[241] VIANNA, Fernando de Mello. Mensagem ao Congresso Mineiro. Junho de 1926. p. 128-130.

[242] BORGES, 1993; PEIXOTO, 1983; CARVALHO, 2000.

Instrução, para fazer uma sondagem das ideias dos educadores mineiros sobre os problemas educacionais do estado. Para Peixoto (1983), a realização do congresso tinha um duplo sentido: dar a conhecer a visão do professores sobre a educação e cooptá-los para levarem à frente a Reforma que se pretendia realizar.

No mês de dezembro de 1926, a *Revista do Ensino* anunciava as teses a serem discutidas no congresso, as quais se agrupavam nas temáticas: organização geral do ensino; questões de pedagogia; instituições auxiliares da escola; aparelhamento escolar; desenhos e trabalhos manuais, educação moral e cívica, canto, inspeção técnica, higiene e educação física; exames e testes; e estabelecimento de escolas infantis.

De acordo com Vera Lúcia Borges,[243] além das questões acima, o tema das escolas normais era muito caro para a reforma a ser processada por Francisco Campos. Para a autora, a preocupação de Francisco Campos estava associada à preocupação de toda a elite intelectual mineira – incluindo os católicos. Para Campos, os problemas e a ineficiência do ensino primário só seriam solucionados com a adequada formação dos professores segundo as novas ideias e métodos pedagógicos.

Cabe ressaltar que, nesse período, havia um movimento remodelador da escola normal que visava à ampliação da duração do curso, como também a implantação e valorização de disciplinas de caráter técnico-pedagógico nos programas dos cursos normais, como: psicologia, metodologia, história da educação, biologia educacional, sociologia educacional, pedagogia experimental e fisiologia.[244] Atrelada a esse movimento, estava a ideia de que a formação no ensino normal não poderia restringir-se a uma formação geral, mas devia contemplar uma formação profissional e, mais, que essa modalidade do ensino se tornasse única e que fosse de responsabilidade do Estado, uma escola para todos. O foco da reforma no ensino normal estava relacionado ao fato de Campos considerar o trabalho do professor a base sobre a qual repousava a educação primária, principal responsável por seu êxito ou fracasso. De acordo com Peixoto, as instituições e as finalidades do ensino foram mantidas, mudando-se apenas seus métodos.[245]

---

[243] BORGES, Vera Lúcia Abrão. *A ideologia do caráter nacional da educação em Minas*: *Revista do Ensino* (1925-1929). *Op Cit*. p. 119.

[244] NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. *Op. cit.* p. 203.

[245] PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. A luta dos católicos pela Escola em Minas Gerais. *Educação em Revista*. Belo Horizonte. n. 17, p. 56-63, jun. 1983. p. 93.

Apesar da ênfase dada ao ensino normal, a Reforma Francisco Campos atingiu também o ensino primário.

2.2.1 A Escola Primária: o maior controle do Estado

Embora o texto do Regulamento do Ensino Primário dividisse esse ramo de ensino em três categorias (público, particular e particular subvencionado), a escola primária era, por excelência, a escola criada e mantida pelo Estado. As demais instituições tinham caráter complementar, pois somente o Estado podia aplicar exames finais de progressão. Era pretensão da reforma que o Estado assumisse o controle e a execução do novo sistema escolar, diferenciando-se da Reforma Mello Vianna, que tinha a iniciativa privada como parceira na organização do ensino primário.[246]

A Secretaria do Interior foi reorganizada, sendo a Diretoria de Instrução Pública substituída pela Inspetoria Geral de Instrução e por duas diretorias: secretaria e expediente. Para ocupar o cargo de diretor da Inspeção foi nomeado Mário Casasanta. Nesse novo formato, os serviços da Secretaria do Interior se subdividiram em dez sessões, entre elas: Sexta, referente aos grupos escolares, aos jardins de infância ou às escolas infantis, as escolas maternais e aos respectivos professores adjuntos e empregados; Oitava, responsável pela inspeção técnica e administrativa do ensino, Conselho Superior de Instrução, conselhos escolares e associações de mães de família; Nona, serviços referentes ao ensino normal, profissional, secundário, superior e artístico, às caixas escolares, métodos, programas e horários, bibliotecas e museus escolares, escolas municipais e particulares, subvenções escolares, fundo escolar, festas escolares e comemorações cívicas, higiene escolar e assistência médico-escolar e dentária.[247]

As sessões destacadas permitem considerar que a Reforma Francisco Campos mantinha as mesmas preocupações que a conduzida por Mello Vianna, mas distribuía as funções antes concentradas na Diretoria de Instrução. Francisco Campos acreditava ser

---

[246] PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. A luta dos católicos pela Escola em Minas Gerais. *Op. cit.* p. 105-106.

[247] MINAS GERAES, Regulamento da Secretaria do Interior, 01 de setembro de 1927. Decreto n. 7.877. Art. 3 p.1

essa divisão necessária para acelerar e simplificar os despachos e encaminhamentos da educação.

Pelo novo Regulamento do Ensino Primário, foi mantida a segmentação do ensino em dois graus, divididos nas categorias infantil (jardins de infância e escolas maternais) e primária. A finalidade dos jardins de infância não foi alterada. Prevalecia a preocupação com a formação moral das crianças de 4 a 6 anos, mas acrescentava-se a necessidade de desenvolver as habilidades de leitura, escrita, desenho e cálculo, por meio da utilização de jogos e métodos da pedagogia de Decroly e Frobel.[248] O intuito era fazer da escola uma "miniatura da sociedade", onde as crianças seriam preparadas para viver a modernidade e suas instituições.[249]

Para matricular seus filhos, as mães deviam comprovar que eles estavam vacinados contra a varíola e que não eram portadores de doenças físicas ou mentais. As crianças que apresentassem algum tipo de doença, especialmente doenças mentais, eram matriculadas em escolas especializadas para "os débeis orgânicos" ou "retardados pedagógicos". Esse é um ponto diferencial da Reforma Francisco Campos, visto que não havia, anteriormente, escolas destinadas aos alunos portadores de deficiência física ou mental. A matrícula nos jardins de infância não era obrigatória, e havia uma taxa de matrícula anual, correspondente ao valor de 50$0000 (cinquenta mil réis), que podia ser divido em cinco pagamentos bimestrais, ficando isentos dessa taxa os alunos comprovadamente pobres.[250]

As escolas maternais tornaram-se exclusividade dos filhos de operárias entre 4 e 6 anos, e funcionavam em horário integral. O ensino era gratuito e o programa de ensino seguia as mesmas exigências dos jardins de infância. Os conteúdos e os métodos para o ensino eram minuciosos, exigindo-se que o professor os seguisse rigorosamente.[251]

As cadeiras de Ciências Naturais e Higiene foram separadas, sendo que o programa desta última explicitava a preocupação com a higienização da infância:

---

[248] Pedagogos que, baseados nas premissas da pedagogia escolanovista, desenvolveram métodos de aprendizagem; seus estudos foram amplamente difundidos no Brasil.

[249] CAMPOS, Francisco. Carta a pública ao Presidente do Estado para aprovação do novo regulamento do Ensino Primário. MINAS GERAES, 20/10/1927, p. 1.

[250] MINAS GERAES, Regulamento da Secretaria do Interior, 20 de outubro o de 1927. Decreto n. 7.970. Art. 233-245, p. 9.

[251] MINAS GERAES, Regulamento da Secretaria do Interior, 20 de outubro o de 1927. Decreto n. 7.970. Art. 246, p. 9.

> O exemplo permanente da escola como casa de hygiene, que Ella deve ser; a vida escolar, vida higiênica, a inspeção e a assistência médico dentária; o ensino de hygiene aos almnos; pelo pelotão da saúde, creado pela reforma actual, a higiene estabelecida pelo novo regulamento como um dos grandes centros de interesse no trabalho didactico, tudo isso quer dizer que a organização escolar do nosso Estado se interessa realmente pela saúde dos alumnos.[252]

Pelo novo regulamento, o conteúdo de higiene era mais amplo e diversificado do que o proposto pela reforma precedente, que matinha o mesmo tema durante todo o curso primário. Assim, no primeiro ano, deveria o professor mostrar ao aluno o quanto a saúde era útil e agradável; no segundo ano, o objetivo era fazer com que ele, conhecendo os benefícios de uma vida saudável, procurasse viver com hábitos salutares; no terceiro, o aluno devia ser instruído quanto aos "inimigos" da saúde; e, no último ano, a meta era despertá-lo para a importância da saúde pública. Os modelos de aula eram publicadas no jornal *Minas Gerais* e condensadas no livro *Lições de cousas*. [253]

A Reforma Francisco Campos regulamentou as ações das instituições escolares (o Club de Leitura, o *Auditorium*, o Pelotão de Saúde e o Pequeno Escoteirismo) e das instituições complementares (as associações de mães de família, caixas escolares, fundo escolar), demonstrando a preocupação dos reformistas em expandir a ação da escola primária para além da instrução, como também desenvolver, na criança e em seus familiares, valores de sociabilidade. Através dessas instituições, a escola exercia uma influência no meio social[254]. Desse modo, levar os familiares à escola era mais do que convidá-los a participar da vida escolar de seus filhos; era, sobretudo, uma maneira de reeducá-los, dando-lhes conhecimentos úteis à educação, à higiene e outros valores que se pretendia aplicar nas atividades sociais cotidianas.

As ações das associações de mães de família foram regulamentas pelos artigos 208-210 do Decreto 7.970, de 1927,[255] e estabeleciam que essas associações se destinariam a cooperar com as autoridades escolares, no sentido de levantar o nível

---

[252] MINAS GERAES, 24/12/1927, p. 19.

[253] MINAS GERAES, Regulamento do Programa do Ensino Primário, 24 de dezembro o de 1927. Decreto n. 8.094. p. 1-33.

[254] MINAS GERAES, Regulamento do Ensino Primário, 20 de outubro de 1927. Decreto n. 7.970. Art.198-207. p. 8.

[255] MINAS GERAES, Regulamento do Ensino Primário, 20 de outubro de 1927. Decreto n. 7.970. Art.198-207. p. 8.

moral e de saúde, bem como promover a matrícula e frequência escolar. As mães associadas deviam tomar parte nas reuniões quinzenais do *Auditorium*, reunir-se mensalmente e realizar vistas frequentes às escolas.

2.2.2 Da Inspeção Médico-Escolar à Inspeção Médico Dentária Escolar

No que se refere à inspeção médico-escolar, Antônio Carlos de Andrada afirmava que as inspeções médicas e odontológicas ocorreriam em conformidade com o que havia sido feito por seu antecessor, "tratando agora o governo de torná-la efetiva e regular graças aos recursos especiais que lhe foram reservados pela instituição do Fundo Escolar".[256]

Afirmava o presidente que, apesar dos poucos gabinetes em funcionamento nas escolas, o serviço era exitoso, pois contava com a iniciativa privada, seja pela colaboração de médicos e dentistas que prestavam os serviços gratuitamente ou por parcerias com instituições filantrópicas. Para Antônio Carlos, o Fundo Escolar, imposto criado para reverter verbas para investimento na educação, resolveria as limitações de recursos destinados à IME e aumentaria sua atuação por todo o estado, inclusive nas zonas rurais.[257]

A inspetoria médica escolar estendeu também os serviços de odontologia, passando a se chamar Inspeção Médico Dentária Escolar (IMDE). A inclusão efetiva da inspeção odontológica estava intimamente ligada à construção da Escola de Odontologia e Farmácia da Universidade de Minas Gerais, criada por Antônio Carlos, em setembro de 1927, que previa o estabelecimento de acordo entre a Escola de Odontologia e o governo do estado para instituir um curso voltado para a formação de técnicos especialistas em clínica dentária infantil e de enfermeiras assistentes. Os cursos deveriam contemplar noções de anatomia, psicologia, socorros de urgência, epidemiologia e higiene escolar.

Ressaltamos, aqui, a paulatina importância das enfermeiras no desenvolvimento das inspeções médicas escolares e na promoção da saúde de maneira mais ampla. Como demonstra Santos, devido à ausência de uma escola formal para enfermeiras em Minas

[256] ANDRADA, Antônio Carlos de. Congresso Mineiro, 14/07/1928. p. 34-35.

[257] ANDRADA, Antônio Carlos de. Congresso Mineiro, 14/07/1928. p. 34-35.

Gerais, no final da década de 1920, aumentavam os debates e a necessidade de criação de uma escola, o que acabou culminando na criação da Escola de Enfermagem Carlos Chagas, no ano de 1933.[258]

Para a execução da IMDE, a capital foi dividida em quatro distritos, cada um a cargo de um médico, que era auxiliado por duas enfermeiras, sendo que cada distrito contava com, aproximadamente, 4.000 alunos.

Os dispositivos relativos à fiscalização dos alunos, professores, funcionários, mobiliário escolar e do prédio mantiveram-se inalteráveis em relação à Reforma Mello Vianna.

Para dar sustentação a IMDE, criou-se, ainda, a Inspetoria de Educação Física, destinada também a promover esse ramo da educação nos grupos escolares. Para inspetor, foi nomeado, em 25/2/1927, Renato Eloy de Andrade.[259] Eram atribuições da Inspetoria de Educação Física: organizar programas e horários; elaborar exercícios de ginástica, de acordo com as estações e circunstâncias locais, idade e desenvolvimento físico das crianças; organizar instrumentos para orientação dos professores de educação física; colaborar na elaboração dos programas de ensino e na organização das excursões escolares; prescrever e recomendar jogos e exercícios físicos adequados; e propor a aquisição de aparelhos e materiais apropriados às classes de educação física do estado.[260]

2.2.3 O Ensino Normal

A desoficialização do ensino particular no Ensino Normal e o respectivo controle do Estado nas escolas normais eram vistos com muito receio pelos católicos, pois as escolas normais católicas representavam um ambiente privilegiado de articulação de seus interesses, afinal, era nesse espaço que se formatava o tipo de ensino que se desejava imprimir na sociedade. Tal receio pode ser visualizado no trecho do artigo escrito por Affonso dos Santos, no jornal *O Horizonte* de 15/07/1927:

---

[258] SANTOS, Geralda Fortina dos. *Escola de Enfermagem Carlos Chagas (1933-1950)*: A Deus - Pela Humanidade - Para o Brasil. 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2006. p. 21.

[259] Presidente da Seção de Educação Física da ABE.

[260] ANDRADA, Antônio Carlos de. Mensagem ao Congresso Mineiro, 1929.

> Quando os jornais católicos repisam, muitas vezes certos temas é que estão sabendo quanta necessidade há para nós em que sejam versados e repetidos e esclarecidos exaustivamente. A liberdade de ensino normal, quero dizer a faculdade de termos escolas nossas que possam em egualdade de condições com as officiaes proporcionar grande número de mestres aos nossos filhos é uma questão de vida ou morte para nós.[261]

Pelo novo regulamento, o Ensino Normal foi dividido em 1º e 2º graus. O ensino de 2º grau ficava reservado ao Estado, podendo as normalistas de 1º grau, formadas nas escolas normais equiparadas, fazer um estágio de anos na escola primária anexa à Escola Modelo. Posteriormente, as normalistas podiam fazer exames complementares de Psicologia da Educação, Biologia, Higiene, Metodologia, Prática Profissional em Francês e História da Civilização, a fim de habilitarem-se ao 2º grau. Além disso, as escolas particulares perdiam a liberdade de escolher a direção da escola e a professora de metodologia. Esses cargos seriam ocupados por professores selecionados pelo Estado, através de concurso.

Era tamanha a preocupação dos católicos em perder o controle dessa modalidade de ensino que fizeram uma campanha, a fim de reverter as novas determinações para o ensino secundário. A campanha contra a reforma ocorreu entre os dias 07/03/1928 a 23/05/1928; pelo menos duas vezes na semana, Affonso dos Santos redigia artigos contestando a reforma, tratando de apontar os pontos negativos e a incapacidade do Estado de operar as mudanças por ele propostas. As reivindicações tinham sempre um teor conciliador, e a campanha dos católicos denotava, mais uma vez, que a preocupação não estava ligada primordialmente à permissão do ensino religioso, sendo esta apenas uma faceta de suas demandas.

Como resultado da campanha, Antônio Carlos, por ocasião do Congresso Catequético realizado na capital, anunciou a autorização do ensino religioso nos grupos escolares durante a hora regulamentar. A medida foi muito comemorada pelos católicos, inclusive, vários artigos em agradecimento foram publicados nos jornais *Minas Gerais* e *O Horizonte*, ocorrendo inúmeras manifestações dos católicos em reconhecimento à decisão do presidente, que foi, inclusive, presenteado pelo Papa com pedras preciosas. Embora tenham demonstrado tamanha felicidade com a medida, somente em 1930, com

[261] SANTOS, Affonso. *O Horizonte*, 15/10/1927, p. 1.

a implantação do decreto 9.450, de 18/02/1930, os católicos se deram por satisfeitos. O decreto previa as seguintes modificações:

a) possibilidade de promover ao 2º grau outras escolas normais. As que fossem promovidas seriam as reconhecidas pelo governo;
b) tratando de condições a serem preenchidas pelo normalista de 1º grau para obtenção do diploma de 2ª grau, o Regulamento de 1930 diminuía o tempo do magistério primário para um ano;
c) a aplicação de provas escritas de Línguas e de Ciências deixou de ser trimestral e passou a ser aplicadas duas vezes por mês;
d) sobre os exames de admissão, o Regulamento de 1930 esclarecia que, no 2º grau, haveria exame de admissão ao primeiro ano de curso, para candidatos de 16 anos completos. Esse regulamento eliminava o exame de admissão ao primeiro ano do curso preparatório das escolas do 2º grau (MOURÃO, 1962 p. 404-405).

Outra medida que agradou aos católicos foi a nomeação de Lúcio dos Santos para assumir a direção da Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico, criada em 1929. De acordo com Prates (2000), competia à Escola de Aperfeiçoamento:

> o papel de formadora de uma elite pedagógica e cientificamente preparada nos termos mais modernos do conhecimento educacional de então. Uma elite tecnicamente aprimorada nos moldes mais sofisticados do conhecimento educacional disponível naquele momento, elite essa que seria colocada nos postos-chave da estrutura do ensino primário mineiro.[262]

Os diplomados pela Escola de Aperfeiçoamento exerciam funções de professores das escolas normais, diretores de grupos escolares, assistentes e orientadores técnicos, e tinham como responsabilidade difundir as novas ideias e técnicas de ensino apreendidas por toda a área do estado de Minas. Parte do professorado era composta por professoras mineiras, que fizeram cursos na Universidade de Colúmbia, e por professores estrangeiros oriundos de Genebra, Paris e Bruxelas, destacando-se a professora Helena Antipoff, responsável pela cadeira de Psicologia.

Conforme verificamos, os temas da higiene e da saúde, pertinentes às reformas mineiras da década de 1920, foram assuntos primordiais que orientaram e sustentaram praticamente todos os seus regulamentos. Foi atribuído à higiene e à saúde o papel de

[262] PRATES, Maria Helena de Oliveira. Escola de Aperfeiçoamento: teoria e prática na formação de professores. In: *Lições de Minas*: 70 anos de Secretaria de Educação. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 2000. p. 68.

condicionantes de uma educação de qualidade, capaz de formar um novo cidadão, afeito à ordem e ao trabalho. No próximo capítulo, procuramos avaliar os efeitos práticos das referidas reformas, a partir dos relatórios sobre os serviços de Inspeção Médica Escolar, a fim de verificar em que medida elas foram postas em prática.

3. A MEDICINA VAI ÀS ESCOLAS: A INSPEÇÃO MÉDICA ESCOLAR EM MINAS GERAIS NA DÉCADA DE 1920

No presente capítulo, procuramos pôr em cena como se desenrolou a prática da Inspeção Médico Escolar (IME) no ensino primário, em Minas Gerais, entre os anos de 1925 e 1930, buscando demonstrar em que termos ela foi realizada, sua amplitude e limitações.

Devido à descontinuidade e fragmentação das fontes sobre a prática da IME, a partir dos dados encontrados nas *Mensagens dos Presidentes do Estado e nos Relatórios dos Diretores de Saúde Pública* que pertencem ao acervo do Arquivo Público Mineiro, foi possível apresentar o perfil dos alunos submetidos à inspeção médica e dentária, os tipos de atendimentos mais frequentes, as regiões nas quais ocorreram com regularidade e os personagens e instituições mais atuantes. Optamos por não fazer comparações entre os anos, visto que existem variáveis específicas em cada um dos períodos que podem comprometer a análise dos dados.

3.1 A prática da Inspeção Médica Escolar em Belo Horizonte

A IME foi instituída oficialmente em Minas Gerais pela Reforma Educacional Mello Vianna (1925), e teve seu plano regulamentado pelo decreto 6.930, de 17 de julho de 1925.[263] Pelo regulamento, a IME funcionaria em regime de cooperação financeira dos municípios com o governo do estado e com a iniciativa particular.

De acordo com Souza, esse tipo de cooperação,

> talvez possa ser explicado, até certo ponto, pela ortodoxia liberal que apostava na economia da caridade, onde se propunha que o poder público fosse sócio do poder privado e muitas vezes, um sócio menor, que ás vezes emprestava recursos financeiros de pequeno porte, insuficientes, enquanto os grupos sociais deviam se organizar para resolver a situação. A opinião reinante nos meios assistenciais naquela época era de que o consórcio entre os poderes público e privado pudesse resolver o problema da assistência social.[264]

[263] Leis Mineiras: Leis e Decretos 17/7/1925. Plano de Organização do Serviço de Inspeção Médica. Decreto 6.930.

[264] SOUZA, Marco Antônio de. *A economia da caridade*: *Op. cit*. p. 126.

Ainda de acordo com Souza, entendia-se, nesse período, que o poder privado tinha condições de administrar melhor os problemas assistenciais e sociais, porque era menos dispendioso do que o poder público.[265]

As variadas formas de assistência: creches, abrigos, hospitais, orfanatos, escolas e asilos desempenhavam diferentes funções. Como mostra Marques (2005), para os "médicos de senhoras", a assistência caritativa e a filantropia contribuíam para estabelecer uma relação de confiança entre médicos e pacientes.[266] Para a autora, a religião católica era utilizada como elemento facilitador no acesso ao corpo feminino, visto que eram os preceitos católicos que permeavam e orientavam as escolhas das mulheres mineiras.[267] Em busca dessa credibilidade, muitos médicos, além de anunciarem sua formação, especialidade, locais e horários de atendimento, salientavam que reservavam parte dos horários de sua agenda para atender gratuitamente à população pobre. Registre-se, também, que o envolvimento das ditas "damas da sociedade" em trabalhos filantrópicos convertia-se em prestígio e distinção.

Por parte do poder público, o Posto de Profilaxia e o Serviço Permanente de Higiene foram os órgãos designados para a operacionalização da IME. O Posto de Profilaxia já se prestava ao serviço de prevenção de verminoses junto aos escolares desde o ano de 1918, quando foi criado pela Diretoria de Higiene. Já o Serviço Permanente de Higiene foi inaugurado pelo governo Mello Vianna, em 20 de abril de 1925, no intuito de organizar os serviços sanitários do estado.

Além de responsabilizar-se pela execução da IME, o Serviço Permanente de Higiene cuidava de outros serviços ligados à higiene e saúde, como: profilaxia de doenças transmissíveis e epidemias, saneamento, fiscalização de gêneros alimentícios, educação e propaganda sanitária. Quando de sua inauguração, Mello Vianna não deixou de alertar para a importância da filantropia para o funcionamento desse novo órgão de higiene.[268] Não havia separação da higiene infantil e escolar dos demais serviços sanitários e higiênicos, estando inseridos num contexto mais amplo de sanitarização da cidade e da população.

---

[265] SOUZA, Marco Antônio de. *A economia da caridade*: *Op. cit*. p. 126.

[266] MARQUES, Rita de Cássia. *Imagem social do médico de senhoras no século XX*. *Op. cit*. p. 92.

[267] MARQUES, Rita de Cássia. *Imagem social do médico de senhoras no século XX*. *Op. cit*. p. 90.

[268] MINAS GERAES. Serviço Permanente de Higiene Municipal, 20/4/1925, p. 5.

O Plano de Organização do Serviço de Inspeção Médica previa que, no ano de 1925, o atendimento médico escolar se circunscreveria à capital e, progressivamente, se estenderia para as demais cidades do estado.[269] Contudo, as fontes indicam que, naquele ano, a IME não ocorreu regularmente em todos os grupos escolares, nem mesmo em toda a cidade de Belo Horizonte.

No livro de registro de verbas da Diretoria de Instrução Pública, a folha destinada à IME encontra-se zerada, e não existe sequer menção à execução do serviço, seja no Relatório do Presidente Mello Vianna ao Congresso ou nos relatórios produzidos pela Diretoria de Higiene.[270]

No entanto, não podemos descartar a possibilidade de que, em alguns grupos escolares, a inspeção médica tenha ocorrido de forma autônoma pela ação particular de médicos e dentistas, atividade comum desde a década de 1910.

Os estudos de Vago (2000), Carvalho (2008) e Vargas (2008) revelam que alguns médicos prestavam serviços de higiene escolar gratuitamente, mesmo antes da oficialização e regulamentação da IME. Exemplo disso é a atuação da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora que, pela figura do médico Eduardo de Menezes, desenvolvia projetos de higiene escolar nos grupos de educação primária daquele município. Tais projetos previam desde a examinação dos corpos dos escolares até a elaboração de palestras de educação higiênica. Inclusive, é possível encontrar, nos documentos da Secretaria do Interior,[271] a ficha sanitária pedagógica utilizada na inspeção das escolas e dos escolares juiz-forenses.[272] Vago (2000) também relata casos de médicos e outros profissionais da saúde que se disponibilizavam para trabalhar na efetivação de inspeções médicas escolares, sendo que grande parte deles abria mão de qualquer remuneração.[273]

---

[269] VIANNA, Fernando de Mello. Mensagem apresentada ao Congresso Mineiro, 1925.

[270] Secretaria do Interior. Registro de Empenho da Diretoria de Instrução, 1924-1925. SI 1123. Folha avulsa.

[271] SECRETARIA DO INTERIOR, SI 3715, 1917.

[272] VARGAS, Renata Correa *et al*. A ciência médica e seu projeto de intervenção social: Juiz de Fora na mira desta história. In: CUNHA JR. Carlos Fernando Ferreira da; MARTIN, Edina Hernandez; LIRA, Luis Carlos (Org.). *Lazer, esporte e educação física*: pesquisas e intervenções da Rede Cedes/UFJF. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

[273] VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar, cultivo de corpos... Op. cit*. p. 169-170.

Embora no ano de 1925 não tivesse ocorrido atendimentos médicos regulares nas escolas, a fiscalização dos prédios aconteceu com maior frequência. É possível contabilizar, nesse ano, cerca de 1.000 pedidos de liberações de verba para o pagamento de engenheiros, cuidados com a iluminação, abastecimento de água, instauração de sanitários, limpeza, reformas e construção de escolas.[274]

Em se tratando da examinação médica, os primeiros registros oficiais foram encontrados na *Revista do Ensino*, na edição de fevereiro de 1926, que apresenta um balanço das inspeções médicas realizadas nesse ano na escola primária anexa à Escola Normal Modelo e no Grupo Escolar Bernardo Monteiro. De acordo com os dados publicados na revista, este grupo, localizado no bairro Calafate, região de moradores operários, foi um dos primeiros a ser contemplado pela inspeção médica.

Segundo o artigo, 259 alunos do grupo fizeram exames laboratoriais para verificação da existência de verminoses. O resultado dos exames revelou que 257 dos alunos submetidos ao exame tinham algum tipo de verminose, o equivalente a 99,2%. Dos tipos de verminoses encontrados, o verme *necator americus*, considerado pelo o autor do artigo como mais prejudicial, apareceu 113 vezes nos 257 casos positivos, ou em 43%. Esse parasita é o responsável pela ancilostomose, doença conhecida popularmente como “amarelão”.

O resultado dos exames ocasionou mudanças na agenda da IME, que reverteu a verba destinada à realização dos atendimentos médicos para a compra de vermífugos.[275] De fato, nesse ano, o Serviço de Profilaxia registrou um grande número de medicações (61.893) e tratamentos (16.305) contra verminoses, além de exames laboratoriais (25.873) e distribuição de folhetos informativos (91.195).[276]

Complementando a medicação dos alunos, investiu-se, como medida profilática, na formação de Pelotões de Saúde e na realização de palestras de higiene. Prestando-se a esse intento, a *Revista do Ensino*, ao longo das publicações, apresentou artigos e informações sobre saúde e doenças.

Na edição de junho e agosto de 1926, foi publicado um modelo de aula sobre verminoses. O médico escolar responsável pela elaboração da aula explicava,

---

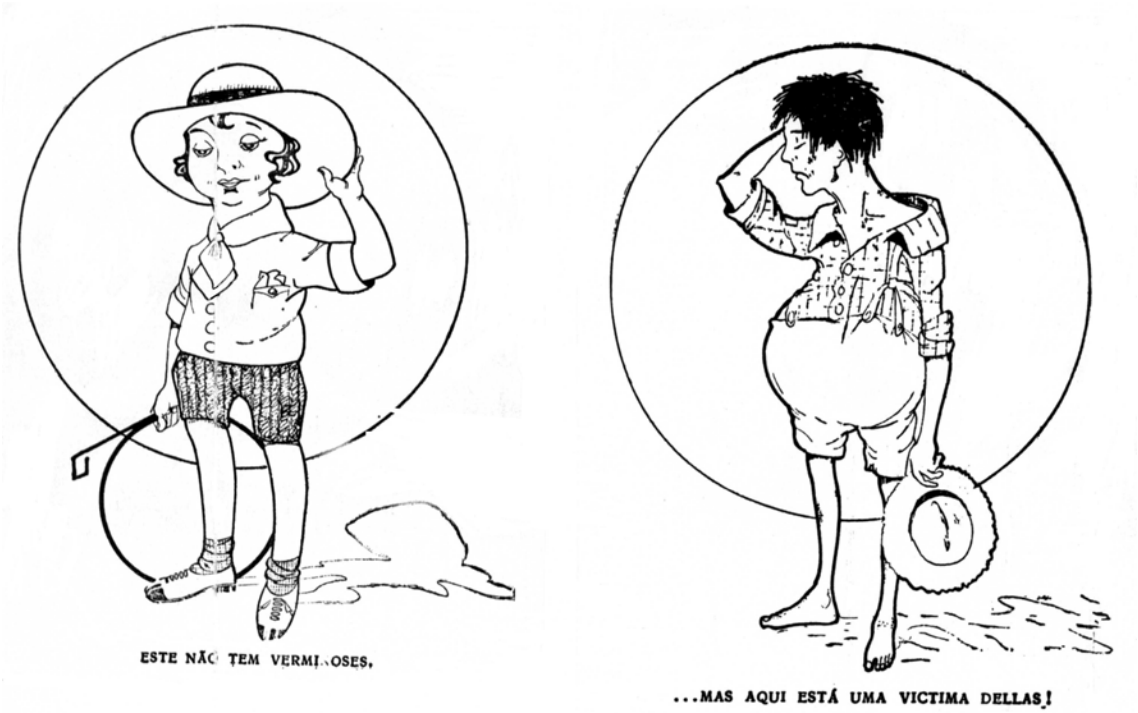
[274] SECRETARIA DO INTERIOR. Registro de Empenho da Diretoria de Instrução Pública. SI 1123.

[275] VIANNA, Fernando de Mello, Congresso Mineiro. 14/07/1926. p. 130.

[276] VIANNA, Fernando de Mello, Congresso Mineiro. 14/07/1926. p. 128.

sinteticamente, as formas de contrair verminoses e, através de ilustrações, comparava fisicamente uma pessoa com e sem verminose. A pessoa portadora de vermes era identificada como pálida, magra e espezinha. Explicava o diálogo que "as desagradáveis cápsulas" distribuídas pelo médico escolar serviam para matar os vermes alojados no intestino. Orientava que as pessoas que possuíssem verminoses deviam seguir rigorosamente a dosagem e intervalos do medicamento prescrito pelo médico. Alertava o texto que não bastava tomar o medicamento, o indivíduo devia cuidar para não "apanhar" as verminoses novamente e, para isso, devia andar calçado, manter as mãos limpas, beber água filtrada ou fervida e, antes de ingerir alimentos crus, lavá-los bem.

Fig.3 – Aula de Higiene: verminoses. Publicada na *Revista do Ensino* (1926)



FONTE: L. M. Aula de Hygiene, *Revista do Ensino*, BH, n. 16 e 17, p. 307-308, jul./ago.1926.

Na edição de agosto e setembro de 1926, na *Revista do Ensino*, publicou-se uma dramatização sobre verminoses apresentada pelo Pelotão de Saúde do Grupo Escolar Bernardo Monteiro, após conferência do médico escolar Lucas Machado.

A dramatização baseou-se num diálogo entre os alunos integrantes do pelotão sobre os males causados pelas verminoses, particularmente pela ancilostomose, as

formas de prevenção (uso de sapatos, utilização de latrinas, etc.), e firmavam o compromisso de serem "soldados" da saúde, "sentinella alerta contra os vermes e o nosso bairro e o nosso querido grupo terão só crianças sadias, fazendo a alegria dos paes a satisfação dos mestres e o orgulho da pátria".[277]

Para encerrar a dramatização, recitaram um poema:

> Verminose ou anemia dos mineiros
> Observadas nas minas de carvão.
> É mal muito comum nos brasileiros
> Sob o nome vulgar de opilação
> Dubine e Stilles, sábios extrangeiros,
> Disseram que causa o amarellão,
> O ancylostomo e o nécator, traçoeiros
> Nematoides que vivem pelo chão.
> Descobertos os vermes em seu bródio,
> Decreta-se immediato tratamento
> Com thimol, feto, macho ou chenopodio.
> Todo aquele que o mal contamina,
> Deixou por decência e sentimento
> De ir ao matto, usa botta e tem latrina.[278]

O poema reúne informações sobre sintomas, diagnósticos, medidas terapêuticas e profiláticas da ancilostomose e compõe, juntamente com toda a dramatização, a intenção das autoridades responsáveis pela IME de incutir, nos alunos, hábitos que visavam minimizar a incidência de doenças; mais ainda, incentivavam os escolares a expandir seus conhecimentos em sua comunidade. É forte o reforço da criança saudável como elemento transformador da nação.

Juntamente com o roteiro da dramatização, foi publicada uma fotografia do Pelotão de Saúde atuante no Grupo Escolar Bernardo Monteiro. Todos os integrantes do pelotão vestiam roupas brancas, um gorro branco com uma cruz vermelha, meias e calçados, curiosamente, um dos alunos tinha apenas um dos pés calçados.

---

[277] Dramatização sobre verminoses. Proferida no Grupo Escolar Bernardo Monteiro, no dia 10 de julho de 1927, após conferência do Dr. Lucas Machado. *Revista do Ensino*, ago./set. 1927, p. 506-507.

[278] Dramatização sobre verminoses... *Revista do Ensino*, ago./set. 1927, p. 507.

Fig.4 – Pelotão de Saúde do Grupo Escolar Bernardo Monteiro

FONTE: *Revista do Ensino*, n. 27, p. 503, ago./set. 1927.

Na escola primária anexa à Escola Normal Modelo, 101 alunos foram inspecionados até fevereiro de 1926. Pelos dados apresentados na *Revista do Ensino*, os exames realizados nos alunos não seguiam as determinações do regulamento de organização da IME,[279] que previa uma análise minuciosa das condições físicas, orgânicas e mentais do aluno. Contrariamente, os exames limitaram-se à pesagem, medição e identificação dos alunos com problemas de audição e visão. Chama a atenção a especificação detalhada da incidência de doenças auditivas e visuais nos alunos que, em certa medida, pode se explicar pela existência de um grupo de médicos especialistas em oftalmologia e otorrinolaringologia atuantes em Belo Horizonte desde 1911. Os

[279] Leis Mineiras: Leis e Decretos 17/7/1925. Plano de Organização do Serviço de Inspeção Médica. Decreto 6.930.

médicos especialistas nessa área faziam atendimentos ambulatoriais no subterrâneo do edifício da Faculdade de Medicina.

Em 1920, os médicos Cícero Ferreira (diretor da Faculdade de Medicina) e Samuel Libânio (diretor da Diretoria de Higiene), doaram um prédio que se encontrava vazio para abrigar as clínicas oftalmológica e otorrinolaringológica. Com o auxílio da diretoria de higiene e com doações dos médicos da Faculdade de Medicina, nesse mesmo ano, ergueram o Hospital São Geraldo, a primeira instituição hospitalar da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, voltados para o atendimento das especialidades supracitadas.[280]

Pode-se inferir, também, que os resultados dos exames de aferição da acuidade visual e auditiva dos alunos eram levados em consideração na organização e posicionamento dos alunos nas salas de aulas. No livro de solicitações da diretoria de Instrução Pública, encontramos vários pedidos de compra de livros com letras de tamanhos variados, bem como de cadeiras e carteiras especiais.[281]

Também na edição de fevereiro de 1926 da *Revista do Ensino*, é apresentado um quadro demonstrativo com o peso e a estatura ideais para as crianças de 7 a 14 anos (idade dos alunos matriculados no ensino primário), que transcrevemos na Tabela 2, a seguir:

[280] Dados retirados do *site* do Departamento de Oftalmologia e Otorrinolaringologia da Faculdade de Medicina da UFMG. Disponível em: <http://www.medicina.ufmg.br/doo/hist/index.htm.>. Acesso em: 13 set. de 2010.

[281] SECRETARIA DO INTERIOR. Empenho de Despesa para o ensino primário, 1926-1927.

Tabela 2 – Demonstrativo de peso e estatura ideais para crianças (7 a 14 anos)

Idade	Sexo Masculino		Sexo Feminino	
	Peso	Altura	Peso	Altura
07	22.125	1.150	20.166	1. 156
08	22.190	1.163	22.387	1.156
09	23.825	1.225	21.942	1.162
10	25.663	1.265	24.842	1.182
11	27.920	1.305	32.241	1.282
12	29.716	1.365	31.788	1.384
13	36.450	1.428	38.785	1.453
14	35.900	1.431	37.300	1.461

FONTE: *Revista do Ensino* n. 11, p. 34-35, fev. 1926. Inspeção Médico Escolar Grupo anexo à Escola Normal de Belo Horizonte (1926).

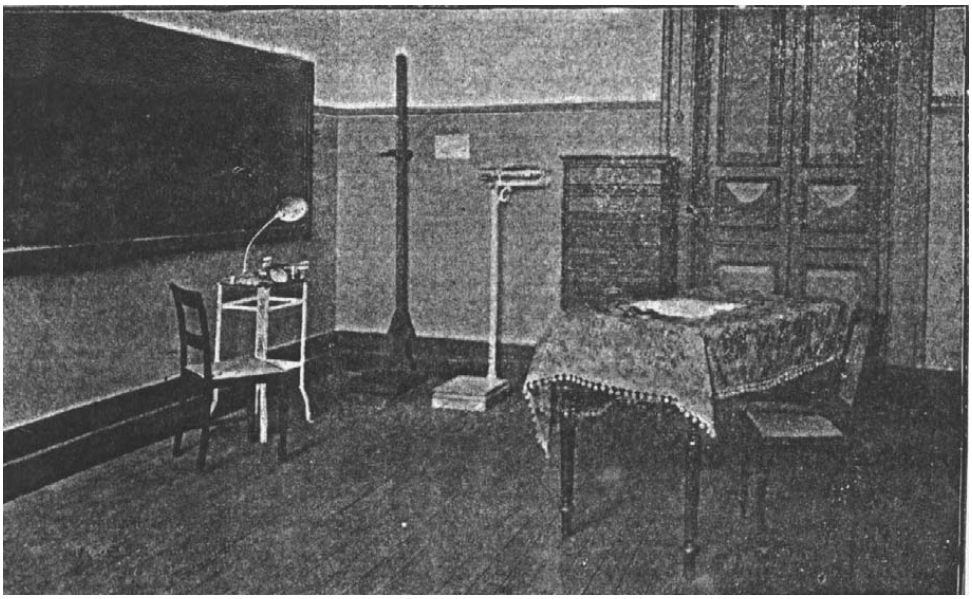
De acordo com o artigo publicado na *Revista do Ensino*, todos os grupos escolares de Belo Horizonte possuíam ao menos uma balança e uma toesa. Com esse material, previa-se a pesagem e medição semestral do aluno. Para Rocha,

> o peso e a força assumiram enorme importância na educação sanitária na medida em que despertariam e manteriam o interesse da criança pela sua própria saúde. Possibilitando a avaliação pelos professores e pela própria criança do ganho ou perda de peso mensal, o ritual da medição torná-la-ia vigilante em relação às práticas cotidianas de alimentação e repouso e exercícios físicos.[282]

Em relatório apresentado ao Congresso Mineiro, em julho de 1926, Mello Vianna afirmava que, além da balança e da toesa, era possível encontrar nos grupos escolares da capital um pequeno gabinete destinado à examinação dos alunos, bem como um arquivo para guardar os materiais da IME. Pode-se comprovar, nesse período, a existência de pelo menos dois gabinetes médicos escolares, um na escola anexa à Escola Normal Modelo e outro no Grupo Escolar Bernardo Monteiro.

[282] ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Educação escolar e higienização da infância. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 3, n. 59, p. 39-56, abr. 2003. p. 51.

Fig.5 – Gabinete de Inspeção Médica da Escola Primária anexa à Escola Normal Modelo



FONTE: *Revista do Ensino*, BH, n. 11, p. 34, fev. 1926.

Fig.6 – Gabinete de Inspeção Médica do Grupo Escolar Bernardo Monteiro

FONTE: Acervo do Arquivo Público Mineiro. s/d

Como se pode visualizar, tanto o consultório médico do Grupo Escolar Bernardo Monteiro como o da Escola Primária Anexa à Escola Normal dispunham de balança, material de medição de altura dos alunos, arquivos para abrigar as fichas sanitário-pedagógicas e armários para armazenamento do material utilizado nos atendimentos médicos. Há registro também da existência de um gabinete dentário no Grupo Barão de Rio Branco.[283]

Na fotografia do gabinete médico do Grupo Escolar Bernardo Monteiro, é possível verificar que, além da existência do material básico para a consecução dos atendimentos médicos, a sala inspira limpeza e organização. Possui uma janela ampla que permite a circulação do ar e a incidência da luz solar no ambiente, elucidando que os preceitos higiênicos eram levados em consideração na organização desses ambientes.

Observe-se, ainda, que os grupos escolares que possuíam gabinetes médicos estavam localizados tanto em bairros nobres (Grupo Escolar Barão do Rio Branco), centrais (Grupo Escolar anexo à Escola Normal Modelo), como em bairros populares (Grupo Escolar Bernardo Monteiro).

O Grupo Escolar Barão do Rio Branco situava-se no bairro Funcionários, região nobre de Belo Horizonte; muitos alunos que ali estudaram, mais tarde, tornaram-se pessoas de grande notoriedade.[284] De acordo com Vago (2002), o Grupo Escolar Barão do Rio Branco estava entre as escolas de maior frequência na capital, e grande parte de seus alunos residia em habitações que possuíam adequadas instalações sanitárias. Ainda de acordo com Vago, o Grupo Escolar Barão do Rio Branco foi referenciado no relatório da Diretoria de Higiene, de 1919, como uma escola-modelo em termos de condições higiênicas do prédio e da saúde dos alunos.[285]

Conta Vago que, aproveitando-se desse quadro teoricamente ideal em termos de higiene e salubridade, o diretor de Higiene, Mello Teixeira, decidiu fazer exames para a verificação da incidência de verminoses nos alunos do estabelecimento, acreditando que o índice endêmico seria baixo e poderia ser utilizado como um elemento demonstrativo

---

[283] VIANNA, Fernando de Mello. Mensagem do presidente encaminhada ao Congresso Mineiro, 1926. p. 130.

[284] Paulo Mendes Campos, poeta e escritor; Wilson Frade, jornalista; Amaro Lanari, engenheiro e ex-presidente da Usiminas, estudaram na escola, assim como as famílias Capanema, Libânio Christo, Mendes Júnior, entre outras.

[285] VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar, cultivo de corpos... Op. cit.* p . 175.

para uma campanha profilática. No entanto, o secretário foi surpreendido com um alto percentual de alunos infestados com verminoses.[286]

Em seu último relatório, antes de encerrar sua gestão, Mello Vianna alegou ter contratado dois médicos escolares e dez enfermeiras para o melhor funcionamento do serviço da IME na capital, previa-se que cada uma das enfermeiras atendesse a seiscentos alunos.[287] Contudo, no registro de pagamentos dos inspetores médicos, consta apenas a contratação do médico Lucas Monteiro Machado, que recebia a quantia mensal de 6:000$00 (seis mil réis). Apesar de ter sido contratado como médico escolar, Lucas Machado era ginecologista.

Fazendo um balanço do serviço de IME realizado pelo governo Mello Vianna na capital, verificamos que os atendimentos não aconteceram como previsto pelo regulamento da reforma de 1925, sendo pouca sua abrangência e eficiência. Os atendimentos médicos limitaram-se à pesagem e medição das crianças, à examinação da acuidade auditiva e visual dos alunos e ao controle de verminoses. Esses dados contrariam a historiografia sobre o tema, que insinua a abrangência e eficiência da IME em todos os grupos e escolares do ensino primário, especialmente junto à população pobre. Indicam as fontes que as crianças pobres não eram os únicos alvos da IME, e que as crianças de classe média, mesmo vivendo em condições higiênicas mais favoráveis, também necessitavam de atendimento médico.

Tanto foi inexpressiva a IME nos seus primeiros anos de existência (1925-1926) que Antônio Carlos de Andrada, sucessor de Mello Vianna na presidência do estado de Minas Gerais, procurou uma ação prioritária para aumentar a eficácia do serviço. Seu objetivo era aumentar o número de alunos atendidos pela assistência médica escolar e utilizar os resultados dos exames e das fichas médicas pedagógicas na orientação de campanhas e programas de governo.[288]

Com esse intuito, o presidente Antônio Carlos e seu Secretário do Interior, Francisco Campos, convidaram um grupo de médicos e educadores[289] para que

---

[286] VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar, cultivo de corpos... Op. cit.* p. 175.

[287] VIANNA, Fernando de Mello, Congresso Mineiro 14/07/1926. p. 130.

[288] ANDRADA, Antônio Carlos de. Mensagem do Presidente ao Congresso Mineiro. 14/7/1928. p. 37.

[289] A Comissão de Higiene Escolar era composta pelos médicos Lucas Machado, Teophilo dos Santos, Oswaldo de Mello Campos, Ernani Agrícola, Alexandre Drummond, J. Mello Teixeira, Raul de Almeida Magalhães, Abilio de Castro, Henrique Marques Lisboa; e pelas professoras Anna Luiza de

discutissem, no 1º Congresso Mineiro de Instrução Pública (1927), estratégias para aumentar a eficácia da IME por todo o estado. Nesse congresso, discutiram-se as seguintes teses sobre a higiene e educação física:

> 1. Dada as nossas condições de meio, como organizar um serviço eficiente de inspeção médico escolar?
> 2. Deverá a inspeção médica estender-se ao corpo docente e ao pessoal administrativo das escolas?
> 3. Como formar um corpo de enfermeiras escolares eficientes?
> 4. Quais os meios mais convenientes para que se inculquem nos escolares os hábitos de higiene individual e para que se forme nele a consciência sanitária?
> 5. Como introduzir na escola primária a cultura física necessária à nossa gente?
> 6. Qual o tempo a ser destinada no horário a educação física?
> 7. Os métodos de educação física deverão ser os mesmos para todos os anos do ensino primário?
> 8. O escoteirismo poderá ter entrada na escola primária como meio da educação moral e cívica?[290]

As conclusões a que chegaram os congressistas sobre essas teses foram unânimes em considerar que os principais empecilhos para a realização do serviço de inspeção escolar eram: a incapacidade do Serviço Permanente de Higiene de gerir sozinho a IME, a limitação de verbas estaduais e o reduzido número de médicos e enfermeiras habilitados para o serviço.

A insuficiência de enfermeiras habilitadas em Minas Gerais apresentava-se como problema já na década de 1910. Santos (2006) aponta que, em 1916, em ocasião da inauguração da maternidade Hilda Brandão, diante da necessidade de formar pessoal para trabalhar no hospital, durante o discurso de inauguração, Olímpio da Fonseca, secretário geral da Academia Nacional de Medicina, discorre sobre a criação de uma escola de enfermeiras na maternidade.

Conforme afirmação da autora, não existe registro sobre o funcionamento da escola.[291] Sobre essa questão, a autora ainda cita a existência de um artigo no jornal

---

Araujo, Guiomar Meirelles, Marieta Brochado, Herundina da Silva Monteiro, Helena Versiane Veloso. Ver *Revista do Ensino*, maio/jun. 1927, p. 454.

[290] MINAS GERAES, 1/7/1927. Primeiro Congresso de Instrução Primária do Estado de Minas Gerais. p. 4-5.

[291] SANTOS, Geralda Fortina dos. *Escola de Enfermagem Carlos Chagas... Op. cit.* p. 82.

Minas Gerais, de 5 e 6 de novembro de 1917, que menciona um estatuto para a criação de uma escola de enfermeiros. De acordo com o estatuto, a escola receberia pessoas do sexo masculino e feminino e seria oferecido um ensino teórico-prático. As aulas práticas seriam ministradas por professores nas clínicas hospitalares e institutos congêneres. O curso teria duração de três meses.[292] O estatuto foi assinado pelo diretor da Faculdade de Medicina, Samuel Libânio e pelos professores Álvaro de Barros, Borges da Costa, Eurico Vilela, Pires de Sá, Octaviano de Almeida, Dario de Aguiar, Hugo Wernerck, Alfredo Balena, Renato Machado e J. Castilho Jr. Apesar da publicação, as atas da Congregação da Faculdade de Medicina desse período não trazem informações sobre seu funcionamento.[293]

Como solução para o problema de formação das enfermeiras, a sugestão dos médicos e professoras da comissão de higiene reunida no 1º Congresso Mineiro de Instrução Pública (1927) era a elaboração de um curso de preparação profissional prático e teórico de seis meses, que seria realizado nas dependências da Faculdade de Medicina de Minas Gerais.[294]

Previa-se que o curso fosse ministrado por enfermeiras diplomadas na escola do Departamento de Saúde Pública Nacional, por médicos escolares e médicos de higiene. As mulheres interessadas em fazer o curso deveriam passar por um teste de aptidão física, moral e intelectual, ter entre 18 e 35 anos de idade, com preferência para as normalistas, que seriam dispensadas do concurso de admissão. As enfermeiras escolares que já atuassem também estavam livres do concurso de admissão e fariam o curso na modalidade de aperfeiçoamento.[295]

Levando em consideração as propostas apresentadas no 1º Congresso Mineiro de Instrução Pública, a Reforma Francisco Campos (1927) contemplou algumas mudanças no programa da IME, desmembrando-a em duas inspetorias independentes, uma médica e outra dentária. Foram nomeados diretores das inspetorias o médico José Castilho Jr. e o dentista José Álvares da Silva Campos.[296] Com a criação da inspeção dentária,

---

[292] SANTOS, Geralda Fortina dos. *Escola de Enfermagem Carlos Chagas... Op. cit.* p. 83.

[293] SANTOS, Geralda Fortina dos. *Escola de Enfermagem Carlos Chagas... Op. cit.* p. 82. Ver jornal *Minas Geraes*, 1917.

[294] *Revista do Ensino*, maio/jun. 1927. p. 501.

[295] *Revista do Ensino*, maio/jun. 1927. p. 501.

[296] ANDRADA, Antônio Carlos de. Mensagem do Presidente ao Congresso Mineiro. 14/7/1928, p. 37.

independente da médica, foram estabelecidos tipos especiais de fichas individuais que deviam resumir as condições encontradas nos alunos, com o intuito de encaminhá-los para tratamentos, assim como para esclarecer quanto à necessidade de higiene e profilaxia dentária e seus resultados.[297]

Além disso, firmou-se acordo com a Faculdade de Odontologia de Minas Gerais, localizada em Belo Horizonte, para que ministrasse cursos de formação de técnicos especialistas em atendimento dentário infantil e de enfermeiras. Para otimizar os tratamentos médicos, estabeleceu-se também uma parceria com a Santa Casa de Misericórdia, para o atendimento e tratamento de crianças declaradamente pobres que, porventura, necessitassem de intervenções médicas mais específicas, como cirurgias.[298]

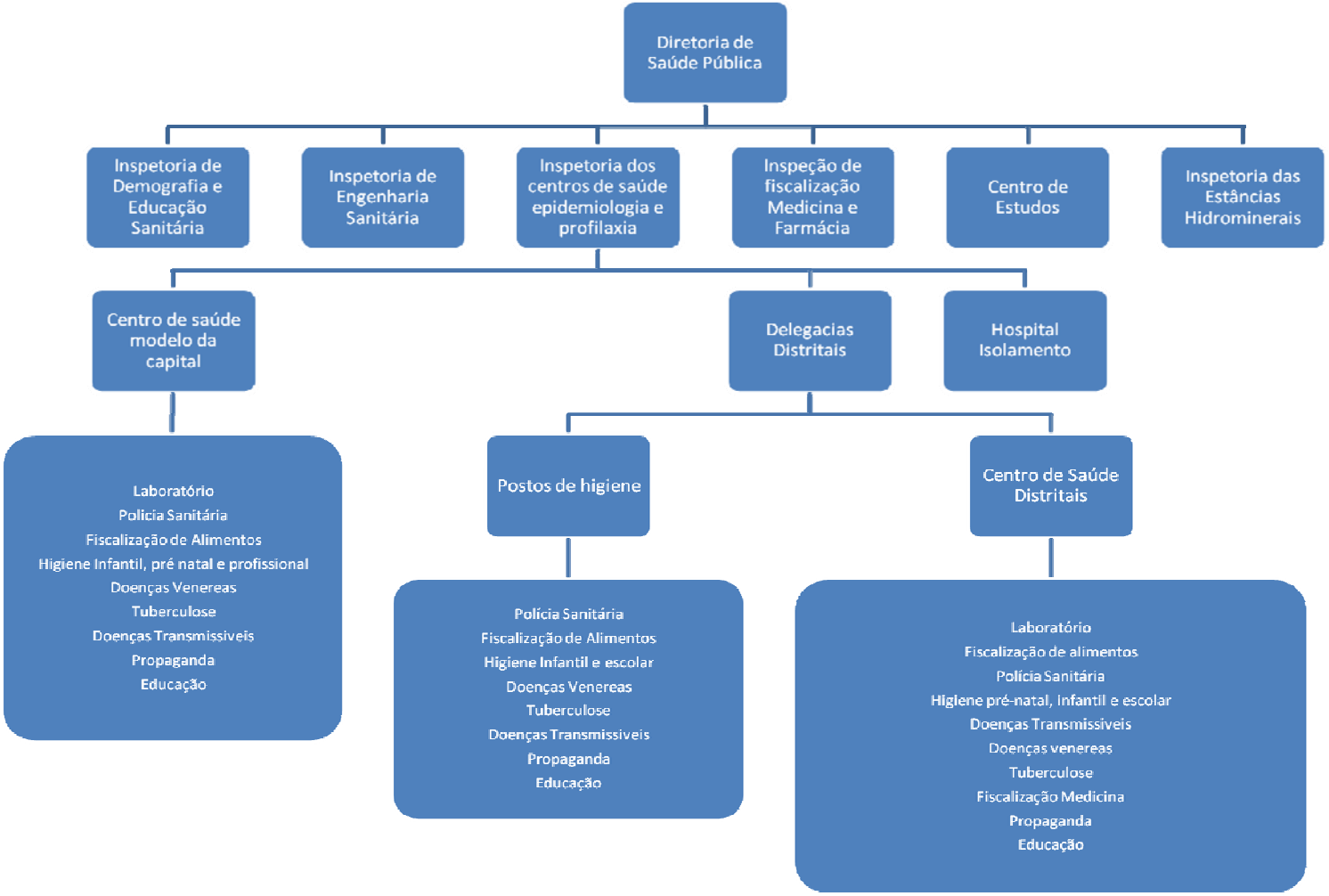
3.1.1 As mudanças nos serviços sanitários e a Inspeção Médico Dentária Escolar

Paralelamente às modificações no serviço de Inspeção Médica Dentária Escolar (IMDE), Antônio Carlos de Andrada descentralizou os serviços sanitários do estado em várias diretorias e órgãos.

[297] MAGALHÃES, Raul de Almeida. Relatório apresentado ao Secretário de Segurança e Assistência Pública. p. 77.

[298] MAGALHÃES, Raul de Almeida. Relatório apresentado ao Secretário de Segurança e Assistência Pública. p. 77.

Fig.7 – Estrutura da Diretoria de Saúde Pública de Minas Gerais (1927)



FONTE: Relatório da Diretoria de Saúde Pública de Minas Gerais, 1927-1928.

Na nova estrutura, a Diretoria de Higiene foi extinta e substituída pela Diretoria de Saúde Pública. O médico Raul de Almeida Magalhães[299] foi designado para assumir essa nova diretoria.

A IME ficou subordinada à Inspetoria dos Centros de Saúde, Epidemiologia e Profilaxia, sendo os órgãos responsáveis por sua execução as Delegacias Distritais, que se subdividiam em: Centros Distritais e Postos de Higiene, que, além da higiene escolar, desempenhavam outras funções, como: serviços laboratoriais, fiscalização de alimentos, polícia sanitária, higiene pré-natal, higiene infantil, higiene escolar, controle de doenças transmissíveis, doenças venéreas, tuberculose, fiscalização da prática médica e propaganda.[300] Como é possível observar, na nova divisão dos serviços de higiene e saúde pública, a higiene escolar não recebeu um órgão ou secretaria exclusiva, permanecendo atrelada a outras demandas sanitárias da cidade e da população.

Para colocar em vigor essa nova estrutura, o estado mineiro foi divido em seis distritos (Capital, Juiz de Fora, Três Corações, Uberaba e Teófilo Otoni), cada um com um Centro Distrital de Saúde. Cada Centro de Saúde representava uma pequena Diretoria de Saúde Pública, e era responsável pelos postos de higiene municipais, localizados dentro do perímetro de sua jurisdição, prestando-lhe assistência técnica e material, nos casos de epidemia, e fiscalizando a regularidade dos serviços. Nesse período, existiam 25 postos de higiene. A meta do governo Antônio Carlos era atingir, até o ano de 1930, 220 postos, o que significava a existência de pelo menos um posto em todos os distritos mineiros.[301]

Os Centros de Saúde tinham como atribuição a execução dos serviços de assistência sanitária, excetuando-se a clínica, que não tivessem fim profilático, ou seja, o foco de ação dos centros de saúde era a prevenção de doenças epidêmicas e

---

[299] Raul de Almeida Magalhães foi um dos que chegaram a Manguinhos entre 1904 e 1907. Um de seus primeiros trabalhos científicos foi sobre a presença do *Treponema pallidium* em um feto sifilítico, nascido morto. Mais tarde, o Ministro da Educação e Saúde, de acordo com a portaria ministerial nº 152, de 5 de agosto de 1940, resolve designar o Dr. Raul de Almeida Magalhães, médico sanitarista classe L do quadro I desse Ministério para lecionar a cadeira de "Epidemiologia e profilaxia das doenças contagiosas agudas", do Curso de Higiene e Saúde Pública. Em setembro, Raul de Almeida Magalhães tomou posse no cargo, de acordo com a designação do Ministro Gustavo Capanema.

[300] Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança e Assistência Pública pelo Dr. Raul Soares de Almeida Magalhães, diretor de Saúde Pública, referente ao ano de 1927. p. 3.

[301] Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança e Assistência Pública pelo Dr. Raul Soares de Almeida Magalhães, diretor de Saúde Pública, referente ao ano de 1927. p. 4.

endêmicas. Os centros de saúde seguiam um programa de trabalho estabelecido pelo diretor de Saúde Pública, que previa, na seguinte ordem: educação e propaganda sanitária (conferências públicas e particulares, palestras, publicação na imprensa, boletins, folhetos de artigos de educação sanitária, distribuição de folhetos postais, e cartazes de propaganda sanitária, organização de consultas sobre higiene e saúde pública e organização de pequenos museus de higiene); saneamento, cadastro e recenseamento; dispensários (terapêutica profilática de verminoses, especialmente malária, ancilostomose, sífilis e outras doenças venéreas); serviço de enfermeiras visitadoras; exame médico periódico das pessoas encaminhadas aos centros de saúde; exame de gestantes, puericultura; exames de lactantes, pré-escolares e escolares, devendo as crianças doentes ser encaminhadas para ambulatórios de clínica, pois o dispensário de higiene infantil tinha função puramente profilática; laboratórios: exames para elucidação de diagnósticos, atendendo as pessoas matriculadas e as que forem encaminhadas pelos clínicos; higiene escolar e epidemiologia.[302]

A equipe de trabalho dos centros de saúde devia ser composta por: um inspetor de epidemiologia e profilaxia; um médico epidemiologista; médicos auxiliares contratados; quatro acadêmicos auxiliares; um amanuense; dois praticantes; dois microscopistas; um auxiliar de laboratório; dez fiscais; enfermeiras e serventes.[303]

É recorrente, nos artigos do novo regulamento, a sugestão de incrementar a criação de associações filantrópicas de alcance higiênico. A arrecadação de verbas para a IMDE, por parte do governo do estado, originava-se do Fundo Escolar. O Fundo Escolar foi um imposto criado pela Reforma Francisco Campos (1927), e era constituído:

> a) Pelo imposto anual de 10$000 pagos aos cofres estaduais por todos os indivíduos varões, residentes no Estado, nacionais ou estrangeiros, maiores de 21 anos, excetuando os salários, cuja renda será inferior a 2:400$000 anuais;
> b) 10% dos adicionais sobre os impostos relativos as bebidas alcoólicas;
> c) 10% sobre arrecadação anual da receita dos municípios;
> d) 50% das multas de jurados;
> e) 50% das taxas sobre diversões;

[302] MINAS GERAES. Regulamento da Diretoria de Saúde Pública. Decreto n. 8.116. Art. 72. p. 3-4.

[303] MINAS GERAES. Regulamento da Diretoria de Saúde Pública. Decreto n. 8.116. Art. 82. p. 4.

f) 30% das multas que, por qualquer autoridade estadual, forem impostas por infração, leis ou regulamento do Estado;
g) 25% dos emolumentos cobrados pelas certidões passadas pelas colletorias.
h) Pelos selos de 11$600 e 121$600, pagos pelos diplomas expedidos pelas faculdades de Odontologia e Farmácia reconhecidas no Estado;
i) Pela terça parte dos bens em que o Estado suceder por falta de herdeiros;
j) Pelas adoções dos particulares em favor da instrução pública;
k) Pelas subvenções federais, ou outras, que forem instituídas.[304]

Em Belo Horizonte, os efeitos da nova organização da IMDE não ocorreram de forma imediata. No ano de 1927, não encontramos nenhum registro oficial da inspetoria médica-odontológica, isso porque a Reforma Francisco Campos foi instituída em outubro.

Segundo o relatório do presidente Antônio Carlos (1928), a Inspetoria de Higiene Escolar, em colaboração com a Diretoria de Saúde Pública, realizou, nos meses de novembro e dezembro de 1928, um curso intensivo, teórico e prático, de anatomia, fisiologia, socorros de urgência, epidemiologia e higiene escolar, destinado às enfermeiras escolares.[305] Pouco se sabe do conteúdo desses cursos, mas fato é que, no ano de 1929, a IMDE ocorreu de forma mais sistemática na capital.

Em 1929, para efeitos da IMDE, a capital foi divida em quatro distritos. Cada distrito contava com um médico e duas enfermeiras, e contemplavam aproximadamente quatro mil alunos, totalizando 16.000.[306]

Além da divisão distrital da capital, foi construído um dispensário escolar para atendimentos médicos e dentários, que ficava localizado na área central da cidade. O dispensário dispunha de um gabinete dentário, um consultório médico, um laboratório e salas de espera, conforme as determinações do decreto 8.116, de 31 de dezembro de 1927.

O gabinete dentário era amplo, com assoalho de madeira e três grandes janelas basculantes laterais, que permitiam a circulação de ar, mas impediam a formação de correntes que prejudicassem a saúde das crianças. Havia um ventilador na parede lateral e boa iluminação. Os equipamentos disponíveis para os atendimentos eram: uma mesa

[304] MINAS GERAES. Regulamento do Ensino Primário. Decreto n. 7970, 20/10/1927. Art. 123. p. 9.

[305] MINAS GERAES. Regulamento do Ensino Primário. Decreto n. 7970, 20/10/1927. Art. 123. p. 4.

[306] Mensagem do Presidente Antônio Carlos encaminhada ao Congresso Mineiro, em 1929.

para uma funcionária administrativa, três cadeiras odontológicas e vitrines para armazenamento dos materiais.

O gabinete médico era menor que o gabinete dentário, possuía uma janela, um lavatório com sabão, e armários para armazenamento dos materiais. Na fotografia, vemos um médico fazendo um atendimento e, ao que tudo indica, este contava com um auxiliar.

Fig.8 – Gabinete Médico Escolar do Dispensário de Belo Horizonte

FONTE: Acervo Fotográfico do Arquivo Público Mineiro. Data provável: 1920-1930

Fig.9 – Gabinete Dentário Escolar do Dispensário de Belo Horizonte

FONTE: Acervo Fotográfico do Arquivo Público Mineiro. Data provável 1920-1930

Fig.10 – Sala de espera do Dispensário de Belo Horizonte

FONTE: Acervo fotográfico do Arquivo Público Mineiro. Data provável 1920-1930

Com a divisão das inspetorias médica e dentária, os tipos de atendimentos realizados no primeiro semestre de 1929 foram apresentados separadamente.

Tabela 3 – Atendimentos da Inspeção Médica Escolar efetuados nos grupos escolares de Belo Horizonte entre 01/02/1929 a 12/06/1929[307]

Atendimentos Médicos 1°/1929		%
Inspeções individuais, parciais	7.209	45,0%
Fichas organizadas	3.538	22,1%
Avisos aos pais	2.550	16,0%
Vacinações e revacinações	2.393	15,0%
Medicações contra verminoses	1.167	7,2%
Alunos enviados ao dispensário	1.034	6,4%
Alunos que necessitam de tratamento	1.023	6,3%
Curativos	670	4,1%
Pequenas medicações	596	3,7%
Serviços de olhos	300	1,8%
Atestados para matricula	287	1,7%
Serviços de garganta, nariz e ouvidos	165	1,03%
Segundos exames	125	0,78%
Exames de acuidade visual	122	0,76%
Correções óticas	69	0,43%
Afastados por doenças contagiosas	66	0,41%
Receitas	64	0,4%
Enviados a hospitais clinicas	56	0,35%
Verificação de óculos	51	0,31%

FONTE: Mensagem do Presidente Antônio Carlos encaminhada ao Congresso Mineiro em 1929.

Pode-se observar um aumento do número e dos tipos de atendimento; o número de horas de trabalho da inspeção médica atingiu 245 horas. Dentre os atendimentos realizados, destacam-se as inspeções individuais parciais, que atingiram 45% dos escolares. O percentual de avisos encaminhados aos pais (16%) e de vacinações e revacinações realizadas (15%) mostra que a prioridade da inspeção médica estava na prevenção de doenças. O tipo de vacina mais comum era contra a varíola.

Os encaminhamentos ao dispensário da capital (6,4%) revelam a quantidade de alunos que apresentavam algum tipo de problema de saúde que exigia uma intervenção

[307] Selecionamos os atendimentos mais significativos para apresentação.

médica ou um tratamento médico específico. Nos casos de hipertrofia, infecção de amídalas e adenóides, os alunos eram encaminhados à Santa Casa para serem operados.

Nota-se, também, a preocupação especial com a saúde dos olhos, ouvidos e garganta. Somados todos os tratamentos oftalmológicos, chegamos ao coeficiente de 3,6% dos atendimentos.

A quantidade de alunos afastados por doenças contagiosas (0,5%) nos dá uma noção da incidência de doenças infectocontagiosas no espaço escolar. Pelo decreto n. 7970 da Reforma Francisco Campos (1927), as doenças que implicavam no afastamento dos alunos eram divididas em três grupos:

> a) sarampo, escarlatina, varíola, rubéola, erisipela, lepra, varicela, deferiria, febre tifóide, disenterias, febre amarela, peste bubônica, tuberculose, coqueluche, caxumba, sífilis e meningite cerebro-espinhal.
> b) as oftalmias, othorréa, sarna, tinhas, impetigo, pediculose, estomatites e boqueiras.
> c) as enfermidades nervosas que, por sua natureza, são perigosas ou possam ser contagiosas por imitação, como epilepsia, histeria, e tiques.[308]

Para cada grupo de doenças, era estabelecido um prazo de afastamento que variava de 10 a 45 dias. O reingresso do aluno só era permitido mediante a autorização do médico escolar.

É grande também o número de contatos do serviço de IMDE com as famílias, haja vista que ocorreram 80 visitas domiciliares e 98 palestras. A realização de palestras, visitas domiciliares e avisos encaminhados aos pais sugerem que, mais que acessar os corpos dos escolares, a IMDE visava a persuadir seus pais da importância da incorporação dos hábitos higiênicos para uma vida saudável. Carvalho (2008) aponta, em seu estudo sobre a atuação dos médicos nas escolas primárias em Minas Gerais, que a adoção da higiene como prática deveria ocorrer não de forma coercitiva, mas através do estabelecimento da familiaridade entre o indivíduo e as regras de higiene. Para a autora, os médicos compreendiam que a familiaridade da população com os preceitos médicos e higiênicos dar-se-ia não pela imposição de leis, mas pela inserção da higiene

[308] MINAS GERAES, Regulamento do Ensino Primário. Decreto nº 7970. Art. 117. p. 6.

em sua cultura.[309] Por isso, no ano de 1929, os responsáveis pela IMDE investiram em atendimentos que envolvessem alunos e familiares.

Os atendimentos dentários também ocorreram de forma regular no primeiro semestre de 1929. A inspeção dentária escolar registrou uma carga horária de trabalho relativa a 668 horas, superando a inspeção médica.

Tabela 4 – Atendimentos da Inspeção Dentária Escolar efetuados nos grupos escolares de Belo Horizonte entre 01/02/1929 a 12/06/1929

Atendimentos Dentários 1°/1929		%
Consultas	1.984	12,4%
Obturações	1.178	7,3%
Extrações	357	2,3%
Curativos	138	0,8%
Ablação de tártaro	106	0,6%
Matriculados	93	0,5%
Altas	60	0,3%
Restaurações	29	0,18%
Pequenas operações	12	0,07%
Pivots	7	0,04%
Avisos	4	0,02%

FONTE: Mensagem do Presidente Antônio Carlos encaminhada ao Congresso Mineiro em 1929.

As consultas odontológicas normais atingiram 12,4%, abrangendo grande variedade de tratamentos dentários realizados (obturações 7,3%, ablação de tártaro 0,6%, pequenas operações 0,07%, extrações 2,3%, restaurações 0,18%, pivôs 0,04%, curativos 0,8%).

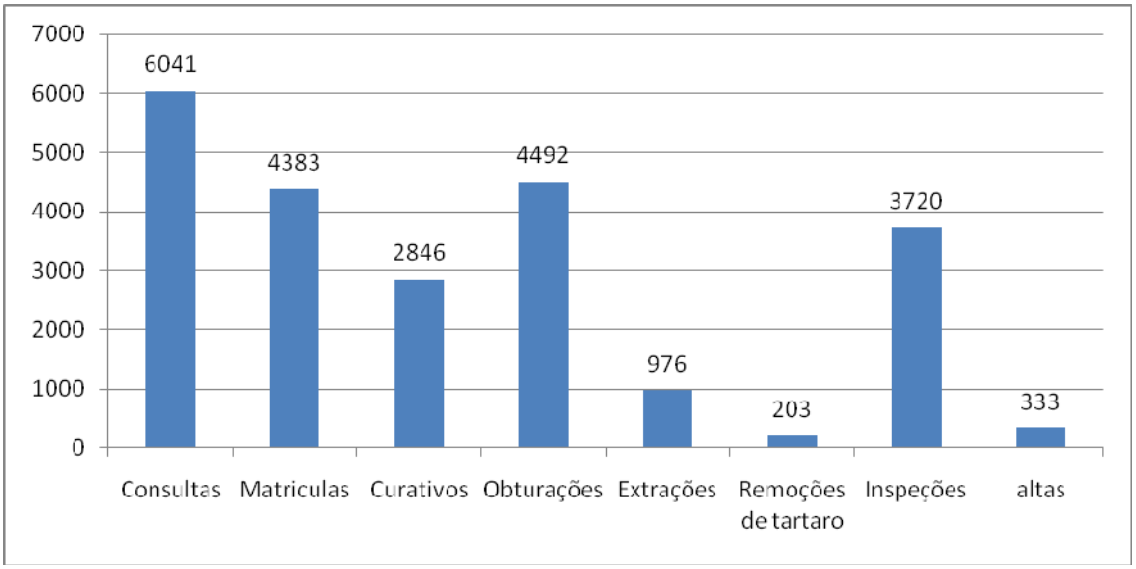
Antônio Carlos, ao apresentar os dados das IMDE do primeiro semestre de 1929, estimava duplicar abrangência do serviço no semestre seguinte.[310] De fato, com atendimentos realizados no último semestre de 1929, a IMDE alcançou quase 80% dos alunos frequentes na capital. No entanto os atendimentos do segundo semestre não

[309] CARVALHO, Keila Auxiliadora. *A saúde pelo progresso*: médicos e saúde pública em Minas Gerais. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas – ICH, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008. p. 106-110.

[310] Mensagem do Presidente Antônio Carlos encaminhada ao Congresso Mineiro, em 1929.

foram discriminados separadamente, mas juntamente com outros serviços realizados pelo o Dispensário da Capital.

Gráfico 1 – Inspeções escolares registradas nos atendimentos no Dispensário da Capital 2º/1929



FONTE: Relatório apresentado ao Secretário de Segurança e Assistência Pública, referente ao ano de 1929. Atendimentos do Dispensário da Capital, p. 78.

A inspeção odontológica reduziu a variedade de atendimentos (extrações 6%, obturações 28%, remoções de tártaro 1,2%) em relação ao semestre anterior, mas, por outro lado, superou o número de inspeções médicas. Somando os diferentes tipos de tratamentos dentários, chegamos a 35% de alunos assistidos. Ao que tudo indica, o grande número de atendimentos odontológicos estava relacionado à melhor estrutura do gabinete dentário, bem como ao número de dentistas que prestavam serviço.

Através dos registros da realização da IME em Belo Horizonte, podemos concluir que, apesar do discurso avassalador da ação das ciências médicas no acesso aos corpos dos escolares e na ordenação no espaço escolar, na prática, ela apresentou muitas oscilações. Entre altos e baixos, a ênfase da IMDE recaiu sobre os tratamentos médicos e odontológicos gerais. No entanto, não se pode desconsiderar que houve, na medida do possível, a contemplação de algumas especificidades como: a oftalmologia, cirurgias e otorrinolaringologia. Porém, o traço mais marcante da inspeção médica e dentária praticada em Belo Horizonte referia-se às ações de prevenção de doenças, educação sanitária e avaliação sanitária dos prédios escolares. Isso pode endossar nossa hipótese de que o alvo da inspeção médica e dentária nas escolas de Belo Horizonte não era a

correção de defeitos físicos ou a cura de doenças, mas o cultivo de uma cultura higiênica individual nos alunos.

3.2 A prática da Inspeção Médica Escolar no Interior

3.2.1 O interior mineiro

Antes de apresentar como se deu a IME no interior mineiro, é pertinente mostrar, de maneira sintética, o perfil das cidades mineiras interioranas e suas sub-regiões. De acordo com Wirth (1982), até a década de 1940, grande parte da população mineira morava na zona rural ou em pequenas cidades, vilas e aldeias.[311]

O território mineiro era um mosaico de sete diferentes regiões, e cada porção desenvolveu-se de forma diferenciada. O oeste e o sudoeste, o Triângulo e o sul eram extensões do interior de São Paulo, a ele ligados econômica e culturalmente; o norte ligado ao sertão brasileiro, e a Zona da Mata voltada para o Rio de Janeiro; sendo as zonas mais desenvolvidas: Zona da Mata, Sul e Triângulo, atreladas historicamente aos polos de crescimento do Rio de Janeiro e São Paulo.[312]

O Triângulo tomou forma como uma economia agropecuária, a partir de 1880; o norte, composto por vastos latifúndios e cidades estagnadas, desde o século XVII; o oeste exportava gado para o sul, sendo que suas cidades eram interligadas por trilhas de gado e, posteriormente, pelas estradas e rodovias de ferro. Por sua vez, a Zona da Mata e o sul eram regiões cafeicultoras, com altos índices demográficos e importante poder político. A região central, que havia perdido sua importância para Zona da Mata e sul, no decorrer do século XIX, recuperou sua predominância política com a criação de Belo Horizonte. Os principais centros urbanos do norte desenvolveram-se com a chegada da estrada de ferro Central do Brasil em Curvelo (1905) e Montes Claros (1926). No leste, a atividade pecuária cresceu rapidamente a partir da década de 1920.[313]

Em termos de saúde pública, as condições eram péssimas. Destacavam-se como regiões mais salubres as áreas mais desenvolvidas: Zona da Mata e sul do estado.

---

[311] WIRTH, John D. *O fiel da balança... Op. cit.* p. 40.

[312] WIRTH, John D. *O fiel da balança... Op. cit.* p. 42.

[313] WIRTH, John D. *O fiel da balança... Op. cit.* p. 49.

A IME, nas cidades do interior, teve início oficialmente no ano de 1926, quando o governador Mello Vianna estabeleceu um consórcio com a Fundação Rockefeller. Pelo acordo, a Fundação assumiu a organização dos trabalhos de higiene e profilaxia escolar nas cidades de Oliveira, Queluz, Itajubá, Barbacena e Ubá, paulatinamente estendidos a outras municipalidades.

3.2.2 As ações da Fundação Rockefeller na Inspeção Médica Dentária Escolar nas cidades interioranas de Minas Gerais

De acordo com Rita de Cássia Marques, Minas Gerais foi um dos estados mais beneficiados com os investimentos da Fundação Rockefeller. A chegada da Comissão Rockefeller deu-se no ano de 1916. A comissão norte-americana foi recepcionada em Juiz de Fora por membros da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Minas Gerais e, posteriormente, seguiu para Belo Horizonte, onde foi recepcionada por uma equipe de médicos da Faculdade de Medicina de Minas Gerais e da filial de Manguinhos, pelos diretores de Higiene e do Posto Veterinário. A comissão visitou algumas cidades e se instalou por 22 dias em Capela Nova de Betim; durante esse período, o grupo fez variados atendimentos, com o auxílio de estagiários da Faculdade de Medicina de Minas Gerais e da filial de Manguinhos.[314]

O primeiro contato do governo com a Comissão Rockefeller deu-se quase um mês depois da chegada da comissão em Minas Gerais. Como indica a autora, nesse primeiro encontro, não foi registrado nenhum contrato entre as partes, mas, apesar disso, importantes médicos e membros dos órgãos de saúde de Minas Gerais integraram a comitiva norte-americana.[315]

Ainda de acordo com a autora, o trabalho da comissão era baseado em quatro princípios: distribuição gratuita de medicamentos; atendimento em ambulatório; hospitalização; e o método intensivo, que consistia num trabalho contínuo e exaustivo, no qual a equipe de trabalho tinha que se deslocar para os locais com focos de doenças para levar medicamentos e prestar atendimentos até a cura dos assistidos. Também para

[314] MARQUES, Rita de Cássia. A filantropia científica nos tempos da romanização: a Fundação Rockefeller em Minas Gerais (1916-1928). *Horizontes*, Bragança Paulista, v. 22, n. 2, p. 175-189, jul./dez. 2004. p. 181.

[315] MARQUES, Rita de Cássia. A filantropia científica nos tempos da romanização... *Op. cit.* p. 181.

desenvolver esse trabalho, a comissão norte-americana contou com o auxílio de estagiários da Faculdade de Medicina de Minas Gerais.[316]

Segundo Marques, devido à associação da Fundação Rockefeller com a Igreja Protestante, a população do estado, majoritariamente católica, via sua presença nas terras mineiras com reservas. Para superar esse mal-estar, a Fundação Rockefeller associou seus trabalhos à prática filantrópica de assistência aos pobres, nos moldes desenvolvidos pelos católicos.[317]

Em 1917, o governo mineiro e a Fundação Rockefeller estabeleceram um acordo para que esta organizasse um grupo de combate às verminoses, em troca, "o governo mineiro prometeu agilizar uma legislação sanitária contemplando medidas profiláticas para o problema".[318] Vale ressaltar que, nesse período, o Diretor de Higiene coordenou um trabalho de medicação contra verminoses junto aos alunos dos grupos escolares primários.

No ano seguinte, a cooperação se concretizou e equipes da Comissão Rockefeller se instalaram em várias cidades mineiras. Pelo acordo, passados cinco anos da assinatura do contrato entre a Diretoria de Higiene e a Fundação Rockefeller, haveria um decréscimo da participação dos norte-americanos e um aumento da participação dos governos municipais. De acordo com Marques, as cidades de Barbacena, Curvelo, Itajubá e Queluz conseguiram manter os contratos, mediante a contribuição de suas câmaras.[319] Não por acaso, como veremos a seguir, esses municípios conseguiram manter a regularidade da IMDE. Barbacena era, nesse período, uma cidade manufatureira pequena, mas de grande prosperidade. Curvelo era importante centro comercial da região norte de Minas, e a cidade de Itajubá, vigoroso centro de processamento e distribuição de alimentos. Excetuando-se o município de Curvelo, as demais cidades pertenciam à região da Zona da Mata, e a força econômica dessas cidades permitia a destinação de verbas para a execução da IME.

Dos vários trabalhos e funções desempenhados pela Rockefeller no estado mineiro, Marques (2004) destaca que

---

[316] MARQUES, Rita de Cássia. A filantropia científica nos tempos da romanização... *Op. cit.* p. 181.

[317] MARQUES, Rita de Cássia. A filantropia científica nos tempos da romanização... *Op. cit.* p. 183.

[318] MARQUES, Rita de Cássia. A filantropia científica nos tempos da romanização... *Op. cit.* p. 183.

[319] MARQUES, Rita de Cássia. A filantropia científica nos tempos da romanização... *Op. cit.* p. 186.

> a higiene escolar foi considerada prioridade do departamento estadual de educação e os clubes de saúde foram organizados entre os estudantes, seguindo modelo da *Modern Health Crusaders* dos Estados Unidos. A partir de 1918, houve incremento do número de médicos dedicados à saúde pública e o Estado preparou um novo código sanitário, editado em 1928.[320]

Entendemos que a prioridade da higiene escolar por parte da Rockefeller resulta da negociação do governo mineiro com a Fundação, pela qual a instituição norte-americana atendeu aos interesses do governo mineiro, que queria implantar a Inspeção Médica Escolar em Minas Gerais. Assim, a Fundação Rockefeller deu condições materiais e humanas para a consecução dos serviços de higiene escolar tidos como urgentes pelas autoridades mineiras. Repisando o que vem sendo argumentado, a IME era encarada como meio pelo qual se formaria uma consciência sanitária coletiva e, para que suas ações tivessem êxito, as crianças em idade escolar eram de fundamental importância. Por se encontrarem em fase de formação de identidade e hábitos, poderiam contribuir na expansão dessa consciência sanitária para o extramuros da escola, fosse no convívio familiar mais íntimo, fosse nas apresentações públicas dos Pelotões de Saúde e outras agremiações com esse fim.

Com esse acordo entre o governo de Minas e a Fundação, nos anos de 1926 e 1927, foram instalados postos médicos e gabinetes dentários nas cidades de Minas Gerais.

[320] MARQUES, Rita de Cássia. A filantropia científica nos tempos da romanização... *Op. cit.* p. 187.

Quadro 1 – Cidades que possuíam postos médicos e dentários destinados à higiene escolar

Postos Médicos	Gabinetes Dentários
Alfenas	Alfenas
Araxá	Belo Horizonte
Areado	Carmo do Rio Claro
Baependy	Cataguazes
Dores da Boa Esperança	Dores do Indaiá
Itajubá	Guarará
Juiz de Fora	Juiz de Fora
Mercês	Lavras
Monte Santo	Matias Barbosa
Oliveira	Nova Lima
Palma	Oliveira
Poços de Caldas	Poços de Caldas
Pompeu (Pitangui)	Pompeu
Sacramento	Rio Branco
São João Del Rey (grupos João dos Santos, D.Maria Tereza)	São João Nepomuceno
Silvestre Ferraz	Três corações
Uberaba (contém também farmácia escolar)	Varginha

FONTE: Mensagens dos presidentes encaminhadas ao Congresso Mineiro, 1926-1927.

Apesar da instalação dos postos, no relatório da Diretoria de Saúde Pública de Minas Gerais, o médico Raul de Almeida Magalhães afirmava que, em 1926, somente o posto de Oliveira havia iniciado os trabalhos com regularidade.

Em 1927, encontramos, também nos relatórios da Diretoria de Saúde Pública, vários extratos dos atendimentos realizados nas cidades em Barbacena, Oliveira, Itajubá, Pouso Alegre, Juiz de Fora, Ubá, Poços de Caldas, Varginha, São João Del Rey e Queluz. Sobressaíam os exames médicos e odontológicos gerais e o alistamento de alunos em Pelotões de Saúde.[321]

Os Pelotões de Saúde foram instituições complementares à escola, criadas pela Reforma Francisco Campos (1927). Pelo o decreto n. 7970, de 1927, as escolas primárias deviam organizar associações de alunos, nos moldes dos chamados pelotões e cruzadas de saúde, a fim de incutir e fixar hábitos de higiene nos escolares e estendê-los nas localidades. Os médicos e enfermeiras escolares eram responsáveis pela organização dos pelotões.

[321] Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança e Assistência Pública pelo Dr. Raul Soares de Almeida Magalhães, diretor de Saúde Pública, referente ao ano de 1927.

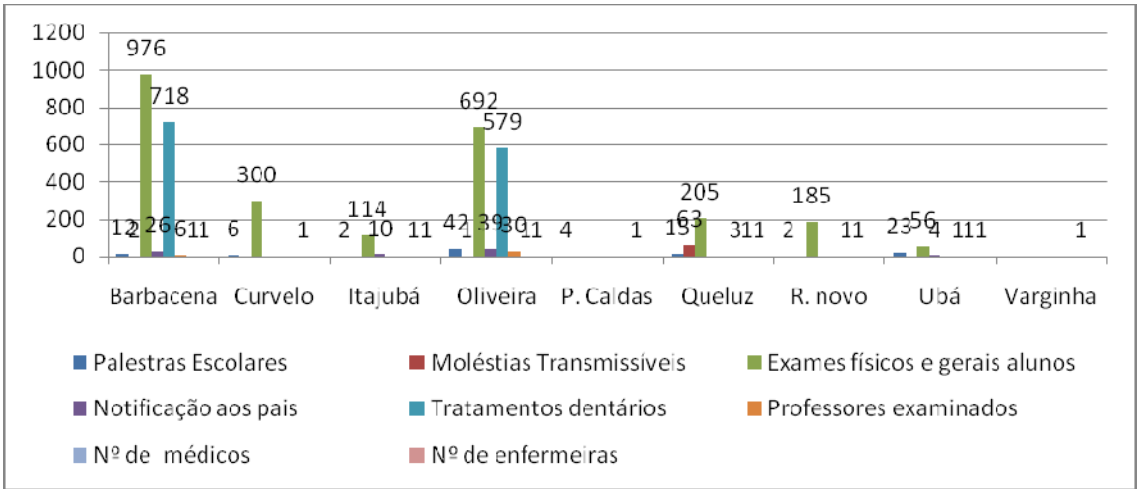
Sem dúvida, os Pelotões de Saúde, contribuíam para demonstrar os hábitos que deviam ser vivenciados na escola: espaço escolar limpo e agradável e alunos atuantes na manutenção da saúde e na promoção do bem-estar.[322]

Para efeito de verificação do alcance dos atendimentos médicos e dentários ocorridos nas cidades do interior, tomaremos como base o número de alunos frequentes no ensino primário, em todo o estado, que, no ano de 1927, era de 156.725 alunos, conforme o Gráfico 2, apresentado a seguir:[323]

[322] CARVALHO, Keila Auxiliadora. *A saúde pelo progresso... Op. cit*. p. 110.

[323] ANDRADA, Antônio Carlos de. Mensagem do Presidente do Estado ao Congresso Mineiro, 1927.

Gráfico 2 – Atendimentos da Inspeção Médica e Dentária nas cidades do interior de Minas Gerais – 1927



FONTE: Relatório da Diretoria de Saúde Pública de Minas Gerais, 1927-1931, p. 40-41.

Os atendimentos mais numerosos foram os exames físicos e gerais, que atingiram o número de 4.653, o que representava aproximadamente 2,9% dos alunos frequentes do ensino primário em Minas Gerais.

Percebe-se, também através do gráfico, que a IMDE atingiu os docentes, especialmente em Oliveira, onde 30 professores foram examinados. O Regulamento da IMDE previa a extensão dos exames médicos a esses profissionais, e este foi o primeiro registro da fiscalização nesse segmento.

Outro fator digno de nota é a presença de enfermeiras em quase todas as cidades. Provavelmente, a presença assídua de enfermeiras nas cidades do interior estava intimamente ligada à Fundação Rockefeller, que tinha como baluarte a formação profissional de enfermeiras, bem como a criação do Regulamento da Diretoria de Saúde Pública, estabelecido em 1927, que previa que, enquanto não fossem criados cursos de formação de enfermeiras, a Diretoria de Saúde Pública podia contratar mulheres mediante prova prática e comprovação de não sofrerem de tuberculose aberta, lepra, câncer ou qualquer outra doença contagiosa.[324]

Apesar de não terem ocorrido tratamentos dentários em todas as cidades, nas regiões onde isso aconteceu (Barbacena e Oliveira), o número de atendimentos chegou a 8,2% da população escolar total do estado.

[324] MINAS GERAES, 31/12/1927, p. 24.

Também é relatada pelo diretor de Saúde Pública de Minas a existência de cursos de higiene e impressão de material gráfico colorido para a realização de palestras, que tinham como temas preferenciais: vacinação antivariólica, alcoolismo, alimentação e tuberculose.[325]

Na fala do diretor da inspetoria, Raul de Almeida Magalhães, "os pelotões de saúde organizados em Barbacena, Oliveira e Queluz deram bons resultados no tocante à melhoria das condições de higiene individual".[326]

Sobre os resultados da IMDE em Juiz de Fora, Raul de Almeida Magalhães afirma que "impuzeram de há muito a confiança dos pais que a princípio se mostravam geralmente receosos".[327] É curioso que esse foi o único registro constante no relatório da Diretoria de Saúde Pública sobre a inspeção médica escolar nesse município, pois sabemos que essa é uma prática recorrente na cidade. De acordo com Carvalho (2008), existia em Juiz de Fora um grupo de médicos sanitaristas que "objetivava a formação de uma consciência sanitária coletiva, sem a qual não seria possível obter sucesso nas campanhas de higiene".[328] De acordo com a autora, esses médicos tinham a escola primária como alvo principal, pois acreditavam que era mais fácil internalizar preceitos de uma vida saudável e higiênica nas crianças em idade escolar.[329]

No ano de 1928, cresceu o número de cidades com o serviço regular da IMDE, como se pode ver na Tabela 5:

---

[325] MAGALHÃES, Raul de Almeida. Relatório da Diretoria de Saúde de Minas Gerais, 1928. p. 45-47.

[326] MAGALHÃES, Raul de Almeida. Relatório da Diretoria de Saúde de Minas Gerais, 1928. p.47.

[327] MAGALHÃES, Raul de Almeida. Relatório da Diretoria de Saúde de Minas Gerais, 1928. p. 77.

[328] CARVALHO, Keila Auxiliadora. *A saúde pelo progresso... Op. cit*. p. 106.

[329] CARVALHO, Keila Auxiliadora. *A saúde pelo progresso... Op. cit*. p. 106.

Tabela 5 – Atendimentos da Inspeção Médica e Dentária nas cidades do interior de Minas Gerais – 1928

Cidades	N° escolas	Prédios Inspecionados	Palestras Escolares	Alunos Pelotão	Doenças Transmissíveis	Visita Domiciliar	Exames físicos e gerais	Doenças dentárias	Defeitos físicos	Notificação aos pais	N° de tratamento dentário	Prof. examinados
Araxá	10	5	1									
Bambuí			1									
Curvelo	36	1	84	40	1	1	52	43		5		8
Formiga		15	3		1							
Guaranésia	17											
Itajubá		1	2		1		1			2		
Nova Lima	19		19									
Oliveira	31		4								710	3
Palmira	37	7	6		4	1				1		3
Patrocinio	10											
P. Caldas	17	17	17		53	27	160	40		5	40	17
Ponte Nova			2									
Pouso Alegre							1376					
Queluz		1				1						4
Rio Novo	9	16	11									30
SJDR		7	12		1		527	635	37			
Ubá	30	2	53									9
Varginha	9	3	7	5	1		162			2		5
TOTAL	**225**	**75**	**222**	**45**	**62**	**30**	**2278**	**718**	**37**	**15**	**750**	**79**

FONTE: Relatório da Diretoria de Saúde Pública, 1928.

O aumento do número de cidades contempladas com a IMDE mostra o empenho do governo em tornar os serviços de higiene escolar o mais abrangente possível, o que produzia alguns efeitos simbólicos, como a sugestão de sua eficiência.

Também em 1928, houve uma diminuição dos atendimentos físicos e gerais e dos atendimentos dentários. Diminuiu igualmente o número de notificação dos pais. Os pais recebiam uma notificação quando seus filhos eram diagnosticados com:

> febre amarela, peste, cólera e doenças choeriformes, typho exanthematico, dipheteria, infecções do grupo typho-paratyphico, lepra, tuberculose aberta, malária nas zonas com foco anophelineos, varíola e alastrim, sarampo e outros exanthemas febris, meningiete cérebro espinal e epidêmica, paralisia infantil, traucoma, ophitalmia dos recém nascidos, leishimaniose, coqueluche, grippe, anginas e paratidite epidêmicas, disnteria, diarreis infantis, evenenamento alimentares, escarlatina e encephalite letrargica.[330]

A diminuição no uso desse procedimento pode ser um indicativo de que havia diminuído o número de alunos com esses tipos de doenças.

Registra-se, ainda, o crescimento das palestras escolares (222), a quantidade de professores examinados (79), e o número de prédios inspecionados, atingindo 35% das 205 escolas existentes nos municípios.

O crescimento dos atendimentos acima mostra que a estratégia prioritária da IMDE era a aproximação com as famílias dos escolares, visando a educar sanitariamente as crianças e seus familiares e fazer da escola um espaço salubre que causasse no aluno uma sensação de prazer e felicidade.

Em 1929, o número de cidades que possuíam o serviço de IMDE em funcionamento chegou a 46, ou seja, 37 a mais em relação a 1926, ano de sua implantação, como se pode constatar na Tabela 6:

[330] MINAS GERAES, 31/12/1927. Decreto n. 8116. Art. 127. p. 3.

Tabela 6 - Atendimentos da Inspeção Médica e Dentária nas cidades do interior de Minas Gerais – 1929

Cidades	Prédios Inspecionados	Palestras Escolares	Alunos Pelotão	Doenças transmissíveis	Visita Domiciliar	Exames físicos e gerais	Doenças dentárias	Defeitos físicos	Notificação aos pais	N de tratamento dentários	Prof. examinados
Barbacena	6	4		3	5	23			3		7
Teófilo Otoni						5					
Três Corações											
Araxá	6										
Bambuí	1	2		4							
Bom Sucesso	9	1		1	20						
Cataguazes						173					
Curvelo		22	100	2	2		54		1		6
Eloy Mendes		3			1						
Guaranésia											
Leopoldina	6	6			25						
Manhuasu		308	42								
Monte Carmelo	1										
Nova Lima		21								1938	
Oliveira		6								531	
Palmira	2	11	78		1	53				2	
Paraizopolis											
Poços de Caldas	5	570								1	
Pomba	1			3	1	1					
Itajubá										207	
Rio Pardo										24	

Cidades	Prédios Inspecionados	Palestras Escolares	Alunos Pelotão	Doenças transmissíveis	Visita Domiciliar	Exames físicos e gerais	Doenças dentárias	Defeitos físicos	Notificação aos pais	N° de tratamento dentário	Prof. examinados
Ponte Nova		9								1	
Queluz											
Rio Branco										4	
Salinas	10	9			4	50				2	
S. João Evangelista						7				1	
S. João Nepomuceno		8		6	4	1					
Ubá		2				280					
Varginha	9	8									
Campanha	2					420	417	1			
Paraopeba											
Rio Pardo	7										
Guarani	4	9			6						
Pará de Minas	4	2				27					
Paracatu	5	5									
Paraguassu	2	5			2						
Raul Soares	2	24	94			103				17	
Brasopolis		400								1	
Rio Preto	11	19	77	2	12	46		1		6	
Formiga		14			10						
Itapecirica		6				21				4	
Patrocínio		2									
Pitangui		2									
S. Domingos do Prata		13			9						
Uberaba			3	3		161				17	
TOTAL	**93**	**1491**	**394**	**24**	**102**	**1371**	**471**	**2**	**4**	**2756**	**13**

FONTE: Relatório da Diretoria de Saúde Pública de Minas Gerais, 1929.

Os atendimentos dentários foram superiores ao número de atendimentos médicos gerais. As especificidades mais bem sucedidas foram: o alistamento dos alunos nos Pelotões de Saúde (454) e a realização de palestras (6.866), que então alcançaram seus maiores índices desde 1926.

O grande número de palestras e alistamentos nos Pelotões de Saúde ocorridos no ano de 1929 permite reafirmar que o objetivo das autoridades responsáveis pela IMDE era difundir hábitos higiênicos e modos de conduta que se queria inculcar na população escolar, bem como em seus familiares, e não apenas intervir na conformação do corpo e na correção dos defeitos orgânicos dessas crianças. Partiam do pressuposto que, compreendendo os benefícios de uma vida saudável, a população trataria de colocar em prática os hábitos que pudessem favorecer o seu alcance e conservação.

Pelos dados aqui analisados, podemos concluir que, nas cidades do interior, a IME escolar começou a funcionar tão logo o regulamento proposto por Mello Vianna entrou em vigor, em 1925;[331] em alguns municípios, inclusive, ela ocorreu antes mesmo de sua instituição oficial.

Vimos, também, que o apoio técnico, financeiro e material da Fundação Rockefeller foi elemento importante para a manutenção da regularidade dos serviços de higiene.

Diferentemente da capital, os atendimentos médicos e odontológicos dos alunos, nas cidades do interior, restringiram-se a examinações gerais. Em contrapartida, o número de professores examinados no interior do estado foi bem superior ao de Belo Horizonte.

Pode-se dizer que as cidades mineiras que mais registraram atendimentos médicos e odontológicos pertenciam às regiões da Zona da Mata, sul, centro e sudoeste. A Zona da Mata e o sul de Minas Gerais eram regiões produtoras de café e destacavam-se como importantes polos econômicos no estado.[332] As regiões centro e sudoeste possuíam uma economia mais endógena, sobressaindo-se, em certa medida, as

[331] Leis Mineiras: Leis e Decretos 17/7/1925. Plano de Organização do Serviço de Inspeção Médica. Decreto 6.930.

[332] VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Elites políticas mineiras na Primeira República brasileira*: um levantamento prosopográfico. p. 2. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s11a2.pdf>. Acesso em: 10 set. 2010.

atividades mineradoras, comercias e de abastecimento alimentar. No geral, essas regiões eram densamente povoadas, e a maior parte da população vivia na zona urbana.

Vimos que, na prática, diferentemente do que foi proposto pelas reformas Mello Vianna (1925) e Francisco Campos (1927), a inspeção médico dentária escolar não contemplou exames que permitissem detalhar a anatomia e o perfil orgânico de todos os alunos do ensino primário, sequer atingiu números vultuosos de alunos assistidos. No geral, os exames restringiram-se a exames físicos e, na capital, foi possível a aplicação de exames audiométricos e visuais.

Assim, contrariando estudos correntes sobre o tema, vimos que a IMDE não era destinada exclusivamente à normatização, organização e controle da população pobre. O objetivo principal da IMDE era difundir junto à população escolar hábitos higiênicos e, na medida do possível, atingir seus familiares. Para alcançar essa meta, as autoridades responsáveis pelos serviços investiram em educação higiênica (palestras, Pelotões de Saúde), em tratamentos preventivos e na construção de prédios escolares dentro dos padrões higiênicos da época, de forma que os alunos tivessem, na escola, uma ambiente ao mesmo tempo saudável e agradável, para que, aos poucos, internalizassem os tão desejáveis novos hábitos higiênicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos, neste trabalho, mostrar a atuação dos intelectuais católicos na educação e na saúde em Minas Gerais, na Primeira República. Vimos que tiveram de fato grande importância na organização dessas instâncias, sobretudo na segunda metade da década de 1920, período em que estiveram à frente do governo do estado.

Os intelectuais católicos apresentados ao longo do texto foram compreendidos como um grupo bem peculiar, composto por homens pertencentes à elite mineira que começou a se formar entre os anos de 1850 e 1870. Eram originários de famílias tradicionais que ocuparam cargos políticos de prestígio desde o período colonial. Citadinos que eram, utilizaram-se amplamente dos recursos da modernidade (imprensa, cinema, dinâmica comercial, teatros), sem perder de vista o recato e o pudor.

Cursaram, todos, o ensino secundário em escolas católicas, onde adquiriram uma formação humanista e conservadora. Essa formação contribuiu para a coesão do grupo, que compartilhava a ideia de que a fé católica e o patriotismo constituíam-se numa realidade inseparável, acima de todos os sentimentos, e, por isso, levaram os preceitos católicos em suas carreiras políticas.

No ensino superior, optaram, preferencialmente, pelos cursos de Direito, Medicina e Engenharia, que serviram de ponte de acesso aos cargos políticos; atuaram também como professores, especialmente nas escolas normais e superiores.

Com a mudança da capital mineira para Belo Horizonte, os intelectuais católicos disputaram com outros grupos o controle da burocracia administrativa e política e apresentaram-se como os mais aptos a organizar a nascente população belo-horizontina. Através de suas agremiações e instituições, apresentaram medidas imediatas para conter a atuação desordenada dos operários e dos forasteiros que chegavam à cidade, vistos como desvirtuantes da boa moral cristã.

Cooptados em várias agremiações católicas, pela “economia da caridade”, buscaram controlar a população através da assistência material, médica e espiritual. Os principais focos eram as mulheres, as crianças e os operários. Dentre as variadas agremiações existentes, selecionamos para análise a União Popular e a União dos Moços Católicos. A escolha da primeira justifica-se por ter surgido como resposta à Reforma João Pinheiro (1906), sendo responsável pelo controle e arregimentação de todas as associações católicas e pela realização de congressos católicos.

Inicialmente, as demandas estritamente religiosas aparecem como primordiais, mas são facilmente resolvidas e não se constituem na principal questão do grupo; o alvo pretendido era a

gestão da educação em Minas Gerais. Com o enfraquecimento da União Popular, a União dos Moços Católicos assume a direção dos movimentos laicos e também se mobiliza em prol da manutenção do controle católico na esfera educacional.

Na década de 1920, os movimentos católicos foram endossados pela vinda do bispo D. Cabral para Belo Horizonte, que deu novo vigor à ação social católica em Minas. Ação facilitada nos governos de Mello Vianna (1925-1926) e Antônio Carlos de Andrada (1926-1930), homens declaradamente católicos que, através das Reformas do Ensino de 1925 e 1927, tentaram colocar em prática o programa educacional católico, que tinha como eixo principal o controle da família pela escola. Tal programa estava articulado num projeto higienista, o que confirma que os católicos estavam inseridos no paradigma de modernização do período, no qual educação e saúde apresentavam-se como elementos regeneradores da sociedade. Para os católicos, a escola desempenhava um importante papel social. Dito por eles:

> a escola primária dev[ia] estar em continuidade com a vida social, de que se constitue prolongamento e dependência. Para assegurar a indispensável cooperação entre a escola e o meio social, foram instituídas associações complementares da escola, espécie de mediador plástico entre este e aquella, assim como o auditorium, destinado a cultura social dos alumnos, quanto a um contato mais direto da escola com a sociedade, favorecidas assim, as reações recíprocas de uma sobre a outra e mais intensa e extensa penetração da escola pela vida social. A escola assim considerada, não se destina apenas a ministrar noções, mas também uma fórma de vida em comum, cabendo-lhe preparar a criança para viver na sociedade a que pertence e a compreender a sua participação na mesma, para o que se torna indispensável a adoção dos usos e processos da vida em comum, transformando a escola classe sem sociabilidade em sociedade em miniatura. Do ponto de vista do ensino propriamente dito, a reforma procurou modificar os seus métodos e processos, recomendando que seja o mais possível incentivada a actividade dos alunos, solicitada nas lições a sua colaboração.[333]

Nesse sentido, a escola era entendida como um espaço para a preparação do indivíduo para a vida em sociedade: uma nova sociedade, que exigia "novos valores e princípios a fundamentar a organização escolar, novos modos de relacionamento entre professor e alunos, novo significado das matérias ou disciplinas, novos métodos. Enfim, novo modelo".[334]

Para estabelecer os vínculos entre escola e sociedade, criaram as instituições complementares à escola (Associação das Mães de Família, *Auditorium*, Pelotões de Saúde), de

[333] ANDRADA, Antônio Carlos de. Mensagem ao Congresso Mineiro 14/07/1928. p. 40

[334] NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. *Op. cit.* p. 265.

forma a inculcar nos escolares, bem como em seus familiares, hábitos higiênicos e um comportamento condizente com a moral e os bons costumes compartilhados pelos católicos.

No que diz respeito aos hábitos higiênicos e ao cultivo da boa saúde pelos escolares, os católicos levaram em consideração os conceitos científicos na organização material dos estabelecimentos de ensino e na educação dos alunos. Na prática, entendemos que o enraizamento desses valores deu-se de forma gradual e lenta, haja vista que foi pequena a parcela da população assistida nesse momento. Contrariando a literatura, a massa popular não foi a parcela mais contemplada com os serviços médicos escolares e o acesso aos corpos dos educandos não foi o principal objetivo dos idealizadores da inspeção médica escolar. Mais que corrigir defeitos, melhorar a postura e proporcionar a cura de doenças, o escopo da inspeção médica era, através da educação higiênica, convencer a população quanto aos benefícios de uma boa saúde para sua vida, para que, os conhecendo, pudesse praticar hábitos que a conservasse.

Enfim, pode-se dizer que os intelectuais católicos foram, na Primeira República, força ativa na organização social e política em Minas Gerais, e que os governos Mello Vianna e Antônio Carlos de Andrada representaram a concretização do projeto educacional católico, que primava pela formação de uma sociedade moralmente boa e saudável.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

Fontes primárias

- **Jornais**

O Horizonte –1923-1934.

A Estrella Polar – 1911.

Minas Geraes – 1925; 1927; 1928.

- **Revista**

Revista do Ensino – 1925-1930.

Fontes bibliográficas

LIMA, Mário de. *O bom combate*: subsídios para a história de 20 anos da ação social catholica em Minas. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.

MATOS, Henrique Cristiano José. *Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas, entre 1922 e 1936*. Belo Horizonte: O Lutador, 1990.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *A Igreja de Deus em Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 1972.

Bibliografia

ABREU, Jean Luiz Neves. Educação sanitária e saúde pública em Minas Gerais na primeira metade do século XX. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.17, n.1, jan./mar. 2010. p. 203-209.

AMARAL, Deivison Gonçalves. *Confederação Católica do Trabalho*: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte (1919-1930). 2007. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Belo Horizonte, 2007.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. Belo Horizonte: imagens da cidade, vida social e intelectual: 1897-1930. *Cadernos de Ciências Sociais*, Belo Horizonte, v.5, n.8, p. 66-80, dez. 1997.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. *A Belo Horizonte dos modernistas*: representações ambivalentes da cidade moderna. Belo Horizonte: PUC Minas / C/Arte, 2004.

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, leis e moral*: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930). São Paulo: UNESP, 1999.

ARAÚJO, José Carlos *et al*. *As escolas normais no Brasil*: do império à República. Campinas: Editora Alínea, 2008.

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. *Mitologia da mineiridade*: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1999.

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. A modernidade possível: cientistas e ciências sociais em Minas Gerais. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. 2. ed. v. 1. São Paulo: Sumaré, 2001.

AZZI, Riolando. *A concepção da ordem social segundo o positivismo ortodoxo brasileiro*. Edições Loyola: São Paulo, 1980.

AZZI, Riolando. A Igreja Católica em Minas Gerais. *Revista do Centro de Ciências Humanas*. Belo Horizonte, PUCMG, Centro de Ciências Humanas, v. 2 n. 3, 1984a.

AZZI, Riolando. A Igreja Católica em Minas Gerais: (indicações cronológicas e bibliográficas para a elaboração de sua história). *Revista do Centro de Ciências Humanas*, Belo Horizonte, v.2, n.3, p. 97-113, 1º sem. 1984b.

AZZI, Riolando. *A neocristandade*: um projeto restaurador. São Paulo: Paulus, 1994.

AZZI, Riolando. Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil. In: MARCÍLIO, Maria Luiza. *Família, mulher, sexualidade e Igreja na história do Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquíria D. Leão (Org.) *Intelectuais e política*: a moralidade do compromisso. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

BEIRED, José Luís Bendicho. *Sob o signo da nova ordem*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BICCAS, Maurilane de Souza. *O impresso como estratégia de formação de professores(as) e conformação do campo pedagógico em Minas Gerais*: o caso da *Revista do Ensino* (1925-1940). São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1996. (Projeto de pesquisa para seleção do doutorado).

BICCAS, Maurilane de Souza. Reforma escolar e práticas de leitura de professores: a *Revista do Ensino*. In: CARVALHO, Marta Maria Chagas de; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Biblioteca e formação docente*: percursos de leitura. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

BOMENY, Helena Maria Bousquet. *Guardiães da razão*: modernistas mineiros. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: Tempo Brasileiro, 1994.

BORGES, Vera Lúcia Abrão. *A ideologia do caráter nacional da educação em Minas*: *Revista do Ensino* (1925-1929). Tese (Doutorado em Educação). Campinas: Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

BORGES, Vera Lúcia Abrão. Modernização e democratização no Brasil: o caso da Escola Estadual de Uberlândia, *Cadernos de História da Educação - CHE*, Uberlândia, n.1, v.1, p.121-126. jan./dez. 2002.

BORGES, Vera Lúcia. Os deputados estaduais de Minas Gerais e a missão civilizadora da educação: 1892-1898. *Cadernos de História da Educação*, v. 8, n. 2, p. 469-485, jul./dez. 2009.

CAMPANHOLE, Adriano; CAMPANHOLE, Hilton Lobo. *Constituições do Brasil*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1983.

CARVALHO, Carlos Henrique. *República e Imprensa***:** As influências do Positivismo na concepção de Educação do professor Honorio Guimarães (Uberabinha-MG 1905-1922).Uberlândia: EDUFU: 2004

CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto*: o peso da glória. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

CARVALHO, Keila Auxiliadora. *A saúde pelo progresso*: médicos e saúde pública em Minas Gerais. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas – ICH, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde nacional e fôrma cívica*: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). São Paulo: EDUSF, 1998.

CASALI, Alípio. *Elite intelectual e restauração da Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1995.

CASTRO, Fabíola Fabiana Braga de. *Arduíno Bolivar*: a trajetória de um intelectual tradicional na cidade de Belo Horizonte. 2007. 101f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2007.

CASTRO, Maria Céres. Estudo crítico e nota biográfica. In: LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da Imprensa de Belo Horizonte*: 1895-1954. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

CASTRO, Maria Céres; VAZ, Paulo Bernardo (Org.). *Folhas do tempo*: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte. 1895-1926. Belo Horizonte: UFMG / Associação Mineira de Imprensa / Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1997.

COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Coleção Virando Séculos).

DUARTE, Regina Horta. *Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte*: a *Revista Nacional* e a educação científica no Brasil (1932/1934). *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 33-56, jan./abr. 2004.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios*: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Bernardo Guimarães, pensador social. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, n.16, p. 87-124, jan.abr. 2001a.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *República, trabalho e educação*: a experiência do Instituto João Pinheiro: 1909/1934. Bragança Paulista: Ed. USF, 2001b.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nívia de Lima e (Edit.). *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 109-117.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VAGO, Tarcísio Mauro. A Reforma João Pinheiro e a modernidade pedagógica. In: *Lições de Minas*: 70 anos de Secretaria de Educação. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 2000 p. 32-47.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VAGO, Tarcísio Mauro. Entre relógios e tradições: elementos para uma história do processo de escolarização em Minas Gerais. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *Brasil 500 anos*: tópicas em história da educação. São Paulo: Edusp, 2001. p. 117-136.

FARIA, L. R. de: A Fundação Rockefeller e os serviços de saúde em São Paulo (1920-30): perspectivas históricas. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p. 561-90, set./dez. 2002.

FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo 3: O Brasil republicano, v.2, Sociedade e instituições (1889-1930). 2. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos*: discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Representações da mulher de educação na imprensa de Uberabinha (MG), 1910-1926. In: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães *et al*. *História da educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FUMEC, Faculdade de Ciências Humanas, 2002.

GONÇALVES, Irlen Antônio. Um bacharel na Secretaria do Interior e Justiça: o intelectual Delfim Moreira e a reforma do ensino em Minas Gerais. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas. n.16 p. 125-146, jan./abr. 2001.

GONÇALVES, Irlen Antônio. *Cultura escolar*: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918). Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONDRA, José G. Higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira *et al* (Org.). *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GOODWIN Jr., James William. *Novos produtos para novos tempos: anúncios em jornais diamantineneses, 19890-1914*. XI. Seminário sobre a Economia Mineira: Diamantina:CEDEPLAR/UFMG, 2004.

GOUVEIA, Maria de Lourdes. Miragens positivistas. In: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães *et al*. *História da educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FUMEC, Faculdade de Ciências Humanas, 2002. p. 127-135.

HERMANN, Jacqueline. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo do liberalismo excludente*: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 121-160.

HOCHMAN, Gilberto. *A Era do Saneamento*. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS, 1998.

HORTA, Cid Rebelo. *Famílias governamentais de Minas Gerais*. In: II Seminário de Estudos Mineiros, UFMG, 1956.

JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana de Freitas; MELLO, Ciro Flávio Bandeira de. *BH: horizontes históricos.* Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

KUHLMANN JR., Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, n.14, maio/ago. 2000.

LACERDA, Aline Lopes de. Retratos do Brasil: uma coleção do Rockefeller Archive Center. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p. 625-645, set./dez. 2002.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina. O Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996. p. 23-40.

LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da Imprensa de Belo Horizonte*: 1895-1954. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo (Org.). *Os bispos do Brasil e a imprensa*. São Paulo: Loyola, 1983.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *A Igreja Católica no Brasil e o regime republicano*: um aprendizado de liberdade. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira. Lúcia Casasanta: trajetória intelectual de uma mestra. p. 68. In: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães *et al*. *História da educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FUMEC, Faculdade de Ciências Humanas, 2002. p. 223-238.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Tempo*, Niterói, v.13, n.26, 2009.

MARQUES, Rita de Cássia. *Da romanização à terceira via*: a Igreja no Brasil de 1889 a 1945. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1995.

MARQUES, Rita de Cássia. A filantropia científica nos tempos da romanização: a Fundação Rockefeller em Minas Gerais (1916-1928). *Horizontes*, Bragança Paulista, v.22, n.2, p. 175-189, jul./dez. 2004.

MARQUES, Rita de Cássia. *Imagem social do médico de senhoras no século XX*. Belo Horizonte: Coopmed, 2005.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *et. al. "Façamos dessa gente um elemento seguro do nosso progresso material e moral"*: a inspeção médica-escolar no Paraná dos anos 1920. Educação em Revista. Belo Horizonte. Vol. 26 n. 01 p. 287-302, abril. 2010.

MARTINS FILHO, Amilcar Vianna. *Segredo de Minas*: a origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930). Belo Horizonte: Cryhsalidas, 2009.

MATA, Sérgio da. *A fortaleza do catolicismo*: identidades católicas e política na Belo Horizonte dos anos 60. 1996. 281f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

MELLO, Ciro Flávio Bandeira de. A noiva do trabalho – uma capital para a República. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MELLO, Ciro Flávio Bandeira de. *BH: horizontes históricos.* Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MONARCHA, Carlos. *A reinvenção da cidade e da multidão*: dimensões da modernidade brasileira – a Escola Nova. São Paulo: Cortes/Autores Associados, 1989.

MOREIRA, M. C. N. A Fundação Rockefeller e a construção da identidade profissional de enfermagem no Brasil na Primeira República. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.5, n.3, p. 621-645, nov. 1998/fev. 1999.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: Edusp, 1974.

NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. O Brasil Republicano, v. 2: Sociedade e Instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Difel, 1978. p. 259-320.

NASCIMENTO, Adalson de Oliveira. Educação e civismo: o movimento escoteiro em Minas Gerais (1926-1930). *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, n. 7, p. 43-74, jan./jun. 2004.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *Religião e dominação de classe*: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1989.

OLIVEIRA, Sirlene de Castro. A imprensa periódica face ao debate sobre o ensino religioso e o ensino laico em Uberaba. In: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães *et al*. *História da educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FUMEC, Faculdade de Ciências Humanas, 2002. p. 386-393.

PASSOS, Mauro. *A classe trabalhadora em Minas Gerais e a Igreja Católica*: a ponta de uma memória (1900-1930). São Paulo: Loyola, 1991.

PASSOS, Mauro. Entre a fé e a lei: o pensamento educacional católico no período republicano. (1889-1930). In: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães *et al*. *História da educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FUMEC, Faculdade de Ciências Humanas, 2002. p. 183-195.

PAULA, João Antônio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. A luta dos católicos pela Escola em Minas Gerais. *Educação em Revista*. Belo Horizonte. n. 17, p. 56-63, jun. 1983.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. A educação mineira na história: notas para um inventário. In: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães *et al*. *História da educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FUMEC, Faculdade de Ciências Humanas, 2002. p. 13-22.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Lições de Minas*: 70 anos de Secretaria de Educação. Belo Horizonte: Secretaria da Educação, 2002.

PEREIRA, Lusia Ribeiro. *De donzela angelical e esposa dedicada*... a profissional da educação. A presença do discurso religioso na formação da professora. 1996. 304f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, 1996.

PIEDADE FILHO, Lúcio de Francis dos Reis. Asseados e valorosos: o pelotão de saúde Oswaldo Cruz e sua cruzada higienista. *Temporalidades* – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, v.1, n.2, ago./dez. 2009.

PINHEIRO FILHO, F. A. A invenção da ordem: intelectuais católicos no Brasil. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, v. 19, p. 33-51, 2007.

PRATES, Maria Helena de Oliveira. Escola de Aperfeiçoamento: teoria e prática na formação de professores. In: *Lições de Minas*: 70 anos de Secretaria de Educação. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 2000 p. 66-83

RESENDE, Fernanda Mendes. O método intuitivo em Minas Gerais. In: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães *et al*. *História da educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FUMEC, Faculdade de Ciências Humanas, 2002. p. 440-449.

RIDENTE, Marcelo (Org.). *Intelectuais*: sociedade e política, Brasil-França. São Paulo: Cortez, 2003.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Educação escolar e higienização da infância. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 3, n. 59, p. 39-56, abr. 2003.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Inspecionando a escola e velando pela saúde das crianças. *Educar*, Curitiba, Editora UFP, n. 25, p. 91-109, 2005. p. 96.

ROCHA, Heloísa Pimenta; GONDRA, José. A escola e a produção de sujeitos higienizados. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 493-512, jul./dez. 2002.

ROSA, Walquíria Miranda. Instrução pública e profissão docente em Minas Gerais (1825-1852). Série *Estudos*: Periódico do Mestrado em Educação da UCDB, Campo Grande, n.14, p. 139-150, jul./dez. 2002.

SAID, Edward W. *Representações do intelectual*: as Conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTOS, Geralda Fortina dos. *Escola de Enfermagem Carlos Chagas (1933-1950)*: A Deus - Pela Humanidade - Para o Brasil. 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2006.

SANTOS, Luiz Antônio de Castro. O pensamento sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210. 1985.

SANTOS, Luiz Antônio Castro. Reabrindo o debate sobre Nagle, a educação e a saúde na historiografia brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 16, p. 47-62, jan./abr. 2008.

SANTOS, Luiz Antônio de Castro; FARIA, Lina *A cooperação internacional e a enfermagem de saúde pública no Rio de Janeiro e São Paulo*. Universidade São Francisco, Brangança Paulista. v.22, n.2, jun./dez. 2004.

SANTOS, Luiz Antônio de Castro; FARIA, Lina. O ensino de saúde pública no Brasil: os primeiros tempos do Rio de Janeiro. *Trabalho, Educação e Saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. v.4, n.2, , p. 291-324, set. 2006.

SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da comunidade científica no Bras*il. São Paulo: Editora Nacional; Rio de Janeiro: Finep, 1974.

SCHAWARTZMAN, Simon. A força do novo: por uma sociologia dos conhecimentos modernos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 5, v. 2, p. 47-66, 1987.

SCHAWARTZMAN, Simon. *Fragmentos da história intelectual*: entre questionamentos e perspectivas. Campinas: Papirus, 2002.

SCHAWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; Editora FGV, 2000.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Crise ideológica e produção intelectual: esquemas de pensamento próprio a uma situação histórica. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 45-49, out. 1995.

SILVEIRA, Vicente. *Expansão da Igreja Católica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1983.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad. 1999.

SOUZA, Marco Antônio de. *A economia da caridade*: estratégias assistenciais e filantrópicas em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Editora Newton Paiva, 2004.

SOUZA, Rita de Cássia de. *Sujeitos da educação e práticas disciplinares*: uma leitura da disciplina escolar a partir da Revista do Ensino e das reformas educacionais mineiras (1925-1930). 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2001.

VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar, cultivo de corpos*: educação physica e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VAGO, Tarcísio Mauro. Educação física na *Revista do Ensino* de Minas Gerais (1925-1935): organizar o ensino, formar o professorado. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, n. 11, p. 101-134, jan./jun. 2006.

VARGAS, Renata Correa. *Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora*: escolarização e Educação Physica (1889-1911). 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

VARGAS, Renata Correa *et al*. A ciência médica e seu projeto de intervenção social: Juiz de Fora na mira desta história. In: CUNHA JR. Carlos Fernando Ferreira da; MARTIN, Edina Hernandez; LIRA, Luis Carlos (Org.). *Lazer, esporte e educação física*: pesquisas e intervenções da Rede Cedes/UFJF. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n.21, p. 90-103, set./dez. 2002a.

VEIGA, Cynthia Greive. *Cidadania e educação na trama da cidade*: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX. Bragança Paulista: EDUSF, 2002b.

VEIGA, Cynthia Greive. Historiografia da educação de Minas Gerais: uma história regional? In: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães *et al*. *História da educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FUMEC, Faculdade de Ciências Humanas, 2002c. p. 23-33.

VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nívia de Lima e (Edit.). *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VIDAL, Diana Gonçalves; CARVALHO, Marília Pinto de. Mulheres e magistério primário: tensões, ambigüidades e deslocamentos. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *Brasil 500 anos*: tópicas em história da educação. São Paulo: Edusp, 2001. p. 206-224.

VIEIRA, Solange Gomes. *"Roma ou Moscou"*: o imaginário anticomunista da Igreja católica; "O Horizonte" (1924-1931). Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica, 1989.

VILLAÇA, Antônio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

VILLALTA, Luiz Carlos; RESENDE, Maria Efigênia Lage de (Org.). *História de Minas Gerais*. v. 2. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VIÑAO FRAGO, Antonio. *Por una historia de la cultura escolar*: enfoques, cuestiones, fuentes. Tradução livre de Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde. In: III Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea. Culturas y civilizaciones, Valladolid, 1996. Universidad de Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico, 1998. p. 167-183.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Elites políticas mineiras na Primeira República brasileira*: um levantamento prosopográfico. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s11a2.pdf>. Acesso em: 10 set. 2010

WIRTH, John D. *O fiel da balança*: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ANEXO 1 – PERFIL BIOGRÁFICO DOS INTELECTUAIS CATÓLICOS

Nome	Ano e Local de Nascimento	Família	Escolaridade	Profissão/Carreira	Política	Participação Ação Social Católica	Outros
Joaquim Furtado de Menezes	1875 – Rio de Janeiro	-	Ginásio de Barbacena Escola de Minas e de Farmácia em Ouro Preto	Engenheiro de Minas e Civil Farmacêutico Professor da Escola de Minas de Ouro Preto	Diretor de Ind. do Estado, Secretaria de Agricultura, Prefeito de Águas Formosas, Membro do Conselho Consultivo do Estado, Senador Estadual, Deputado Federal e Membro-nato do Conselho de Minas do Estado,	Diretor da Sociedade São Vicente de Paula Membro do Conselho de Imprensa de Belo Horizonte, colaborou para os jornais católicos O Discípulo, O Regenerador. Adoremos, Horizonte e Diário. Fundou a Assistência aos Mendigos, Cidade de Ozanan, Corporação dos Médicos Católicos e Corporação dos Engenheiros Católicos	Tentou criar um partido católico
José Augusto Campos do Amaral				Chefe da Diretoria Regional dos Correios de Minas Gerais		Fundador e Presidente da União Popular	
Bernardino de Lima	1856-Congonhas de Sabará	Filho de José Severiano Lima e Rita Deniz Barbosa	Colégio do Caraça e Colégio Arquediocesano de Ouro Preto. Faculdade de Direito de São Paulo	Procurador Fiscal da tesouraria da Fazenda. Professor da Escola de Minas de Minas Gerais	Deputado do Congresso Constituinte Mineiro (1891-1894). Senador Estadual (1897)	Membro da Comissão do Bispado de Belo Horizonte	Foi um dos fundadores da Faculdade de Direito de Minas Gerais. Pai de Mário de Lima e João Franzen de Lima que se destacaram na política, na literatura e na vida política em Minas Gerais.

PERFIL BIOGRÁFICO DOS INTELECTUAIS CATÓLICOS

Nome	Ano e Local de Nascimento	Família	Escolaridade	Profissão/Carreira	Política	Participação Ação Social Católica	Outros
Francisco Xavier Rolim	1865 – Datas / Diamantina	Família oriunda de Portugal que instalou-se em Diamantina – grandes proprietários de terra		Jornalista / Historiador	Vereador de Diamantina (1883-1886) Vereador de Curvelo (1892-1895) Deputado estadual (1899-1914) Presidente da Câmara Municipal de Curvelo	Monsenhor da igreja católica	Redator do projeto 135 Nomeado Cônego da Sé de Diamantina Camareiro do Papa Bento XV
Olinto Orsini de Castro	1891 - Sabará			Médico e Professor da faculdade de Minas em clínica sifiligráfica e dermatológica	Médico do serviço de Profilaxia da Lepra, Sífilis e Doenças Venéreas do Serviço de Saneamento Rural. Secretário Da Secretaria da Educação e Saúde (1946)	Fundou a União dos Moços Católicos. Participou ativamente dos Congressos de Médicos Católicos	Quando acadêmico encarregado do Laboratório de Dermatologia da Faculdade de Minas. Dirigiu também o serviço de sifiligrafia do Departamento Estadual de Saúde. Como vice-presidente da Sociedade Mineira de Leprologia participou de vários congressos fora do país
Aprigio Ribeiro de Oliveira Jr.	São Brás do Suaçuí				Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais		Diretor da Faculdade Mineira de Direito – atual PUCMG (1962-1964)

PERFIL BIOGRÁFICO DOS INTELECTUAIS CATÓLICOS

Nome	Ano e Local de Nascimento	Família	Escolaridade	Profissão/Carreira	Política	Participação Ação Social Católica	Outros
Artur Ribeiro de Oliveira	1866 – Lavras	Filho do Coronel Joaquim Ribeiro de Oliveira (chefe do Estado maior)	Caraça Faculdade de Direito de São Paulo	Promotor Público da comarca de Entre Rios e em seguida Juiz Municipal. Instalou a comarca de Caeté como seu primeiro Juiz de Direito. Desembargador para a Câmara Civil do Tribunal da Relação Diretor da Faculdade de Direito de Minas Gerais	Procurador-Geral do Estado de Minas Gerais, elaborando nessa ocasião a lei que veio organizar o Ministério Público.	Membro da Comissão de Honra do Bispado de Belo Horizonte (2ºvice-presidente)	Elaborou o Código do Processo Civil do Estado de Minas Gerais, posto em execução pela lei de 7 de setembro de 1922.
Afonso Vaz de Mello	1883 - Ubá		Engenheiro de Minas, Metalúrgica e Civil pela EMOP	Avaliador do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais; engenheiro fiscal de Leopoldina Railway Professor da Escola Livre de Engenharia de Belo Horizonte Consultor técnico de várias empresas de mineração	Técnico da Secretaria Estadual de Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas Diretor de Obras de Belo Horizonte (1916) Prefeito de Belo Horizonte (1918)	Membro da Comissão de Honra do Bispado de Belo Horizonte (4º vice-presidente)	Dirigiu as obras da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Organizador da exposição estatística de Minas Gerais na Exposição do Centenário da Independência

PERFIL BIOGRÁFICO DOS INTELECTUAIS CATÓLICOS

Nome	Ano e Local de Nascimento	Família	Escolaridade	Profissão/Carreira	Política	Participação Ação Social Católica	Outros
Afonso Pena Jr.	1875- Santa Barbara	Filho do ex-presidente da República Afonso Pena	Faculdade de Direito de Minas Gerais	Professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica do Rio de Janeiro. Reitor da Universidade do Distrito Federal, além de presidente da Comissão Permanente do Livro do Mérito. Advogado	Secretario do Interior de Minas Gerais. Deputado por duas vezes. Juiz do Superior Tribunal de Justiças	Membro da Comissão de Honra do Bispado de Belo Horizonte	Consultor Jurídico do Banco do Brasil. Membro do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura. Foi membro da Academia Brasileira de Letras.
João Luís Alves	1870 – Juiz de Fora	Filho do médico João Luís Alves e de Antonina Barbosa Alves e neto de Luís Antônio Barbosa, ministro da Justiça do Império	Fez os estudos preparatórios no Rio de Janeiro Faculdade de Direito de São Paulo	Professor da Faculdade de Direito de Belo Horizonte Jurista, escritor	Prefeito de Campanha. Deputado Estadual (1898) e Federal (1903). Secretário de Finanças no governo de Artur Bernardes em Minas Gerais. Chamado para a pasta da Justiça e Negócios Interiores. Nesse alto posto, elaborou a reforma judiciária do Distrito Federal, com um novo Código de Processo Civil e Comercial, e a reforma do Departamento Nacional de Saúde Pública e do Ensino	Membro da Comissão do Bispado de Belo Horizonte	Membro do Instituto dos Advogados, do Congresso Judiciário Americano, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Congresso Científico Latino-Americano e do Congresso Jurídico Brasileiro Membro 11 da Academia Brasileira de Letras

PERFIL BIOGRÁFICO DOS INTELECTUAIS CATÓLICOS

Nome	Ano e Local de Nascimento	Família	Escolaridade	Profissão/Carreira	Política	Participação Ação Social Católica	Outros
Clodomiro Augusto de Oliveira	1868 - Itabira		Caraça Escola de Minas de Ouro Preto	Engenheiro de Minas. Professor e Secretário da Escola de Minas de Ouro Preto. Gerente da Usina Wigg e engenheiro da Companhia de Mineração de Três Cruzes.	Secretário da Agricultura do Estado de Minas Gerais	Membro da Comissão do Bispado de Belo Horizonte	Participou do Processo de Criação da ESAV – Escola Superior de agricultura e Veterinária.
Mário Franzen de Lima	1886 – Ouro Preto	Pres. Augusto de Lima	Colégio Salesiano D. Bosco de Cachoeira do Campo. Faculdade de Direito de Minas Gerais	Escritor, Professor de Filosofia de Direito da Faculdade de Minas Gerais. Reitor do Ginásio Oficial de Brabacena. Diretor do Arquivo Público Mineiro e da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais	Secretário da presidência nos governos de Mello Vianna e Antonio Carlos de Andrada	Vice presidente do bispado de Belo Horizonte	Um dos fundadores da Academia Mineira de Letras. Delegado geral do estado de Minas na Exposição do Centenário da Independência
Hugo Werneck	Rio de Janeiro	Filho de Francisco Werneck de Almeida médico particular da princesa Isabel		Primeiro médico ginecologista de Belo Horizonte	Vereador de Belo Horizonte – membro atuante do PRM	Membro da Comissão do Bispado de Belo Horizonte Destacou-se na assistência e caridade por serviços prestados gratuitamente aos pobres	Veio para Belo Horizonte 1906 tratamento tuberculose Membro da Academia Mineira de Letras Primeiro Presidente do Banco da Lavoura de Minas Gerais Participou da Criação da Faculdade de Medicina de Minas Gerais, do Hospital Maternidade Hilda Brandão e do Sanatório Hugo Werneck

PERFIL BIOGRÁFICO DOS INTELECTUAIS CATÓLICOS

Nome	Ano e Local de Nascimento	Família	Escolaridade	Profissão/Carreira	Política	Participação Ação Social Católica	Outros
Arduino Bolívar	1873 - Viçosa		Caraça Colégio Arnaldo Faculdade de Direito de São Paulo	Lecionou em diversos colégios do interior e da capital. Professor da Faculdade de Filosofia, da Faculdade de Ciências Econômicas, da Faculdade de Direito da UFMG e da Escola de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria, mais tarde incorporada à Universidade Católica de Minas Gerais.	Promotor e Juiz	Diretor da Associação Central da Diocese de Belo Horizonte (1923)	
Samuel Libânio	1881 Pouso Alegre			Médico, Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais	Membro do Conselho Nacional de Educação. Chefe do Saneamento Rural em Minas. Diretor Geral de Higiene do Estado de Minas Gerais.	Membro da Comissão do Bispado de Belo Horizonte	Fundador e diretor do laboratório Belo Horizonte, para tratamento da tuberculose em Belo Horizonte. Membro da Academia Nacional de Medicina, da Sociedade de Medicina e Cirugia do Rio de Janeiro, da Sociedade Brasileira de Tuberculose, Diretor do Serviço Nacional de Turbeculose Diretor de Assistência Hospitalar, Diretor do Departamento de Higiene, secretário Geral de Saúde e Assistência do Distrito Federal.

PERFIL BIOGRÁFICO DOS INTELECTUAIS CATÓLICOS

Nome	Ano e Local de Nascimento	Família	Escolaridade	Profissão/Carreira	Política	Participação Ação Social Católica	Outros
Alexandre Carvalho Drumond	1876- Itabira	Filho de João Batista de Carvalho Drummond (Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais) e de Olímpia Andrade Guerra	Caraça	Médico e Lente de Pedagogia da Escola Normal de Belo Horizonte	Presidente da Câmara Municipal de Itabira	Membro da Comissão do Bispado de Belo Horizonte	
Orozimbo Nonato da Silva	1891- Sabará	Filho do Major Raimundo Nonato da Silva	Curso Secundário em Belo Horizonte Faculdade de Direito de Minas Gerais	Magistrado, jurista e professor da Escola Mineira de Agricultura e Veterinária	Foi ministro do Supremo Tribunal federal nomeado por Getúlio Vargas	Membro do Conselho Editorial do Jornal Horizonte	
Lincoln Kubistchek			Faculdade de Direito de Minas Gerais		Vários Cargos	Membro do Conselho Editorial do Jornal Horizonte	

PERFIL BIOGRÁFICO DOS INTELECTUAIS CATÓLICOS

Nome	Ano e Local de Nascimento	Família	Escolaridade	Profissão/Carreira	Política	Participação Ação Social Católica	Outros
Francisco de Paula Magalhães Gomes			Escola de Minas de Ouro Preto	Engenheiro civil e de Minas. Engenheiro de Belo Horizonte. Professor de Fisica da Universidade de Minas Gerais Médico e Professor da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte (1912-1934)		Atuou na Comissão Pontifícia formada pelo papa João Paulo II para revisão do processo de Galileu Galilei	Desenvolveu importantes pesquisas nucleares
Roberto de Almeida Cunha	Rio de Janeiro		Instituto de Manguinhos	Médico Vice-diretor da Faculdade de Odontologia de Minas Gerais		Atuou e organizou vários Congressos de Médicos Católicos. Fundador da Associação de Médicos Católicos de São Lucas	
Carlos Goes	1881 Rio de Janeiro	Filho de Domingos Góes e de Maria Eugênia Machado Góes	Cursou Humanidades no Colégio Abílio e Externato Aquino Formou-se em Direito pela Faculdade Livre de Direito de Minas	Acadêmico, escritor, poeta, filósofo e professor do Ginásio Mineiro			Ocupou a cadeira 11 da Academia Mineira de Letras

PERFIL BIOGRÁFICO DOS INTELECTUAIS CATÓLICOS

Nome	Ano e Local de Nascimento	Família	Escolaridade	Profissão/Carreira	Política	Participação Ação Social Católica	Outros
João Batista Ferreira Veloso	1860 – Ouro Preto	Filho de Antonio Ferreira Veloso	Caraça – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Médico e Professor	Vereador / Presidente da câmara e agente executivo municipal	Membro da União Popular	Fundador do instituto histórico e da escola de odontologia de Ouro Preto. Obs: Irmão dos Padres: Camilo e Candido ferreira Veloso.
Candido Naves				Professor da Faculdade de Direito de Minas Gerais	Secretário do Tribunal de Relação do Estado de Minas Gerais	Presidente da Associação dos Moços Católicos	
Luiz Pessanha						Sócio da Associação Central da diocese de Belo Horizonte	Fez parte do grupo organizador do 2 Congresso de Instrução Primária e Secundária (1912)
Benecdito José dos Santos				Médico		Sócio da Associação Central da diocese de Belo Horizonte0	
Borges da Costa	1880- Rio de Janeiro	Casou-se como uma moça ilustre de Minas Gerais	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Médico	Clínica Cirúrgica da Santa Casa de Belo Horizonte,		Participou da Fundação da Faculdade de Medicina de Minas Gerais Membro da Associação Médico Cirúrgica de Minas Gerais Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais Contribuiu pra a instauração do Instituto Radium

PERFIL BIOGRÁFICO DOS INTELECTUAIS CATÓLICOS

Nome	Ano e Local de Nascimento	Família	Escolaridade	Profissão/Carreira	Política	Participação Ação Social Católica	Outros
Raul Soares	Ubá - 1877	Filho do agricultor e coronel da Guarda Nacional Camilo Soares de Moura e de Amélia Peixoto Soares de Moura	Seminário de Mariana, ginásios de Barbacena e Ouro Preto Faculdade de Direito de São Paulo	Promotor de Justiça e Delegado de Carangola Professor de Português no Ginásio Estadual de Campinas	Vereador e Presidente da Câmara de Visconde do Rio Branco (1910) Deputado Estadual e Federal e Secretário do Interior no governo de Artur Bernardes Presidente do Estado de Minas (1922-1924)		
Fernando Mello Vianna	Sabará - 1878	Filho do *Comendador* Manuel Fontes Pereira de Mello Viana e de Blandina Augusta de Araújo Viana	Caraça	Promotor e Juiz	Presidente de Minas Gerais (1924-1926) Vice-presidente (1926-1930) e Vice presidente da República no govreno Washington Luis Secretário do Interior (1922)		

PERFIL BIOGRÁFICO DOS INTELECTUAIS CATÓLICOS

Nome	Ano e Local de Nascimento	Família	Escolaridade	Profissão/Carreira	Política	Participação Ação Social Católica	Outros
Antônio Carlos de Andrada	Barbacena - 1870	José Bonifácio de Andrada e Silva, "patriarca da Independência" era seu tio-avô. Uma das famílias mais importantes em termos de política	Seminário de Mariana Faculdade de Direito de São Paulo	Promotor Público Professor de Direito Comercial e História Geral da Academia do Comércio de Juiz de Fora	Vereador de Juiz de Fora Prefeito de Belo Horizonte (1905) Secretário de Finanças do governo Francisco Sales (1911) Ministro Da Fazenda do governo Venscelau Brás (1918) Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil (1917) Senador (1925) e Presidente do Estado de Minas Gerais (1926-1930)		Na faculdade criou o Clube Republicano de estudantes mineiros. Contribui para os jornais: Jornal do Comércio e Diário Mercantil de Juiz de Fora (1894-1898)
Lúcio José dos Santos	1875 Cachoeira do Campo	Filho do coronel João Inácio da Costa Santos e de Blandina Josefina dos Santos	Seminário de Mariana Escola de Minas de Ouro Preto Faculdade de Direito de São Paulo	Professor, jornalista	Diretor da Instrução Pública de Minas Gerais (1924-1926) Diretor da Escola de Aperfeiçoamento de Minas Gerais (1929) Diretor e membro do Conselho editorial do Jornal Horizonte Fundador da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais	Considerado maior líder do laicato mineiro Membro do Bispado de Belo Horizonte Atuante nas associações: Sociedade São Vicente de Paula, União dos Moços Católicos, União Popular, do Círculo de Operários Católicos	Condecorado pela Santa Sé e pela Cruz Vermelha Alemanha Primeiro Reitor da Universidade de Minas Gerais Ocupou a cadeira "Santa Rita Durão" da Academia Mineira de Letras (patrono)

PERFIL BIOGRÁFICO DOS INTELECTUAIS CATÓLICOS

Nome	Ano e Local de Nascimento	Família	Escolaridade	Profissão/Carreira	Política	Participação Ação Social Católica	Outros
Affonso dos Santos				Professor, Jornalista		Membro do Bispado de Belo Horizonte Diretor e membro do Conselho editorial do Joranal Horizonte	
Cláudio Alaos Bernhauss de Lima	1855 – Ouro Preto		Escola Imperial de Medicina do Rio de Janeiro	Médico da Santa Casa de Misericórdia em Belo Horizonte Professor da Escola de Farmácia de Ouro Preto	Deputado Estadual (1886-1887)		Amigo de Diogo Vasconcelos e Augusto de Lima